

# EDUCATRIZ

O QUE DÁ



NA EDUCAÇÃO DE HOJE?

Um mosaico com **18 profissionais** da educação para construir um Projeto Político-Pedagógico focado na formação para o mundo que ainda está por vir.

## PANORAMA

COMO O NOVO PNE VAI TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO BRASILEIRA?

## PENSAMENTO ACADÊMICO

O QUE OS DADOS DO IDEB TÊM A DIZER SOBRE A GESTÃO DO SEU MUNICÍPIO?

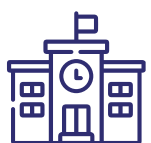


# EU SOU A ESCOLA PÚBLICA

## TRADIÇÃO E COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Há mais de 56 anos, a Moderna cria livros e materiais que ampliam horizontes de aprendizagem, para que cada estudante tenha acesso a uma educação mais consistente, acolhedora e capaz de transformar vidas.

### SEMPRE AO LADO DE QUEM FAZ A EDUCAÇÃO.



**+70 MIL**

ESCOLAS  
ATENDIDAS



**+17 MILHÕES**

ALUNOS  
IMPACTADOS

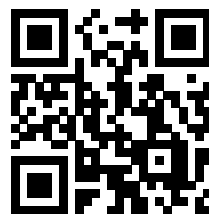


**+1 MILHÃO**

PROFESSORES  
MOBILIZADOS

Acesse nosso manifesto:

<https://mod.lk/sou>



# FORMAÇÕES

## EDUCATRIX

REFLEXÕES QUE GERAM

# RESULTADOS

**Formações Educatrix** é um serviço de formação continuada da **Moderna** que nasce das reportagens da revista e se expande para a sala de aula.

São conteúdos selecionados que trazem evidências, dialogam com a **realidade da educação pública** e **inspiram novas ideias de ensino**.



**+DE 60**

**OFICINAS PRONTAS**  
PARA APLICAÇÃO COM SUA  
EQUIPE PEDAGÓGICA

PERSPECTIVAS

Apresentação disponível em *Formações Educatrix*:



[WWW.MODERNA.COM.BR/EDUCATRIX](http://WWW.MODERNA.COM.BR/EDUCATRIX)



**Alfabetização  
para além  
dos métodos**

É hora de navegar pela  
evolução dos diversos métodos  
de alfabetização a partir de  
grandes especialistas da



As reportagens sinalizadas pelo  
selo Formações Educatrix já vêm  
com apresentações projetáveis,  
materiais de estudo e oficinas  
práticas prontas para usar.

**Acesse gratuitamente e aproveite.**

[www.moderna.com.br/educatrix](http://www.moderna.com.br/educatrix)

 **MODERNA**

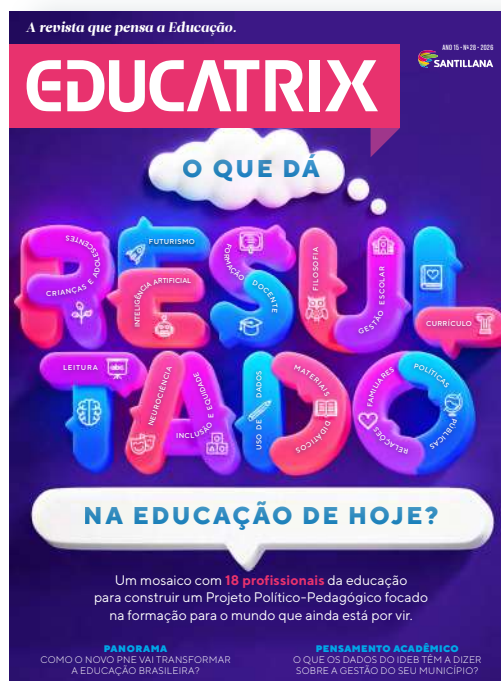
# O FUTURO É FLUIDO. O RESULTADO, NÃO.

**FALAR DE RESULTADOS** na educação brasileira exige, antes de tudo, reconhecer a complexidade do nosso cenário. Ainda temos desafios estruturais que impactam diretamente a aprendizagem: 15,2% das crianças brasileiras não estão alfabetizadas aos oito anos, e as avaliações mais recentes mostram que nossos alunos chegam ao fim da Educação Básica com até três anos de defasagem em relação ao aprendizado esperado. Os números escancararam uma emergência: não basta apenas medir resultados — é preciso redefinir o que chamamos de resultado.

Essa é, justamente, a reflexão proposta nas próximas páginas. Nesta edição, convidamos 18 especialistas de diversos campos da educação — do futurismo à alfabetização, da inovação à gestão escolar — para construir um mosaico de perspectivas sobre o que significa alcançar resultados na educação contemporânea. O que devemos medir? O que priorizar no plano de ação? O que realmente traduz avanço? Como equilibrar as metas, as evidências e as consonâncias que atravessam o processo educativo de cada rede — seja ela pública, seja particular?

Outro destaque é a reportagem da seção **Linha de Raciocínio**, que mergulha em alguns dos mitos e das verdades sobre o PNLD que, muitas vezes, passam despercebidos por professores e gestores, mas que interferem diretamente na escolha e no uso do material didático. Ainda falando sobre as redes públicas de educação, convidamos Ernesto Faria, do Iede, para analisar como a gestão escolar pode usar os dados do Ideb na definição de metas, estratégias e projeções municipais de forma realista para propor iniciativas que façam a diferença na gestão.

A edição também abre espaço para um olhar aprofundado sobre uma das etapas mais relevan-



tes da educação básica: a alfabetização. Na seção **Perspectivas**, reunimos debates sobre métodos, evidências científicas, políticas e práticas que moldam esse processo. Em um país marcado por desigualdades históricas na alfabetização — especialmente nas regiões onde a taxa de não alfabetização supera 30% —, discutir caminhos e critérios para garantir que toda criança aprenda a ler e a escrever é, mais do que urgente, um compromisso civilizatório.

Ao longo de todas as seções, você encontrará reportagens, análises e entrevistas que partem de uma convicção central: resultado na educação não é um número isolado, mas um conjunto de condições, oportunidades, políticas, práticas e relações que garantem o direito de aprender. Resultado é trajetória. É processo. É responsabilidade compartilhada.

Desejo que a edição acompanhe e facilite sua tarefa diária de transformar dados em decisões, práticas em potências e desafios em futuros possíveis. Que ela provoque perguntas, mostre caminhos e fortaleça convicções. E que possamos, juntos, ampliar o sentido do que chamamos de resultado dentro e fora da sala de aula.

Boa leitura — e boa reflexão. ▣

**Ivan Aguirra Izar**

DIRETOR DE MARKETING E SERVIÇOS EDUCACIONAIS DA MODERNA

# sumário

EDUCATRIX

A revista que pensa a Educação.

- SAIBA+ | A MELHOR ESCOLA E A DIVERSIDADE DE INTERESSES DAS FAMÍLIAS PÁG. 8
- FIO DA MEADA | EQUIDADE: ÚNICO CAMINHO PARA A JUSTIÇA EDUCACIONAL PÁG. 10
- ENTREVISTA JOBOALER | MENTALIDADES MATEMÁTICAS: A ABORDAGEM QUE QUEBRA BARREIRAS PÁG. 12
- FOCO | ACOMPANHAMENTO DAS ESCOLAS COMO ESTRATÉGIA DE EQUIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA PÁG. 20
- PENSAMENTO ACADÊMICO | O USO DO IDEB NAS GESTÕES ESCOLAR E EDUCACIONAL PÁG. 26
- GESTÃO ESCOLAR | EDUCAÇÃO INTEGRAL CRESCE NO PAÍS E BUSCA SUA IDENTIDADE PÁG. 36
- POR DENTRO | INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E POPULAÇÃO DO CAMPO PÁG. 42

■ CONEXÃO

## O QUE DÁ RESULTADO NA EDUCAÇÃO DE HOJE?

PÁG. 50

- PERSPECTIVAS | ALFABETIZAÇÃO PARA ALÉM DOS MÉTODOS PÁG. 64
- LINHA DE RACIOCÍNIO | DEZ COISAS QUE NINGUÉM CONTA SOBRE O PNLD PÁG. 72
- PANORAMA | O NOVO VOO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PÁG. 80
- TENDÊNCIAS | A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO, PROMESSAS E REALIDADE PÁG. 92
- NA TELA | A ESCOLA NA ERA DIGITAL PÁG. 100
- CIDADANIA | A ARTE DE TRANSFORMAR A ESCOLA PÁG. 108
- SUSTENTABILIDADE | UM ALERTA PARA SALVAR VIDAS EM LIMEIRA PÁG. 116
- FAVORITOS | CONTEÚDOS QUE POTENCIALIZAM O DIA A DIA DO PROFESSOR PÁG. 120
- ARTISTA CONVIDADO | JOÃO MONTENEGRO PÁG. 122



# A melhor escola e a diversidade de interesses das famílias

Transformar diversidade em colaboração: a escola pública como espaço de diálogo, aprendizado e protagonismo do aluno.

TEXTO *Ivan Aguirra*

**COM TODA CERTEZA**, a escola pública é o mais vibrante microcosmo da nossa sociedade. Em suas salas de aula, misturam-se Brasis de todas as cores, nacionalidades, sotaques e, fundamentalmente, emerge uma vasta pluralidade de crenças, vivências e visões de mundo. No centro dessa intersecção está o aluno, cujas trajetórias de vida são moldadas tanto pelo currículo formal quanto pelos valores herdados. Harmonizar os interesses de famílias tão distintas com o Projeto Político-Pedagógico da escola e da rede é um dos maiores desafios do nosso tempo, e dará pistas de como será nossa sociedade em um futuro próximo.

## UM CALDEIRÃO DE EXPECTATIVAS

É redundante dizer que as famílias que recorrem à rede pública não formam um todo harmônico, e até seria estranho se o fosse. Pelo contrário: existe uma diversidade de interesses que refletem as múltiplas identidades do país, além de expectativas vindas da sua própria experiência na escola, ao ser alfabetizado, por exemplo. De um lado, há famílias que enxergam na escola um trampolim para a ascensão socioeconômica, priorizando uma formação técnica e voltada ao mundo do trabalho. De outro, existem aquelas que valorizam a educação humanística, as artes e o pensamento crítico como ferramentas de emancipação social. Algumas entendem a escola estritamente a partir das competências cognitivas e sentem atrito a partir do contato com visões de mundo diferentes, enquanto outras veem valor na convivência com o outro para ampliar a perspectiva de suas próprias famílias. Além daquele perfil conhecido como ausente, que reconhece na escola uma obrigação legal e um local mais seguro para que os filhos possam socializar e se instruir.

Essa divergência natural de expectativas frequentemente esbarra em questões mais sensíveis, como as percepções morais, religiosas e até político-partidárias. O Brasil é um país profundamente marcado pela fé, e não é raro que os ensinamentos científicos ou as discussões sobre diversidade e sexualidade encontrem resistências em lares mais conservadores. Por outro lado, famílias com visões progressistas podem demandar da escola uma postura mais ativa no combate a preconceitos e na promoção de pautas sociais contemporâneas. O caldeirão de interesses e prioridades de futuro que forma a escola geralmente serve um alimento que não atrai a todos os paladares.

## CABO DE GUERRA

A ideia de educação integral, que engloba o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões (cognitiva, física, socioemocional e cultural), é o terreno em que família e escola mais precisam se entender. O x da questão que surge nas reuniões de pais é: até onde vai a responsabilidade da escola e onde começa a da família?

➔ A escola tem o dever constitucional de oferecer uma educação plural, laica e científica, preparando o cidadão para a vida em democracia.

➔ A família detém o direito de guiar a formação moral e espiritual de seus filhos de acordo com suas convicções, também de acordo com a Constituição.

O conflito surge quando uma das partes sente que a outra está ultrapassando fronteiras. Se a escola é vista como “ideológica” ou se a família é vista como “interferente”, o diálogo se rompe e o conflito se estabelece. No entanto, a perspectiva conciliadora nos mostra que esses dois mundos não precisam ser excluídos. A escola não deve substituir a família, e a família não pode anular o papel mediador e universalista da escola.

## A METÁFORA DO CERAMISTA

A educação pública não conseguirá cumprir seu papel sem transformar a desconfiança em colaboração. O tom da comunicação deve ser de parceria: a escola como um espaço de acolhimento das diferenças e de leitura do mundo, a família como motivadora do processo de aprendizagem formal e o aluno — aqui o grande ponto de virada — como um agente ativo e integrador de diferentes sabe-

res para construir sua própria visão de mundo. Ainda há uma percepção grande de que a criança é um bloco de argila a ser moldado e encaminhado para a sociedade. As mãos que a moldarem primeiro e com mais força ditariam seus traços de personalidade e seus valores. A educação tem um papel colaborativo na formação, mas precisa pressupor a presença ativa do aluno no processo de reflexão e de descoberta. As mesmas mãos que são esculpadas, no mesmo ato, também esculpem.

O que é preciso, então?

**1 Diálogo transparente:** as escolas precisam comunicar de forma clara sua proposta pedagógica, desmistificando currículos e convidando a comunidade a entender o porquê de cada tema abordado. Mas, acima de tudo, partindo da escuta e do diagnóstico de sua própria comunidade.

**2 Gestão democrática:** o fortalecimento dos conselhos escolares permite que as famílias tenham voz ativa, não para censurar o conhecimento, mas para contribuir com a identidade da escola no território.

**3 Respeito à pluralidade:** o reconhecimento de que a divergência de ideias é um valor democrático. Ensinar um aluno a conviver com quem pensa diferente de sua família é, em si, um dos maiores aprendizados da vida pública. Tirar o contato de um aluno com algo inconveniente para determinada família não irá, por si só, invisibilizar determinado tema da sociedade em que ele está inserido.

## UMA VISÃO DE FUTURO

O futuro da educação depende da nossa capacidade de enxergar a diversidade de interesses não como um obstáculo, mas como uma riqueza. Quando famílias e escolas conseguem estabelecer um pacto de confiança, o maior beneficiado é o estudante. Ele passa a perceber que o mundo é vasto e que, embora sua casa seja seu porto seguro e sua identidade inicial, a escola é a janela pela qual ele aprenderá a lidar com a complexidade da vida.

A educação integral só é plena quando o aluno se sente respeitado em sua individualidade e desafiado a crescer em coletividade. Que possamos, então, cultivar escolas que sejam espaços de encontro, onde a diversidade de visões de mundo não seja mais um motivo de polaridade, mas o alicerce para a construção de uma nação promissora. ■

## CONSELHO EDITORIAL

Ivan Aguirra Izar  
Kátia Dutra  
Luciano Monteiro

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ivan Aguirra Izar  
Kátia Dutra

## PRODUÇÃO DE TEXTOS

André Lazaro  
Douglas Cardoso  
Fernando Leal  
Ivan Aguirra  
Kátia Dutra  
Marta Avancini  
Paulo de Camargo  
Ricardo Prado  
Rubem Barros  
Thelma Tavares Dias

## ARTICULISTAS

Ernesto Faria  
Náyra Rafaéla Vido  
Roberta Panico  
Tereza Perez  
Viviane Anselmo

## PREPARAÇÃO E

REVISÃO DE TEXTOS  
Jaqueline Kanashiro

## EDIÇÃO DE ARTE E DESIGN

Ricardo Davino

## PESQUISA ICONOGRÁFICA

Ricardo Davino

## ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Júlia Accorsi e Enzo Simionato

## COLABORADORES

Carina Escabora  
Dêni Carvalho  
Gabriel Santos  
Guilherme Figueira  
Tássia Cobo  
Vinícius Lima

## LEIA NOSSO ACERVO DIGITAL:

<https://educatrix.moderna.com.br/>



Rua Padre Adelino, 758  
São Paulo/SP • CEP 03303-904

**Educatrix** é uma publicação semestral com a proposta de colaborar com a formação nas escolas parceiras de todos os negócios da Santillana no Brasil.

ISSN: 2447-4991

✉ [educatrix@moderna.com.br](mailto:educatrix@moderna.com.br)

© Direitos reservados.

É proibida a reprodução total ou parcial de textos e imagens sem prévia autorização.

# Equidade: único caminho para a justiça educacional

Em um país tão desigual, por que ainda existe polêmica em torno desse termo?

TEXTO Ivan Aguirra

**A PALAVRA** equidade tem origem no latim *aequitas*, derivada de *aequus*, que significa “igual”, “plano”, “justo”. Desde sua raiz, equidade não pode se confundir com igualdade, mas com justiça aplicada a circunstâncias concretas. Sabemos que ser justo é reconhecer as diferenças e agir de modo proporcional a elas. Nas escolas públicas, essa distinção não é apenas conceitual: ela é decisiva para o direito de aprender.

A sociedade brasileira tem alicerces fundados em uma diversidade profunda — étnica, cultural, territorial, econômica e histórica. Quando estão matriculados (já que persistem cerca de 400 mil crianças de 6 a 14 anos fora da escola, segundo o IBGE), alunos chegam carregando experiências muito distintas: alguns convivem com insegurança alimentar; outros, com a violência cotidiana ou foram afastados de suas famílias; há aqueles que vivem em áreas rurais ou em comunidades ribeirinhas; crianças com deficiência; estudantes em situação de migração; populações indígenas e quilombolas, além das desigualdades raciais que atravessam nossa sociedade desde sua formação. Tratar esses sujeitos como se pertencessem do mesmo ponto não é neutralidade pedagógica, e sim uma forma silenciosa de exclusão. Lembro muito bem quando, numa visita a uma escola, esperei para ser atendido depois de uma agente do conselho tutelar. Logo após, a coordenadora reportou que aquilo era corriqueiro, já que uma aluna de 9 anos vivia rotinas de prostituição com o consentimento da mãe. Essa criança, lidando com períodos traumáticos e correndo todo o tipo de risco, teve as mesmas condições de aprendizagem que as demais?

Esperar que todos aprendam do mesmo modo, no mesmo tempo e com os mesmos



recursos ignora o princípio da equidade e reforça desigualdades estruturais. A etimologia da palavra nos lembra que justiça pressupõe sensibilidade ao contexto. Ensinar de forma equitativa significa reconhecer que alunos diferentes precisam de apoios diferentes para alcançar objetivos semelhantes. Claro que todos têm o mesmo direito de aprender, mas alguns precisam percorrer um caminho maior para atingir

as condições básicas, o que envolve alimentação e vestimenta dignas, ambiente estável e seguro emocionalmente, períodos de descanso, material escolar e didático de qualidade e vínculo afetivo que motive e engaje a curiosidade.

Políticas públicas educacionais orientadas pela equidade precisam partir do território e da realidade social de cada criança. Isso envolve investimento diferenciado, oferta de serviços

integrados, como alimentação escolar de qualidade, apoio psicossocial com equipe qualificada, transporte, acesso à cultura e à tecnologia e valorização dos profissionais da educação, que são mediadores centrais desse processo. Não se trata de privilégios, mas de condições mínimas, para que o direito à educação se concretize.

No cotidiano escolar, a equidade também se expressa no atendimento humanizado. Olhar para o estudante como sujeito de direitos, e não apenas como número em avaliações externas, exige escuta ativa, empatia e formação continuada dos educadores. Um adolescente que chega cansado porque trabalha, uma criança que apresenta dificuldades de aprendizagem por conta da fome, um aluno que anda quilômetros em chão de terra batida para chegar à sala de aula, um adulto que coleta latinhas durante o dia e estuda à noite ou um estudante que enfrenta preconceito racial precisam de respostas pedagógicas que considerem essas realidades, e não de rótulos ou punições que os façam acreditar que não estão à altura daquele espaço.

Gestores educacionais têm papel fundamental na construção de uma cultura institucional comprometida com a equidade. Isso implica adaptações curriculares, alocação de recursos, apoio às equipes escolares e diálogo multidisciplinar com a comunidade. A escola que reconhece sua função social compreende que aprender não é apenas acumular conteúdos, mas também desenvolver autonomia, pertencimento e possibilidades reais de mobilidade social.

Resgatar o sentido original da palavra é, portanto, um exercício político e pedagógico. Em um país como o Brasil, não há educação de qualidade para todos sem equidade. Promover justiça educacional é aceitar que o ponto de partida importa – e que garantir condições para aprender é o primeiro passo para que todas as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos possam seguir seus estudos, evoluir socialmente e participar ativamente da sociedade. ▣



→ EQUIDADE

#### PARA SABER MAIS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_fm1](https://mod.lk/ed28_fm1). Acesso em: 25 jan. 2026.

# Mentalidades matemáticas: a abordagem que quebra barreiras

Jo Boaler, educadora e pesquisadora de Stanford, explica como todos podem aprender matemática em alto nível, desafiando mitos e preconceitos da disciplina.

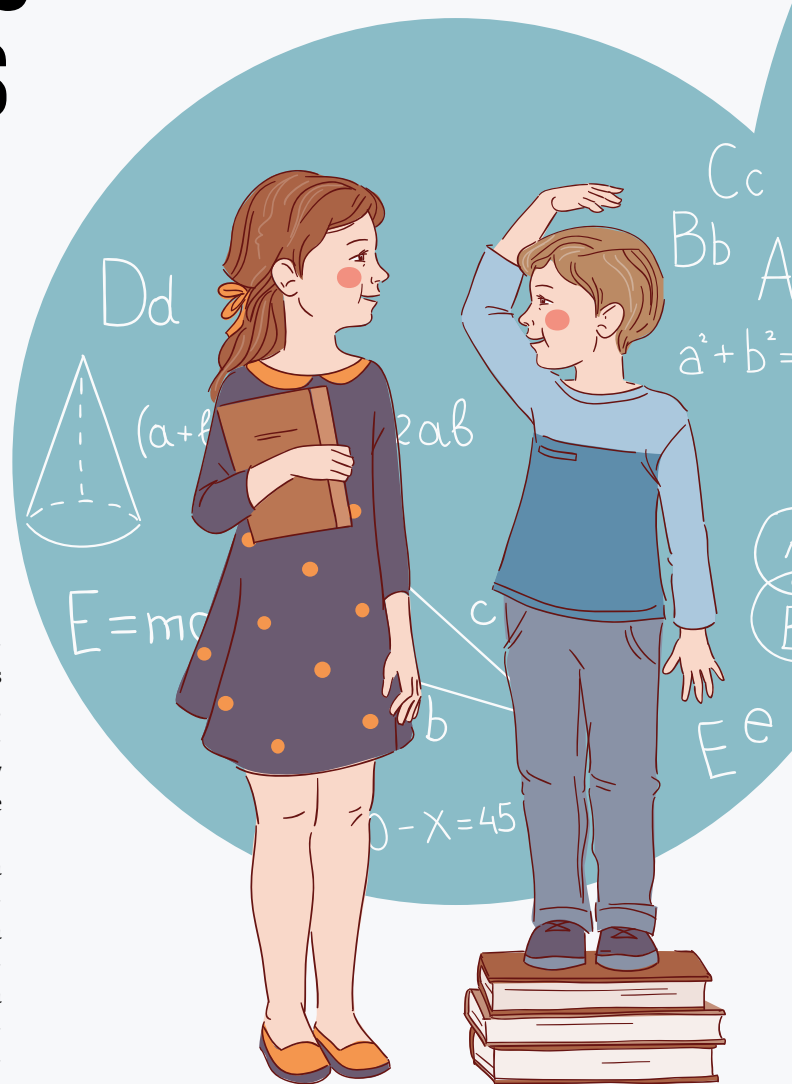
TEXTO *Marta Avancini*

**A PROFESSORA E PESQUISADORA** Jo Boaler, da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, é considerada uma das maiores autoridades mundiais no ensino de matemática. Mas, como muito estudantes, ela não se interessou pela disciplina durante boa parte de sua vida escolar: foi somente aos 17 anos, graças a uma professora, que Jo começou a perceber que aprender matemática poderia ser prazeroso.

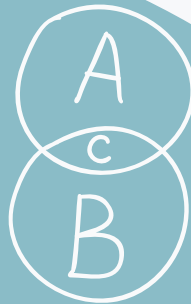
Esse foi o ponto de partida de uma longa e rica trajetória acadêmica e profissional que inspira docentes de várias partes do mundo a renovar seus métodos de ensino, tornando a matemática mais acessível a crianças e a jovens, graças à abordagem Mentalidades Matemáticas, que pressupõe que toda pessoa é capaz de aprender a disciplina, num processo que envolve a mudança da visão culturalmente construída de que somente algumas pessoas são capazes de aprender matemática.

Formada em Educação Matemática, Jo é graduada em Psicologia. É cofundadora e diretora acadêmica do YouCubed, um centro de pesquisa na Universidade de Stanford que oferece recursos gratuitos para professores, alunos e pais, a fim de promover uma educação matemática mais aberta e criativa.

No Brasil, a abordagem Mentalidades Matemáticas está sendo aplicada desde 2019 pelo Instituto Sidarta. Leia, a seguir, a entrevista de Jo Boaler concedida à revista **Educatrix**. »



$$490 - x = 45$$

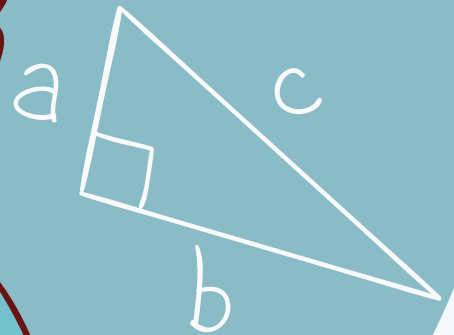


$$(a+b)^2 = a^2 + b^2 + 2ab$$

$$\frac{x}{3} = \frac{4}{2}x^2 - 1$$

$$E = mc^2$$

$$a^2 + b^2 = c^2$$



» **EDUCATRIX** **Como você se envolveu com matemática e que tipo de aluna você era?**

**JO BOALER:** Quando eu estava crescendo na Inglaterra, a matemática era muito ensinada – e continua sendo ensinada – de um modo tradicional. O professor ficava lá e nos ensinava os métodos, e nós apenas os repetíamos. Eu era boa aluna, mas não me interessava por matemática. Eu planejava seguir carreira na área de Ciências, mas fiz o nível A de matemática, que é um dos níveis avançados – na Inglaterra, aos 17 e aos 18 anos, os alunos escolhem três ou quatro disciplinas.

Foi nessa época que a matemática mudou para mim, porque eu tinha uma professora que ensinava a mesma matemática, mas ela nos colocava para trabalhar em grupos. Eu trabalhava com meus colegas e depois compartilhávamos nossas ideias com a professora. E, de repente, eu não tinha mais medo de compartilhar minhas ideias, porque elas vinham do nosso grupo. Era interessante discutir como abordaríamos as coisas.

Decidi me tornar psicóloga educacional, e, para ser psicóloga educacional, é preciso lecionar por dois anos. Então, optei por lecionar Matemática.

**EDUCATRIX** **E como foi a sua relação com a matemática nesse novo contexto?**

**JO BOALER:** Quando eu estava na Universidade de Londres e comecei a lecionar matemática, fiquei intrigada pelo fato de que ela é ensinada de uma maneira tão ruim, que a maioria das pessoas não consegue acessá-la.

Foi quando eu estava me formando para ser professora, aos 21 anos, que a matemática realmente ganhou vida para mim, pois os professores ensinavam essa matéria mais multidimensional.

Eu também estava em uma escola em Londres como professora estagiária e vi isso em ação lá. Vi esses alunos de origens muito difíceis, muito diversos culturalmente e socialmente, tendo prazer com a matemática, discutindo ideias entre eles, com nuances diferentes e construindo coisas. Foi então que percebi: “Nossa, a matemática é tão traumática para tantas pessoas, mas pode ser completamente diferente”.

Acabei fazendo um mestrado para refletir mais sobre essas questões; depois, um doutorado, e então vim para [a Universidade de] Stanford.

**EDUCATRIX** **Você acredita que os professores têm um papel importante e podem mudar a percepção dos alunos em relação à matemática?**

**JO BOALER:** Sim, com certeza. Minha carreira é focada em ajudar professores a buscar os melhores métodos, as melhores abordagens. Um professor pode mudar tudo para os alunos.

Eu tive essa experiência quando tinha 17 anos. Se um professor trata os alunos como sujeitos pensantes, isso os modifica. E, mesmo que eles tenham outros professores que apenas ensinem a matemática como regra, eles ainda já mudaram. Realmente acredito que professores individualmente podem fazer muito pelos alunos.

**EDUCATRIX** **A maneira como se ensina a matemática, além de modificar a percepção em relação à disciplina, também pode impactar a aprendizagem?**

**JO BOALER:** Com certeza. Tinha tanta coisa acontecendo na vida dos meus alunos quando fui professora em Londres, que eles tinham todos os motivos para não se conectarem com a matéria. Mas quando perceberam que ela poderia ser uma matéria empolgante, que podiam trabalhar com seus amigos, resolver quebra-cabeças e fazer jogos de matemática, eles realmente se interessaram.

Então, acho que a matemática desempenha um papel importante na vida dos alunos. É a matéria que destrói a autoconfiança deles. No entanto, também pode desempenhar um papel muito diferente, em que realmente estimule os jovens, e é isso que me motiva a tentar mudar a matemática para as crianças.

**EDUCATRIX** **Então, o problema é a forma como a matemática é ensinada ou tem a ver com formação dos professores?**

**JO BOALER:** São as duas coisas. Uma grande parte está no ensino. Vemos professores diferentes ensinando o mesmo conteúdo. Um ensina matemática como uma lista de regras e procedimentos, e o outro ensina como ideias que as crianças discutem.

Portanto, você pode mudar muito pela maneira como ensina, mas acho que se torna difícil para os professores quando o conteúdo no currículo é tão denso e tradicional. No Ensino Médio, ainda ensinamos aos alunos cálculos complexos, que eles fazem à mão e que nunca usarão na vida. E ainda estamos ensinando o conteúdo que foi definido no século 19.

**EDUCATRIX** **O que você quer dizer com a ideia de que ainda aprendemos matemática a partir de uma visão do século 19?**

**JO BOALER:** Se você comparar o mundo daquela

época com o de hoje, que tipo de habilidades são necessárias? Naquela época, os jovens eram preparados para trabalhar em lojas, eles tinham que fazer os cálculos por conta própria. Não havia calculadoras. Havia uma ênfase muito grande na aritmética, porque era disso que as pessoas precisavam para trabalhar.

Agora, vivemos em uma época completamente diferente, em que a tecnologia pode fazer esses cálculos melhor do que qualquer pessoa. É um tempo no qual é mais importante o pensamento criativo, flexível, e a resolução de problemas, pensar sobre qual é a melhor abordagem para isso.

A tecnologia não faz isso, ela é boa em cálculos. Passamos quase todo o tempo nas escolas, ensinando cálculos, e não ensinamos essa flexibilidade, que é realmente o mais importante.

**EDUCATRIX** **É possível, na sua opinião, combinar a construção de um pensamento flexível, uma visão mais conceitual da matemática, e um currículo que é estruturado como um conjunto de habilidades ou de conteúdos?**

**JO BOALER:** Sim, é possível. Pegamos essa lista formal do currículo e fizemos livros, muitos dos quais foram traduzidos para o português, que ensinam a

mesma matemática de maneiras muito mais criativas, que envolvem os alunos no pensamento. Essa é uma maneira de mudar as coisas, de lançar outros materiais curriculares. Temos que mudar os materiais porque os professores não têm tempo para criar os seus próprios.

**EDUCATRIX** **Essa é a sua motivação para produzir metodologias e materiais para professores? Como isso se articula com suas pesquisas e a ideia de Mentalidade Matemática?**

**JO BOALER:** Eu já estava familiarizada com a importância de como a matemática é abordada há muito tempo, mas foi há cerca de 10, 12 anos que o trabalho sobre Mentalidades Matemáticas teve início.

Eu estava me mudando de volta para Stanford pela segunda vez e conheci Carol Dweck [*criadora do termo mentalidade do crescimento*] e alguns neurocientistas. Havia uma neurociência realmente incrível surgindo, mostrando como o nosso cérebro processa a matemática e que, na verdade, temos cinco caminhos diferentes, que podem processar ideias matemáticas.

Duas delas são visuais. Portanto, há tantas evidências concretas de que precisamos fazer algo diferente com a matemática que achei que »

"FIZEMOS LIVROS QUE ENSINAM A MESMA MATEMÁTICA DE MANEIRAS MUITO MAIS CRIATIVAS, QUE ENVOLVEM OS ALUNOS NO PENSAMENTO."



» precisávamos divulgar mais isso para as pessoas. Na verdade, a primeira coisa que fiz foi criar um curso chamado Como Aprender Matemática, acho que foi em 2014, e era gratuito.

Então, coloquei essas ideias nesse curso on-line e as disponibilizei, sem saber se alguém iria fazer. Mas, naquele primeiro verão, 30 mil professores fizeram o curso. Eles começaram a compartilhar com outras pessoas, e isso cresceu cada vez mais.

Foi quando os professores que fizeram o curso começaram a me escrever dizendo: “Agora que fizemos o curso, que foi incrível, o que vem a seguir?”. Então, foi quando decidimos começar o YouCubed e colocar algumas das ideias em um site.

O YouCubed começou em 2015, eu acho, e colocamos as pesquisas sobre mentalidades, mas sabíamos que os professores não tinham tempo para sentar e ler muitas pesquisas, então também colocamos exercícios de matemática que sabíamos que eram bons para os alunos. O crescimento foi muito rápido.

Começamos a fazer workshops em Stanford, e um deles contou com a participação do grupo do Brasil. O Instituto Sidarta teve a ideia de levar isso para o Brasil. Eles sabiam que essas ideias não eram difundidas no Brasil, e que havia muito trauma com a matemática, então fizeram um trabalho realmen-

te importante, que traduziu todo o YouCubed e os meus livros para o português, o que contribuiu para difundir a abordagem Mentalidades Matemáticas.

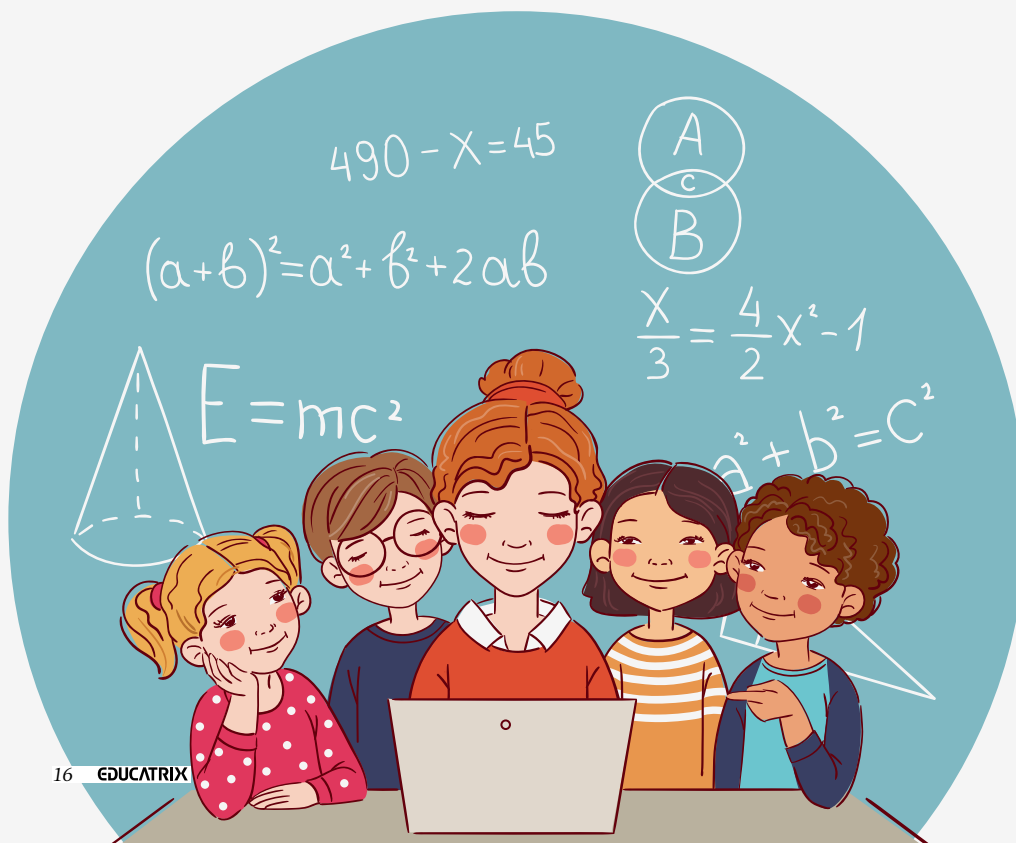
#### EDUCATRIX **Você pode explicar melhor o conceito de Mentalidades Matemáticas?**

**JO BOALER:** A maioria dos alunos nos Estados Unidos, e sei que isso também acontece em outros países, ainda acredita que uma pessoa tem ou não um cérebro matemático.

Talvez as pessoas não acreditem nisso quando começam a estudar, mas quando começam passar por dificuldades na escola, quando percebem que outras crianças não as têm, elas passam a acreditar que essas outras crianças têm um cérebro bom para matemática, e elas não. Quando uma criança começa ter essa ideia, começa a ir mal em matemática. Já sabemos que o que uma pessoa acredita sobre si mesma muda a forma como seu cérebro funciona.

Existem esses alunos, que não acreditam que têm um cérebro para matemática, e seus pais muitas vezes reforçam essas mensagens. Uma das nossas principais missões, quando começamos o YouCubed, foi livrar-nos dessa ideia.

Eu sabia que isso não era verdade no meu trabalho como professora, mas também sabia que muitas



“A MATEMÁTICA TAMBÉM PODE DESEMPENHAR UM PAPEL EM QUE REALMENTE ESTIMULE OS JOVENS, E É ISSO QUE **ME MOTIVA A TENTAR MUDAR A MATEMÁTICA PARA AS CRIANÇAS.**”

pessoas acreditavam nisso. A neurociência mostra que isso realmente não é verdade, que o cérebro de todas as pessoas está sempre se desenvolvendo, crescendo, fortalecendo-se, e que não nascemos com caminhos matemáticos pré-definidos. Nós os desenvolvemos ao longo da vida, e qualquer pessoa pode desenvolver os caminhos dos quais precisa para se sair bem em matemática.

Queríamos muito compartilhar essa informação, e foi o que fizemos. Ela realmente se difundiu em muitos lugares, mas ainda há muitas pessoas que acreditam no mito do cérebro matemático a ser alcançadas por nosso projeto.

Também há quem diga que os meninos são melhores que as meninas em matemática, o que está associado à maneira como a cultura está estruturada.

#### **EDUCATRIX Como você vê o ambiente de ensino de matemática no Brasil?**

**JO BOALER:** Com certeza, há trabalho a ser feito no Brasil. Parece que muitos professores sofrem com a ideia de que não tinham um cérebro matemático e têm um trauma matemático bastante significativo, principalmente nos anos do Ensino Fundamental. Por isso, é muito importante trabalhar com os professores e compartilhar essas ideias. Percebo que as pessoas estão muito abertas a elas, e que talvez precisem acreditar um pouco mais no potencial de mudança.

O que torna uma aula de matemática realmente boa é quando você confia no raciocínio dos alunos, estimula-os a pensar e usa isso como base para a discussão. Lembro-me de quando eu tinha 17 anos. Tinha uma professora de matemática que simplesmente nos convidava a conversar. Ela não tinha tecnologia nem materiais bons, mas acreditava realmente que os alunos deveriam ser os responsáveis por pensar e discutir.

Portanto, os professores podem fazer essa mudança em suas próprias salas de aula, sem dinheiro ou infraestrutura. Agora, é claro, dinheiro e infraestrutura são úteis. O que descobri em meu trabalho com professores ao longo dos anos é que você precisa de tempo para que eles experimentem a matemática de maneira diferente.

Acredito que, se eu tiver dois dias com o professor, mesmo que ele venha pensando que matemática é apenas uma lista de regras, ele mudará quando realmente experimentar por si mesmo e ver as conexões ou ver a matemática de maneira diferente, mas isso envolve financiamento, para que os professores tenham tempo e espaço para experimentar.

#### **EDUCATRIX Você contou que, alguns anos atrás, a neurociência trouxe novos insights e perspectivas para a compreensão de como funciona a aprendizagem da matemática. Isso ainda é verdade hoje ou já existem evidências científicas de outras áreas que podem ajudar a evoluir nesse aspecto?**

**JO BOALER:** Os neurocientistas continuam a trazer informações importantes sobre matemática e o cérebro, mas esse não é o único campo de pesquisa. Acho que as ciências da aprendizagem em geral são um campo muito bom para descobrir o que funciona e o que não funciona. Os neurocientistas não pesquisam especificamente sobre escolas ou ensino, então é necessário que outros pesquisadores precisem fazer esse tipo de pesquisa de tradução, pessoas que sejam treinadas para estudar ensino-aprendizagem e que tenham métodos diferentes para realmente explorar o que os alunos estão aprendendo. □



#### **JO BOALER**

**é professora de Educação Matemática em Stanford, cofundadora do YouCubed e criadora da abordagem Mentalidades Matemáticas. Autora e pesquisadora, defende que todos podem aprender matemática em alto nível e já publicou 14 livros sobre educação e psicologia.**

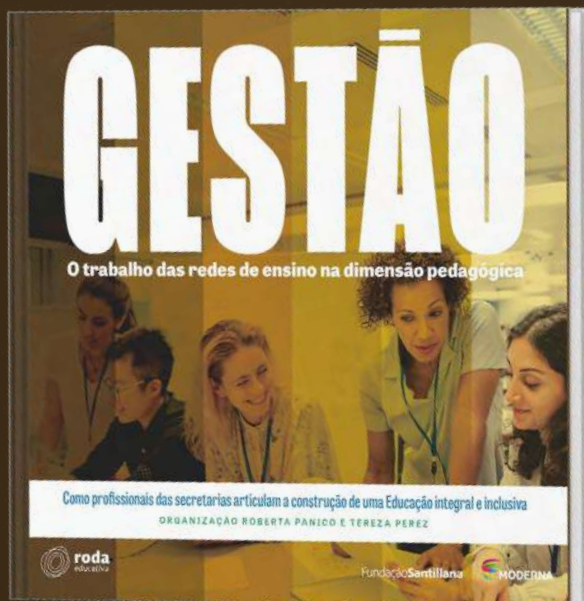
#### **PARA SABER MAIS**

- YOCUBED. Disponível em [https://mod.lk/ed28\\_en1](https://mod.lk/ed28_en1). Acesso em: 22 jan. 2026.
- BOALER, Jo. *Stanford Online: Como aprender matemática: para estudantes*. Stanford Online, Califórnia, 2025. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_en2](https://mod.lk/ed28_en2). Acesso em: 23 jan. 2026.
- INSTITUTO SIDARTA. *Instituto Sidarta*. São Paulo, 1998. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_en3](https://mod.lk/ed28_en3). Acesso em: 24 jan. 2026.



O FUTURO DAS REDES DE ENSINO COMEÇA COM

# LIDERANÇAS EFICIENTES



O livro **Gestão** foi desenvolvido para ajudar a qualificar decisões pedagógicas, estruturar práticas educacionais e fortalecer lideranças das redes de ensino.



**LEIA AGORA!**



FUNDAMENTOS PARA GARANTIR SEU

# PROTAGONISMO

A coleção dá voz e instrumentaliza todos os agentes que fazem a educação acontecer.

LIVROS DIGITAIS EXCLUSIVOS!



CONHEÇA TAMBÉM O NA ESCOLA

Um **podcast** que conversa com os temas dos livros e valoriza a prática educativa.



OUÇA AGORA



Fundação Santillana





# Acompanhamento das escolas como estratégia de equidade na educação pública

Entre a rotina intensa e as demandas diárias, o foco precisa ser o estudante: diversidade, equidade e planejamento orientam uma educação de verdade.

TEXTO *Tereza Perez, Roberta Panico e Viviane Anselmo*

**O TRABALHO** dentro da Secretaria de Educação é intenso, desafiador e de muita responsabilidade para cumprir com o propósito de uma educação de qualidade social. As demandas são inúmeras: atender às escolas, aos diferentes departamentos internos, ao gabinete do prefeito, orientar prestações de contas, dialogar com outras secretarias e com instituições da sociedade civil. Às vezes, a atuação é tão intensa em responder às solicitações, que se perde o propósito e o sentido da ação. Uma roda-viva de atendimentos que deixa o planejamento de lado e impacta diretamente a vida dos estudantes.

Na correria do cotidiano, é preciso parar, recuperar o planejamento e se perguntar: o que é realmente prioritário? Qual é o sentido do nosso trabalho?

Se a política educacional está a serviço dos direi-

tos dos estudantes e a Secretaria é promotora desses direitos, então o melhor lugar para verificar se estão sendo efetivados é conhecer, por meio da observação, da escuta e do acompanhamento próximo, como está o clima escolar de cada escola, suas conquistas, suas tensões e suas necessidades. É esse olhar atento que permite identificar se as instituições se aproximam ou se distanciam dos propósitos almejados, fazendo valer o princípio da equidade: oferecendo a cada uma as condições técnicas e os materiais necessários para que possam garantir direitos.

O fato é que aprendemos a trabalhar numa busca incessante de padronização e homogeneização, ignorando a diversidade entre as escolas, os estudantes, os professores e os gestores, desconsiderando contextos econômicos, socioculturais, ambientais e emocionais. Essa lógica prejudica a formação atenta à integralidade dos sujeitos e desconsidera a interdependência entre as pessoas que compõem o ambiente escolar. »

» Na concepção de Milton Santos, o conceito de território ultrapassa a delimitação física ou administrativa do espaço. O geógrafo propõe uma compreensão dinâmica e relacional do território, especialmente potente para pensar a escola inserida em seu contexto comunitário. O território é muito mais que um espaço geográfico delimitado: é composto pelo ambiente e por sua identidade refletida em seu uso. Ou seja, é o lugar onde tudo acontece: disputas, tensões, potências, fragilidades, belezas, estabilidades e instabilidades.

Ao aplicar esse conceito, a escola deixa de ser vista como um prédio com pessoas abstratas e passa a ser compreendida como parte de um território socioambiental, um espaço que traduz a diversidade das relações de poder, das solidariedades e das trajetórias dos sujeitos que o compõem. O território escolar é um espaço de trocas materiais e simbólicas, de produção de conhecimento, de estudo, de resistência e de transformação social. Pensar a escola como território implica reconhecer que ela é resultado de processos históricos, marcada por memórias e disputas, e que sua função educativa só se realiza plenamente quando dialoga com a natureza das pessoas e com sua própria natureza para existir no contexto da comunidade.

Cada escola está inserida em um território com potencialidades e necessidades diversas: quilombolas, ribeirinhos, indígenas, campo, urbano, periferias. Todos esses contextos trazem condições diferentes para a garantia dos direitos de aprendizagem. Como considerar essa diversidade e superar a tendência de padronizar o atendimento ou priorizar algumas escolas como “vitrine”? A escuta e o acompanhamento precisam ser personalizados. É necessário superar a lógica da padronização, que ignora a diversidade e desconsidera contextos econômicos, socioculturais, étnicos, raciais, ambientais, regionais e emocionais, quando assumimos o propósito de trabalhar pela equidade e interromper o ciclo de iniquidades.

Trabalhar na contramão dessa lógica homogeneizante significa adaptar as regras e as condições materiais e emocionais às necessidades e às possibilidades de cada um, identificando o que é comum e o que é específico. É proporcionar ações diferenciadas em busca da igualdade de oportunidades e do direito de aprender, promovendo o desenvolvimento de todos. O papel da escola é gerar condições para que todos aprendam, e o da rede de ensino, possibilitar que as escolas contribuam significativamente para a aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens (Panico; Perez, 2022).

Os resultados das avaliações externas constituem-

–se como um dos indicadores sobre as necessidades de apoio às escolas. No entanto, não são suficientes e não podem ser analisados de maneira isolada, já que não evidenciam a diversidade dos contextos escolares. Na análise dos dados, é fundamental reconhecer que nossa sociedade é muito desigual e que essa desigualdade desequilibra a distribuição de acesso e de oportunidades educacionais (Costa; Araújo; Ponce, 2023). É por isso que ranquear as escolas de uma rede ou de diferentes municípios não faz sentido, considerando realidades tão diversas.

No monitoramento das aprendizagens, é fundamental olhar para os dados com outras lentes e outros recursos, trabalhando coletivamente na construção de estratégias para lidar com a diversidade de escolas em seus territórios, acompanhando-as e garantindo equidade no apoio e na interlocução.

## O OLHAR PARA A DIVERSIDADE DE ESCOLAS E DE TERRITÓRIOS NUMA REDE DE ENSINO

Um primeiro passo importante é a equipe da Secretaria humanizar o processo de ensino-aprendizagem, respeitando as individualidades, as potencialidades e as dificuldades de cada escola e de seus estudantes, suas comunidades, seus professores e seus gestores.

Para além dos números e dos indicadores educacionais, é preciso olhar mais a fundo o contexto de cada instituição. As tensões em torno dos resultados muitas vezes fazem com que eles deixem de servir como instrumento para a melhoria da educação e passem a ter usos preocupantes: o uso político dos dados, os rankings que levam a fraudes e à corrupção pedagógica. Nesses casos, o foco não está na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes, mas no treinamento e na seleção para provas oficiais.

É preciso retomar um olhar formativo para os dados e os fatos, comprometendo-se com o acompanhamento da potência do ambiente escolar como território de formação ampla, de circulação de saberes e de desenvolvimento. É preciso acreditar e investir na qualidade do relacionamento entre as pessoas, considerando que uma boa convivência, o respeito, a escuta e a participação democrática são essenciais para que as mudanças fluam.

Dessa forma, as ações de análise, a escuta e o acompanhamento serão construídos com base em uma leitura mais complexa do que efetivamente acontece no cotidiano escolar, para além da



análise de indicadores de desempenho ou de taxas de aprovação.

Um movimento importante nesse processo é a identificação das escolas e dos estudantes que demandem ações específicas de apoio ao longo do percurso escolar. Essa identificação não pode se basear exclusivamente em resultados de avaliações externas, mas deve articular diferentes fontes de informação: registros escolares, frequência, relatos das equipes, observações sobre o clima escolar, condições de infraestrutura, acesso a políticas públicas no território. O foco desloca-se do resultado para o acompanhamento do processo, permitindo intervenções mais contextualizadas.

Outra frente fundamental é o conhecimento das reais demandas de desenvolvimento profissional dos professores e dos gestores. Esse conhecimento não se constrói apenas a partir de diagnósticos padronizados, mas sobretudo por meio de espaços sistemáticos de planejamento, de diálogo e de reflexão sobre a prática com as equipes gestoras das escolas. A escuta qualificada e a análise dos registros de trabalho realizados por essas equipes possibilitam compreender quais desafios estão colocados em cada contexto, quais saberes precisam ser fortalecidos e quais estratégias já vêm sendo desenvolvidas localmente, evitando a imposição de formações genéricas e pouco alinhadas à realidade escolar.

O acompanhamento atento também exige a construção de uma documentação consistente a partir de dados contextualizados, de modo a subsidiar o diálogo com outras instâncias do sistema educacional. Pleitear apoio técnico, financeiro ou institucional junto a órgãos estaduais e federais pressupõe a capacidade de evidenciar as especificidades dos territórios, as desigualdades enfrentadas e os impactos dessas condições no direito à aprendizagem.

A partir dessa leitura ampliada e dos movimentos de escuta personalizados, é fundamental planejar ações que dialoguem com as diferentes realidades, articulando respostas que possam incluir a organização de grupos de apoio pedagógico, a elaboração de planos de formação continuada, a contratação ou a realocação de profissionais, os ajustes no transporte escolar, as adequações na oferta de alimentação, entre outras. Embora essas ações tenham amplo alcance, sua implementação precisa considerar os contextos específicos, evitando soluções homogêneas para problemas que se expressam de formas distintas pelos territórios.

Outro aspecto fundamental diz respeito ao diálogo com a comunidade escolar e a sociedade. Construir registros que contemplem dados reais e análises contextualizadas é condição para qualificar a interlocução com as famílias, os conselhos, os fóruns e as demais instâncias de participação social. A transparência sobre as decisões tomadas, os critérios adotados e os desafios enfrentados fortalecem a legitimidade da política educacional e reafirmam seu compromisso com a garantia de direitos.

Por fim, o olhar para a diversidade de escolas e de territórios exige que a Secretaria reflita continuamente sobre o planejamento inicialmente proposto, revisitando metas, estratégias e prioridades à luz do acompanhamento realizado. Esse processo inclui a validação e a atualização dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP), entendendo-os não como documentos formais e estáticos, mas como construção coletiva que orienta o diálogo entre as realidades concretas, o desenvolvimento e as aprendizagens dos estudantes e os desafios emergentes dos territórios.

Ao acompanhar cada escola evidencia-se a necessidade de um trabalho intersetorial para que as demandas e a melhoria das condições de vida de estudantes, seus familiares e de profissionais da educação possam se qualificar, bem como para otimizar os recursos e as condições de atuação de outras secretarias. Realizar momentos de integração entre educação, saúde, assistência social, transporte e cultura incide diretamente na qualificação do desenvolvimento da educação integral e no atendimento das políticas setoriais, fortalecendo o regime de colaboração com os estados e a União. A corresponsabilidade pela melhoria das aprendizagens e das condições de vida dos municípios passa a ser compartilhada.

Segundo o dito popular “uma andorinha só não faz verão”, a educação sozinha não consegue transformar a realidade do município. É preciso a integração, os diferentes olhares e as atuações sobre uma mesma situação para que esta possa ser superada, aprimorada e encaminhada. »

LANÇAMENTO

**Exclusivo em  
2026!**

**O acompanhamento das escolas e outras frentes de atuação das redes municipais de ensino será tema de uma obra voltada para as equipes técnicas das Secretarias de Educação, a ser lançada em breve pela Fundação Santillana, em parceria com a Roda Educativa e a Editora Moderna. A publicação tem como objetivo apoiar o dia a dia desses profissionais, reconhecendo a importância de sua atuação na política educacional dos diferentes territórios.**

### » O CASO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE (PROJETO JAÊ)

O município de Santa Bárbara d'Oeste exemplifica como uma Secretaria de Educação pode estruturar sua atuação para além da análise isolada de resultados, articulando dados, escuta qualificada das escolas e leitura territorial para orientar decisões pedagógicas e de gestão.

Desde 2021, a Secretaria Municipal de Educação vem construindo uma política pública voltada à promoção de relações raciais positivas, tendo como premissas o acompanhamento sistemático das escolas e das trajetórias dos estudantes, o trabalho intersetorial e o reconhecimento da complexidade dos territórios. Essa política se materializa no Projeto Jaê, desenvolvido com apoio técnico da Roda Educativa e apoio financeiro inicialmente do Itaú Social e, posteriormente, do Ateliê Escola Acaia.

O projeto foi estruturado a partir de um amplo diagnóstico, realizado ao longo de quatro meses, envolvendo gestores das 53 escolas municipais, que atendem a cerca de 15.059 estudantes e com 449 professores. As ações do Jaê foram organizadas em seis eixos articulados: formação em gestão escolar e educacional; acompanhamento de um grupo-piloto de escolas; mobilização social e construção de uma rede intersetorial de proteção e combate ao racismo; formulação de política pública; difusão cultural; e socialização de práticas pedagógicas antirracistas.

Uma estratégia estruturante adotada pela Secretaria foi a divisão do município em seis territórios educacionais, definidos a partir de características específicas de cada região. Para cada território, realiza-se um mapeamento contínuo da composição de gênero, de raça e de condição socioeconômica dos estudantes, bem como a análise dos resultados dos diagnósticos de leitura. Esse movimento permitiu qualificar o acompanhamento da rede, deslocando o foco do desempenho individual das instituições para uma compreensão mais ampla das desigualdades territoriais.

A partir da constatação de que territórios mais racializados e socialmente vulneráveis apresentavam, em geral, resultados mais baixos nos diagnósticos de leitura, a Secretaria passou a desenvolver estratégias específicas de monitoramento da desigualdade territorial. Foi proposto um índice de desigualdade, capaz de quantificar essa desvantagem por território e por escola. Se antes já era possível identificar quais escolas apresentavam melhores ou piores resultados, o índice permitiu evidenciar quais estavam mais penalizadas pelas desigualdades estruturais, orientando a priorização de ações, a alocação de recursos e o desenho de intervenções ajustadas às realidades concretas.

Juliana Ramos, coordenadora do Núcleo Jaê, destaca: “O Projeto Jaê abriu um novo eixo: o acompanhamento da aprendizagem de leitura com foco interseccional, cruzando níveis de leitura com perfil racial e socioeconômico. Isso nos permitiu trazer luz para a desigualdade. Não adianta dizer que os alunos não têm oportunidade em casa. A escola precisa suprir essa falta de acesso aos bons livros, ao jornal, à tecnologia. Só com dados conseguimos construir uma política pública eficaz. Quando falamos de educação antirracista, pensamos em não deixar ninguém para trás, numa escola onde caibam todos”.

A fala evidencia como o acompanhamento, quando orientado por uma leitura interseccional que considera as especificidades dos territórios, ultrapassa o nível dos indicadores e incide diretamente sobre o cotidiano da sala de aula. A equidade exige ações intencionais, capazes de garantir acesso a livros, práticas de leitura, tecnologias e experiências culturais que ampliem o repertório dos estudantes e de suas famílias. O uso dos dados não se restringe à produção de diagnósticos, mas sustenta a construção de uma política pública comprometida com a redução das desigualdades, orientada pelo princípio de que ninguém deve ficar para trás.



## FOCO NA GARANTIA DOS DIREITOS

O acompanhamento das escolas pelas Secretarias de Educação constitui um eixo estruturante para a garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes, desde que compreendido como um processo contínuo, relacional e contextualizado. Monitorar uma rede de ensino implica ir além das métricas tradicionais de desempenho, incorporando a leitura das especificidades dos territórios, das trajetórias dos sujeitos e das dinâmicas construídas no cotidiano escolar. Nesse sentido, os dados educacionais assumem um papel formativo e político, orientando decisões que incidem diretamente sobre as condições e os processos de ensino-aprendizagem.

A diversidade das escolas configura-se como a condição real sobre a qual as políticas públicas precisam se sustentar para não reproduzir ou aprofundar desigualdades históricas. Ignorar os contextos territoriais, sociais, étnico-raciais e socioeconômicos em nome de soluções padronizadas compromete a efetividade das ações e fragiliza o compromisso com a equidade. Reconhecer essa diversidade exige abandonar lógicas homogeneizantes e assumir que respostas diferenciadas são necessárias para garantir oportunidades educacionais mais justas.

Nesse processo, o uso qualificado dos dados demanda, necessariamente, uma escuta ativa da comunidade escolar, a valorização dos saberes construídos nas escolas e a compreensão das potencialidades e dos desafios de cada território. Muitos dos processos educativos que sustentam trajetórias de aprendizagem mais equitativas não se traduzem imediatamente em indicadores padronizados, mas se expressam nas relações, nas práticas pedagógicas, no clima escolar e nas estratégias cotidianas de cuidado e de mediação.

O estudo de caso apresentado reforça que, quando o acompanhamento é feito de perto, de forma interseccional e orientado por princípios de equidade, ele amplia a potência de atuação das Secretarias de Educação. Mais do que medir resultados, trata-se de sustentar processos que permitam compreender as desigualdades, enfrentá-las de forma intencional e garantir que nenhuma trajetória de aprendizagem seja invisibilizada. É nesse movimento que o monitoramento deixa de ser um instrumento de controle e passa a se constituir como um recurso estratégico para a garantia do direito universal à educação. □

### TEREZA PEREZ

*é diretora-presidente da Roda Educativa. É pedagoga e foi professora e coordenadora pedagógica na Educação Básica. Participa da elaboração e da implementação de diversas políticas educacionais. É autora de várias publicações de abrangência nacional, sendo as mais recentes Turmas Multisseriadas: Estudo, Pesquisa e Memórias e Docência: Ensinar, Aprender e Transformar Agora.*

### ROBERTA PANICO

*é diretora-executiva da Roda Educativa. É pedagoga e mestra em Formação de Formadores. Atuou como professora em escolas públicas e como consultora do Ministério da Educação na Educação de Jovens e Adultos (EJA), entre 2000 e 2002. Desde então, vem apoiando a implementação de políticas públicas nacionais em redes públicas de ensino. Participou da coordenação editorial das obras O que Revela o Espaço Escolar? e Direção para Novos Espaços e Tempos da Escola, publicadas em parceria com a Moderna.*

### VIVIANE ANSELMO

*é coordenadora pedagógica na Roda Educativa. É pedagoga e mestra em Educação e atuou como professora na Educação Básica. Atualmente, é professora no ensino superior, no curso de Pedagogia. É autora de livros didáticos de Língua Portuguesa e de materiais e percursos formativos voltados para professores e gestores escolares. Participou como autora e coordenadora na elaboração das obras Coordenação Pedagógica: Identidade, Saberes e Práticas e Docência: Ensinar, Aprender e Transformar Agora, publicadas em parceria com a Moderna.*

### PARA SABER MAIS

- RODA EDUCATIVA. *Revista Jaê*. 2. ed., nov. 2024. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_fc1](https://mod.lk/ed28_fc1). Acesso em: 23 jan. 2026.
- PANICO, Roberta; PEREZ, Tereza (orgs). *Direção para os novos espaços e tempos da escola*. São Paulo: Santillana Educação, 2022. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_fc2](https://mod.lk/ed28_fc2). Acesso em: 23 jan. 2026
- COSTA, Thais Almeida; ARAÚJO, Wesley B.; PONCE, Branca Jurema. *Justiça social e justiça curricular*. Revista Cocar, Belém, v. 18, n. 36, 2023.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- COLOMBI, Raquel. *Projeto Jaê – Educação para Equidade*. Roda Educativa, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_fc3](https://mod.lk/ed28_fc3). Acesso em: 23 jan. 2026.
- LOPES, Noêmia. *O que é o projeto político-pedagógico (PPP)*. Gestão Escolar, 1º dez. 2010. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_fc4](https://mod.lk/ed28_fc4). Acesso em: 24 jan. 2026.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE. *Projeto Jaê: aulas compartilhadas possibilitam qualificar aprendizagens na Rede Municipal de Ensino*. Santa Bárbara d'Oeste, 30 abr. 2024. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_fc5](https://mod.lk/ed28_fc5). Acesso em: 24 jan. 2026.



# O uso do Ideb nas gestões escolar e educacional: reflexões essenciais para gestores municipais

O desafio das redes de ensino para ir além da interpretação dos resultados dos indicadores e elaborar planos de ação consistentes, eficazes e sustentáveis.

TEXTO *Ernesto Martins Faria*





**DESDE SUA CRIAÇÃO**, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) passou a ocupar um lugar central no debate educacional brasileiro. Para além de sua ampla divulgação na imprensa e de sua incorporação aos discursos políticos, o Ideb se consolidou como uma das principais referências para orientar decisões de gestão nas redes de ensino. Ao longo de quase duas décadas, o indicador contribuiu de forma decisiva para fortalecer a cultura de monitoramento de resultados educacionais no país, deslocando o debate público do simples acesso à escola para a discussão sobre aprendizagem e progressão escolar.

No entanto, a forma como esse indicador é apropriado pelos gestores municipais varia enormemente — e essa variação ajuda a explicar por que, em alguns contextos, o Ideb contribui para avanços consistentes e sustentáveis, enquanto, em outros, gera frustração, práticas pedagógicas inadequadas ou estratégias de curto prazo pouco alinhadas ao direito à aprendizagem. O Ideb, como a maioria das políticas baseadas em indicadores, produz efeitos virtuosos ou perversos, a depender do modo como é interpretado, comunicado e utilizado.

É a partir dessa constatação que este texto propõe seis reflexões essenciais que todo gestor municipal deveria fazer ao analisar os dados educacionais do Ideb de sua rede de ensino. As reflexões não têm a pretensão de esgotar o tema, mas

de oferecer um conjunto de aspectos que ajudem a qualificar o uso do indicador.

Ao refletir sobre o uso do Ideb na gestão escolar, é fundamental partir de uma premissa básica: o Ideb não é — nem pretende ser — uma medida exaustiva da qualidade da educação. Trata-se de um indicador sintético, construído a partir de dois componentes centrais — aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, aferida pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e aprovação escolar, medida pelo Censo Escolar. Como todo índice, ele carrega limitações importantes: não contempla todas as áreas dos currículos, não explicita desigualdades internas de forma direta e não descreve os processos pedagógicos que levam aos resultados observados.

Ainda assim, reconhecer suas limitações não deve levar à sua negação ou à relativização excessiva. É pouco razoável supor que uma rede de ensino que apresente Ideb persistentemente baixo esteja oferecendo uma educação de alto impacto em termos de aprendizagem e de progressão escolar. Ainda que o índice não capture toda a complexidade do fenômeno educacional, ele dificilmente estaria baixo se a maioria dos estudantes estivesse aprendendo o esperado e avançando regularmente ao longo da escolaridade. Reconhecer simultaneamente os limites do indicador e sua força como sinalizador é o ponto de partida para um uso responsável e qualificado na gestão educacional. »

## » O QUE O IDEB REPRESENTA?

A primeira reflexão que todo gestor poderia fazer diz respeito ao significado real do Ideb de seu município. Mais do que perguntar “qual é a nossa nota?”, a questão central deveria ser: o que esse resultado está nos dizendo sobre a experiência educacional que estamos oferecendo aos nossos estudantes? Um Ideb baixo sinaliza, de forma bastante clara, que há problemas relevantes no aprendizado dos alunos, no fluxo escolar ou em ambos. Pode haver nuances, contextos adversos e desafios estruturais, mas o sinal emitido pelo indicador não pode ser ignorado.

Nesse sentido, relativizar excessivamente o Ideb — atribuindo seus resultados apenas a fatores externos, como o nível socioeconômico da população — pode se tornar um obstáculo à melhoria da educação. Evidências acumuladas ao longo das últimas décadas mostram que contextos adversos impõem desafios reais, mas não determinam, por si só, desempenhos educacionais inevitavelmente baixos. Há redes que, mesmo atendendo a populações vulneráveis, conseguem resultados melhores do que outras em condições semelhantes. Portanto, uma reflexão honesta sobre o Ideb exige que o gestor reconheça os condicionantes estruturais sem abrir mão da responsabilidade sobre as políticas, as práticas pedagógicas e as decisões de gestão adotadas.

## HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA REDE DE ENSINO

Uma segunda reflexão fundamental refere-se ao ponto de partida da rede e à sua trajetória ao longo do tempo. O Ideb foi concebido com a ideia de trajetórias diferenciadas, reconhecendo que redes partem de situações muito distintas. Assim, comparar notas absolutas entre municípios pode ser pouco informativo se desconsiderar a evolução histórica. Para o gestor municipal, é essencial analisar o Ideb de forma longitudinal: estamos avançando, estagnados ou regredindo? Em que ritmo? Em quais etapas do ensino?

**O IDEB, COMO A MAIORIA DAS POLÍTICAS BASEADAS EM INDICADORES, PRODUZ EFEITOS VIRTUOSOS OU PERVERSOS, A DEPENDER DO MODO COMO É INTERPRETADO, COMUNICADO E UTILIZADO.**





Esse olhar para a trajetória permite avaliar se as estratégias adotadas estão produzindo impacto real e se o esforço empreendido é compatível com os desafios enfrentados. No entanto, acompanhar a evolução do índice não significa aceitar qualquer crescimento como suficiente. Avanços muito lentos, especialmente em redes que partem de patamares baixos, indicam que gerações inteiras de estudantes continuarão tendo seus direitos de aprendizagem negados. Assim, o gestor precisa se perguntar: a velocidade do nosso progresso é compatível com a urgência do problema educacional que enfrentamos?

### UM INDICADOR COM MUITAS CAMADAS

A terceira reflexão diz respeito à composição do Ideb e ao risco de respostas simplistas. Muitos gestores tratam o índice como um número único, sem desagregar seus componentes. No entanto, compreender se os principais entraves estão na aprendizagem ou no fluxo escolar é decisivo para orientar a ação. Redes com desempenho razoável no Saeb, mas altas taxas de reprovação, enfrentam desafios muito diferentes daquelas em que os estudantes avançam de série, mas aprendem pouco. Em ambos os casos, o Ideb pode ser baixo, mas as respostas de política e de gestão precisam ser distintas.

Essa análise exige que o gestor vá além do próprio Ideb e utilize, de forma integrada, os dados do Saeb, do Censo Escolar e de avaliações internas. O Ideb não explica causas; ele apenas aponta sintomas. Cabe à gestão transformar esse sinal em diagnóstico, evitando respostas genéricas, ações isoladas ou decisões baseadas apenas em intuições.

É justamente nesse ponto que emerge uma reflexão central sobre o fenômeno do *gaming* — isto é, o uso estratégico e distorcido do indicador para melhorar resultados numéricos sem, necessariamente, melhorar a educação. Ao longo dos anos, diferentes pesquisas e relatos de campo têm evidenciado práticas reprováveis induzidas pelo foco excessivo

no Ideb, especialmente quando o índice passa a ser tratado como objetivo final, e não como meio.

Entre essas práticas, destacam-se estratégias como a concentração da reprovação em anos não avaliados, anos pares, com o objetivo de elevar artificialmente as taxas de aprovação nos anos em que o Saeb é aplicado. Também são exemplos de *gaming* a exclusão explícita ou velada de alunos com baixo desempenho das avaliações, seja por meio de transferências estratégicas, seja por estímulos à ausência deles no dia da prova. Tais práticas, além de eticamente inaceitáveis, violam o princípio básico da avaliação educacional e produzem uma falsa sensação de avanço.

Outra distorção recorrente é o estreitamento curricular, com foco quase exclusivo nos conteúdos cobrados pelo Saeb, em detrimento de uma formação integral e alinhada ao currículo. Quando isso ocorre, a rede deixa de mirar uma boa educação para mirar apenas um bom Ideb. O resultado pode até ser um ganho pontual no indicador, mas dificilmente se sustenta ao longo do tempo — e, mais grave, compromete a experiência educacional dos estudantes. Importante salientar aqui que muitos estudos mostram que a exigência dos itens do Saeb é inferior à cobrada pelas principais avaliações internacionais, como o Estudo Internacional de Progresso em Leitura (Pirls), o Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências (Timss) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

Essas práticas revelam um equívoco conceitual profundo: confundir o indicador com o objetivo da política educacional. O Ideb foi concebido para sinalizar problemas e orientar decisões, não para ser “batido” a qualquer custo. Redes que organizam sua gestão apenas para responder ao Saeb tendem a perder de vista dimensões essenciais da aprendizagem, como o desenvolvimento de competências mais complexas, a formação cidadã e a redução das desigualdades internas. »



O IDEB FUNCIONA COMO  
UM TERMÔMETRO:  
NÃO É ELE QUE CURA  
A DOENÇA, MAS SUA  
LEITURA ADEQUADA  
AJUDA A ORIENTAR  
O TRATAMENTO.





## » COMO AS DESIGUALDADES INFLUENCIAM O IDEB?

Uma quarta reflexão essencial está relacionada às desigualdades internas da rede, frequentemente invisibilizadas por indicadores que se utilizam de médias em sua composição, como é o caso do Ideb. Um município pode apresentar um índice razoável ao mesmo tempo em que mantém escolas com resultados muito baixos ou grupos de estudantes sistematicamente excluídos das oportunidades de aprendizagem. Assim, gestores precisam se perguntar: quem está se beneficiando dos avanços captados pelo índice e quem está ficando para trás?

Essa reflexão é particularmente relevante quando se considera a dimensão da equidade. O Ideb, por si só, não explicita desigualdades raciais, socioeconômicas ou territoriais. Sem análises complementares, há o risco de a gestão municipal interpretar resultados agregados como sinal de sucesso, mesmo quando parcelas significativas dos estudantes permanecem em situação de aprendizagem insuficiente. Usar o Ideb de forma responsável implica reconhecê-lo como ponto de partida para investigações mais aprofundadas, e não como retrato completo da realidade.

## COMO TRANSFORMAR OS RESULTADOS EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?

A quinta reflexão diz respeito ao uso pedagógico do Ideb e à sua integração ao cotidiano da escola. Um erro recorrente na gestão educacional é tratar o índice como um instrumento externo, associado apenas à prestação de contas, à imagem pública da rede ou à lógica de premiação e punição. Quando isso ocorre, o Ideb tende a gerar pressão, mas não é aprendido institucional.

Para cumprir sua função formativa, o indicador precisa ser apropriado pelas equipes escolares como parte de um ciclo contínuo de planejamento, acom-

panhamento e avaliação. Isso significa transformar os resultados do Ideb em perguntas pedagógicas concretas: quais habilidades estão mais frágeis? Em que etapas os problemas de aprendizagem se intensificam? Como as práticas de avaliação e de acompanhamento dos alunos têm influenciado o fluxo escolar? Sem esse movimento de tradução do dado em ação, o índice se limita a produzir diagnósticos tardios e pouco úteis para a melhoria cotidiana da escola.

## FOCO NO PROJETO EDUCACIONAL A LONGO PRAZO

Por fim, uma sexta reflexão, central para todo gestor municipal, é compreender que o Ideb não substitui um projeto educacional, mas pode reforçá-lo. Redes que obtêm avanços consistentes e sustentáveis no índice tendem a ser aquelas que possuem clareza curricular, estratégias de formação docente alinhadas às necessidades reais dos estudantes e mecanismos sistemáticos de acompanhamento da aprendizagem. Nesses contextos, o Ideb funciona como um termômetro: não é ele que cura a doença, mas sua leitura adequada ajuda a orientar o tratamento.

Em síntese, o uso do Ideb na gestão escolar exige equilíbrio, responsabilidade e intencionalidade. Ignorar suas limitações é um erro; desconsiderar completamente seus resultados, outro ainda maior. Embora não capture toda a complexidade da educação, o índice oferece sinais robustos sobre aprendizagem e fluxo escolar. E, nesse sentido, é pouco plausível acreditar que uma rede com o Ideb persistentemente baixo esteja promovendo uma educação de alto impacto. O desafio essencial para os gestores é utilizar o Ideb não como um fim, mas como ponto de partida para boas reflexões, decisões informadas e políticas educacionais capazes de garantir, de fato, o direito à aprendizagem de todos os estudantes. □

**ERNESTO MARTINS FARIA**  
*é diretor-fundador do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) e um dos criadores do QEdu, a maior plataforma de dados educacionais do país. No Iede, faz pesquisas e estudos em educação, tendo como temas foco, equidade, escolas eficazes, matemática e indicadores educacionais.*

### PARA SABER MAIS

- BQedu. Use dados. *Transforme a educação.* [site]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pa1](https://mod.lk/ed28_pa1). Acesso em: 24 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar*. Brasília, DF: Inep, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pa2](https://mod.lk/ed28_pa2). Acesso em: 27 jan. 2026.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. Brasília, DF: INEP, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pa3](https://mod.lk/ed28_pa3). Acesso em: 27 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *PIRLS*. Brasília, DF: Inep, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pa4](https://mod.lk/ed28_pa4). Acesso em: 27 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *PISA*. Brasília, DF: Inep, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pa5](https://mod.lk/ed28_pa5). Acesso em: 27 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *TIMSS*. Brasília, DF: Inep, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pa6](https://mod.lk/ed28_pa6). Acesso em: 27 jan. 2026.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sistema de Avaliação da Educação Básica (SaeB)*. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pa7](https://mod.lk/ed28_pa7). Acesso em: 27 jan. 2025.



# O projeto **NÚMERO 1** no apoio **ao Saeb!**

Com uma metodologia única e eficaz, apoiada em recursos impressos e digitais, e com qualidade e gestão pedagógica, o **Aprova Brasil** envolve estudantes, professores, gestores escolares e gestores das secretarias de educação em ações integradas, que desenvolvem as habilidades e competências exigidas nas avaliações do Saeb.

## METODOLOGIA ÚNICA

Para todos os anos escolares, a metodologia é cíclica e consiste em cinco fases.



Aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo e saiba mais sobre o projeto **APROVA BRASIL!**



Com o apoio da inteligência artificial, o **Aprova Brasil** transforma dados em ações pedagógicas. Ferramentas como correção de textos e avaliação da fluência leitora otimizam o tempo do professor e fortalecem a aprendizagem.

Acompanhamento especializado, tanto na implantação do projeto, quanto na formação docente, com devolutivas pedagógicas para cada bloco de simulado e direcionamento para planos de ação personalizados.



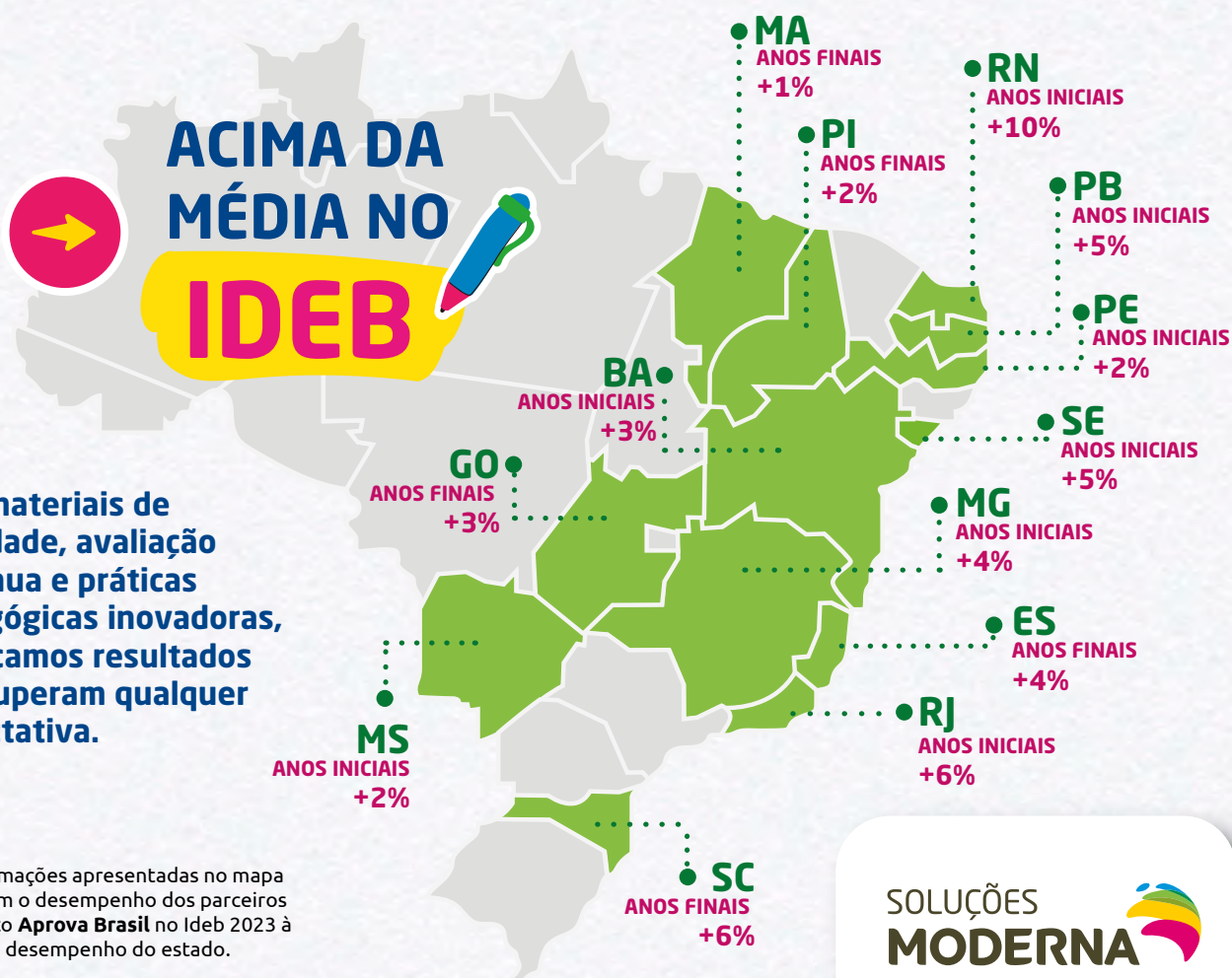
## RECURSOS IMPRESSOS

- Livros para o aluno
- Guia para o professor
- Simulados com folha de respostas
- Livro do coordenador
- Diário para o professor
- Livro de Produção de Texto
- Livro de Estratégias de Matemática
- Sugestão de abordagem socioemocional no Ensino Fundamental



## RECURSOS DIGITAIS

- Avaliação diagnóstica
- Simulados com correção automática
- Aplicativo com internet patrocinada
- Atividades complementares
- Videoaulas com acessibilidade
- Jogos educativos
- Relatórios completos de gestão e monitoramento
- Livros digitais



Com materiais de qualidade, avaliação contínua e práticas pedagógicas inovadoras, alcançamos resultados que superam qualquer expectativa.

\*As informações apresentadas no mapa comparam o desempenho dos parceiros do projeto **Aprova Brasil** no Ideb 2023 à média de desempenho do estado.

# UMA JORNADA DE APRENDIZAGEM EM TODOS OS ÂNGULOS

A nova edição do SET Brasil, agora em sua versão 360°, oferece uma **experiência de aprendizagem ainda mais completa** para as redes públicas de ensino.

Além de conteúdos atualizados, o sistema de ensino integra uma **abordagem socioemocional a práticas de atenção plena (*mindfulness*)**, promove o **desenvolvimento de competências essenciais** para a vida e possibilita um **ambiente de aprendizagem mais saudável e produtivo**.

Um diferencial importante do material é o apoio à **Educação Inclusiva**, assegurando que todos os estudantes tenham acesso a conteúdos que **valorizem suas individualidades e celebrem a diversidade**.



## Pilares



## Formação docente

Assessoria pedagógica para gestores, coordenadores e professores, com ações presenciais e à distância.

## Avaliações

Sondagem na Educação Infantil e um sistema robusto de avaliação no Ensino Fundamental, com foco na alfabetização, no Saeb e na BNCC.



# Nossas Soluções



**EDUCAÇÃO INFANTIL  
(DE 2 A 5 ANOS)**



**ENSINO FUNDAMENTAL  
ANOS INICIAIS**



**ENSINO FUNDAMENTAL  
ANOS FINAIS**



**EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA**



**Plataforma  
e aplicativo  
com internet  
patrocinada**



**LIVROS DIGITAIS**



**OBJETOS  
EDUCACIONAIS  
DIGITAIS**



**BANCO DE  
QUESTÕES**



**EAD PARA  
PROFESSORES**



**PLANEJADOR  
DE AULAS**



**CONTEÚDOS  
COMPLEMENTARES  
PARA O PROFESSOR**



# Educação integral cresce no país e busca sua identidade

Novo Sistema Nacional de Educação pode impulsionar a adoção do tempo integral por estados e municípios.

TEXTO Paulo de Camargo

**EM RORAIMA**, na Terra Indígena São Marcos, a Escola Municipal Indígena Integral Ko'Way Paula Bento realiza, entre outros projetos, oficinas de contos tradicionais, pinturas corporais, produções orais e escritas na língua Macuxi, Wapichana e Taurepang. No outro extremo do país, a 7.300 quilômetros, as escolas do campo Alaor Tarouco, Antenor Elias de Mattos e Dr. José Maria da Silveira aprendem sobre educação alimentar e técnicas agrícolas inovadoras social e ecologicamente, envolvendo conhecimentos interdisciplinares e empreendedorismo, planejamento e organização do trabalho.

Entre propostas e realidades tão diferentes entre si, há pelo menos um ponto em comum: a busca pela construção de um projeto pedagógico de educação integral, em tempo integral. Foi a adoção dessa organização escolar e dessa perspectiva pedagógica que permitiu a ampliação dos horizontes formativos dessas escolas, proporcionando aos alunos novas experiências de vida, integrando conhecimentos e expandindo habilidades e competências para muito além do currículo tradicional.

Ambas as propostas estão no recém-lançado Mapa de Experiências Inspiradoras de Educação Integral, do Ministério da Educação. Somam-se às 728 experiências educacionais lá reunidas, da Edu-

cação Infantil ao Ensino Médio, que podem ser consultadas por professores de qualquer lugar do país como um repertório de boas práticas de educação integral. Foram selecionadas por meio de edital, que será relançado e ampliado em 2026.

“O Mapa é uma ferramenta imprescindível de formação das equipes gestoras e das equipes das Secretarias de Educação, mas também serve para qualificar a oferta da educação em tempo integral”, explica Raquel Franzim, coordenadora-geral de Educação Integral em Tempo Integral do Ministério da Educação.

Lá é possível conhecer, por exemplo, a proposta desenvolvida pela Escola de Referência em Ensino Fundamental Dom Malan, de Salgueiro (PE), focada na iniciação científica e na prática de pesquisas; ou o levantamento biográfico das mulheres sanfoneiras do município de Ocara (CE), no projeto Elas e a Sanfona: os Desafios da Representatividade Feminina em Ocara (CE), que busca dar visibilidade aos desafios das mulheres na superação de preconceitos.

Uma rápida pesquisa faz surgir uma constelação de belas iniciativas pedagógicas integrais, como o trabalho da Escola Municipal Anísio Teixeira (RJ), que une música, dança, teatro e outras linguagens artísticas, com foco no combate às desigualdades e na construção da cidadania, no Projeto Fina Flor. No Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Caic) Benedito Carlos de Oliveira, no Distrito Federal (DF), as crianças escutam e recontam *itàn* (contos mitológicos *yorùbá*), criando e declamando seus próprios *oríki* (com estrutura da poesia *yorùbá*). »



*“A educação integral é uma concepção de educação escolar que provoca uma reflexão profunda sobre os tempos e os espaços escolares.”*

» Os exemplos se multiplicam e refletem uma revolução oculta que atravessa a educação brasileira, silenciosamente, mas não sem desafios e percalços: a ampliação do tempo de permanência das crianças e dos jovens na escola (período integral), dentro de um projeto pedagógico coerente e organizado, que amplie as possibilidades de formação humana e plena de todos os alunos.

Em qualquer discussão sobre o tema, o primeiro passo é entender que tempo integral é apenas uma medida de carga horária por dia – claro, também fundamental. No Brasil, o tempo integral é caracterizado pela permanência do aluno na Escola por pelo menos 7 horas diárias ou 35 horas semanais.

O MEC vem procurando acelerar as iniciativas estaduais e municipais. Para isso, lançou o Programa Escola em Tempo Integral, com o objetivo de aproximar o país das metas do Plano Nacional da Educação (2014-2024). O PNE estabeleceu como meta oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, metade das escolas públicas, atendendo a um quarto dos alunos da educação básica. O resultado ficou aquém do desejado. Segundo o Inep/MEC, de 2014 a 2023, o percentual era 22,9% dos alunos e 30,6% das escolas.

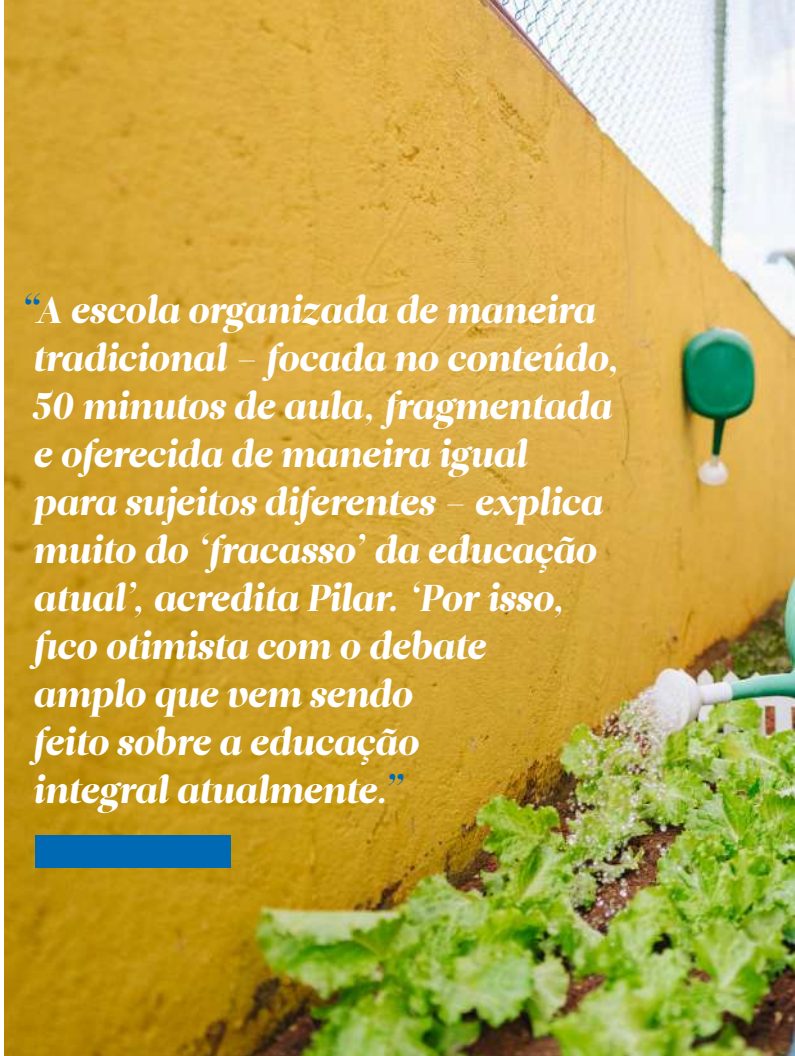
Mas a média no Brasil sempre esconde os altos e baixos das políticas públicas, bem como diversas camadas de desigualdade – por etapas, áreas urbanas e rurais, regiões e estados –, e esse também é o caso da expansão do tempo integral.

Em um extremo de políticas de expansão bem-sucedidas, está, por exemplo, o estado de Pernambuco, em que 71% das matrículas do Ensino Médio são em tempo integral. Em seguida, vem o Piauí (58%) e o Ceará (51%). No outro polo, Brasília (2%), Santa Catarina (3%) e Roraima (4%). Enquanto no Piauí a expansão foi da ordem de 47,5%, desde 2016, Rondônia caiu 9,7%, e hoje tem apenas 7% dos jovens do Ensino Médio em tempo integral.

Mozart Neves Ramos, titular do Instituto de Estudos Avançados da USP Ribeirão Preto, puxou a expansão do Ensino Médio em Pernambuco, quando foi secretário de Estado da Educação, em 2004, em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. “Nosso exemplo inspirou o país”, lembra. Para ele, o Brasil precisa não apenas expandir o número total de alunos, mas também diminuir as diferenças entre as unidades da federação. “O país vem fazendo um grande esforço nesse campo”, reconhece.

Contudo, o pesquisador alerta: ainda há mais foco no aumento de permanência do tempo do que

**“A escola organizada de maneira tradicional – focada no conteúdo, 50 minutos de aula, fragmentada e oferecida de maneira igual para sujeitos diferentes – explica muito do ‘fracasso’ da educação atual”, acredita Pilar. ‘Por isso, fico otimista com o debate amplo que vem sendo feito sobre a educação integral atualmente.’”**



na construção de políticas de educação integral. Aí, o desafio é bem maior. A educação integral pressupõe a construção de um projeto curricular, a formação de professores e sua fixação na escola – evitando jornadas que se dividem entre várias unidades de ensino. “É fundamental ter os professores numa única escola, porque isso pode permitir formações em serviço, por áreas de conhecimento, trabalhando a interdisciplinaridade, de forma que ele esteja apto a desenvolver uma educação integral, preferencialmente em tempo integral”, sintetiza Mozart.

Em 2025, o esforço do governo federal, de estados e municípios para ampliar a oferta recebeu um reforço muito importante: por meio da Resolução CNE/CEB nº 7/2025, o Conselho Nacional de Educação publicou as Diretrizes para Educação em Tempo Integral, para orientar as redes de ensino na implantação, no acompanhamento e na avaliação da oferta de jornada escolar ampliada. Inédita na educação brasileira, a resolução vem sendo construída desde 2023, em diálogo com os entes federativos.





A relatora do projeto foi a educadora Maria do Pilar Lacerda, histórica defensora da educação integral. “A educação integral é uma concepção de educação escolar que provoca uma reflexão profunda sobre os tempos e os espaços escolares. A escola organizada de maneira tradicional – focada no conteúdo, 50 minutos de aula, fragmentada e oferecida de maneira igual para sujeitos diferentes – explica muito do ‘fracasso’ da educação atual”, acredita Pilar. “Por isso, fico otimista com o debate amplo que vem sendo feito sobre a educação integral atualmente”, diz.

As diretrizes do CNE abordam aspectos como acesso; permanência; participação e condições de aprendizagem; desenvolvimento integral; diversidade étnico-racial e sociocultural; e gestão dos sistemas de ensino e das instituições de ensino. Fala, também, sobre o território, a comunidade, as ações intersetoriais, a organização curricular, a gestão democrática e a formação, entre diversos outros temas.

Para Pilar Lacerda, o maior desafio é a concepção que chama de “endurecida” dos atuais currículos e a obsessão de “passar no Enem”. Para ela, enquanto a escola organizar o trabalho pedagógico a partir dos conteúdos, e não dos alunos reais, será apenas tempo expandido. “O currículo da EI deve ser flexível, dando espaço para Matemática e Teatro, para Português e Artes Plásticas, História e Esportes. Precisamos acabar com a hierarquização das disciplinas”, defende a educadora.

Para ampliar o repertório das escolas e dos professores, o MEC lançou no segundo semestre de 2025 uma parceria com o Ministério da Cultura, no projeto Arte e Cultura nas Escolas de Tempo Integral. Pelo convênio, as Secretarias de Educação e da Cultura podem apresentar projetos artísticos-culturais. Mas ainda é apenas o começo da jornada.

A opção pelo tempo integral depende de ações de suporte social. Uma pesquisa realizada pelo Datafolha e pelo movimento Todos pela Educação mostra que um dos principais obstáculos para ampliar o ensino em tempo integral é a necessidade de trabalhar.

Os resultados mostram que 33% dos estudantes que não estudam em tempo integral indicaram como principal motivo para isso questões relacionadas ao trabalho: 20% para ter independência financeira e 13% para ajudar a família financeiramente. Por isso, são importantes programas como o Pé-de-Meia, que remunera os alunos que permanecem na escola por todo o Ensino Médio. »

# Sistema Nacional da Educação: uma conquista que passou (quase) despercebida

► **O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (SNE)**, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional, ainda é um tema difícil. Afinal, o que vem a ser o SNE? A Educatrix conversou com Binho Marques, historiador e mestre em educação pela UFRJ, ex-secretário da Educação, ex-governador do Acre e um dos principais defensores do projeto.

**EDUCATRIX** Por que é difícil compreender a importância do SNE?

**BINHO MARQUES** É natural que o SNE não seja um tema intuitivo para quem não acompanha o dia a dia da gestão das redes e dos sistemas de ensino. Mas existe uma explicação simples: o Brasil finalmente começou a organizar sua educação de forma coerente com o tamanho, a diversidade e as desigualdades do país que nós somos. Poucas federações no mundo lidam com desigualdades tão profundas quanto as nossas. Mais: nenhuma delas possui algo parecido com o que o Brasil tem: 5.570 redes municipais de educação, cada uma com autonomia administrativa, pedagógica e financeira.

**EDUCATRIX** Isso é bom ou ruim?

**BINHO MARQUES** Isso é uma força democrática, mas também um enorme desafio. Sem coordenação, autonomia vira desigualdade; sem colaboração e articulação entre as redes e os sistemas subnacionais, vira fragmentação; sem planejamento, vira improvisado. O SNE entra exatamente para equilibrar isso. Ele cria um modo permanente de trabalhar em conjunto, com responsabilidades claras, instrumentos compartilhados e mecanismos de apoio técnico. Não tira autonomia de ninguém, apenas ajuda essa autonomia a funcionar melhor por meio de sinergia.

**EDUCATRIX** Você pode explicar a metáfora de que o SNE é o SUS da Educação?

**BINHO MARQUES** A metáfora do “SUS da Educação” é útil para comunicar a ideia geral: um sistema público, universal, baseado em cooperação federativa. Mas educação não é saúde. As diversidades cultural, territorial e pedagógica da educação exigem mais flexibilidade. Então, a metáfora ajuda, mas não dá conta de tudo. Nesse sentido, o SNE não é um sistema único, mas um sistema de sistemas, como muito bem classificou o ex-deputado federal, estudioso no assunto, Carlos Abicalil. Se eu tivesse que resumir, diria o seguinte: o SNE é a ferramenta que o Brasil precisava para coordenar, articular e induzir boas práticas





ao conjunto das milhares de redes e de sistemas de ensino de um país federativo gigantesco, profundamente desigual e extraordinariamente diverso, sem abrir mão da pluralidade e sem esvaziar a autonomia de ninguém.

**EDUCATRIX** O texto do SNE aprovado pelo Congresso atendeu às suas expectativas? Quais pontos positivos você destacaria?

**BINHO MARQUES** O texto aprovado é uma conquista histórica. É claro que ele não resolve tudo, mas cria uma base sólida para um processo que, até aqui, estava disperso. E isso já é um avanço enorme. Um dos pontos mais importantes é a criação de instâncias de pactuação tripartite (nacional) e bipartites (nas unidades da federação). Mas também cria uma infraestrutura nacional de dados educacionais. Sem ela, ficamos reféns de dados superficiais, que não se comunicam entre si e muito menos geram informações indispensáveis para a gestão dos sistemas de ensino. Isso muda o jogo. Sem dados integrados, nenhuma política de estado se sustenta. Hoje, muito do que fazemos é tomar decisões educacionais no escuro, com informações incompletas ou descontraídas, na maioria numa caixa-preta do Inep. São dados e informações para consumo do próprio MEC, que pouco colaboram para uma gestão estratégica das redes e do próprio MEC. Com essa infraestrutura, o país passa a ter condições de planejar melhor, monitorar melhor e ajustar políticas de forma muito mais eficaz.

**EDUCATRIX** O SNE também torna mais claras as responsabilidades de cada ente federativo?

**BINHO MARQUES** Sim, outro ponto é a definição mais precisa das responsabilidades entre União, estados e municípios. Isso reduz o jogo de empurra-empurra e ajuda a construir um ambiente de responsabilidade e responsabilização, algo que o Brasil sempre precisou na educação. Também vejo como avanço a criação de um ambiente institucional permanente de cooperação de estado (*hardware*) e de colaboração entre as redes e os sistemas (*software*), evitando a confusão entre a cooperação federativa, que é estruturante e rígida nacionalmente, e o regime de colaboração, que é flexível para atender às particularidades locais e permitir a inovação, que não pode ser normatizado nacionalmente, como muitos querem. Dessa forma, o país deixa de depender de iniciativas “criativas” ou baseada em modismos e passa a ter instrumentos mais estáveis para manter políticas educacionais no longo prazo e outros mais flexíveis, para garantir a inovação e o desenvolvimento permanente das políticas públicas na área da educação.

**EDUCATRIX** O novo SNE ajuda na implementação de políticas como a ampliação da educação integral nas escolas públicas?

**BINHO MARQUES** Ajuda muito. O SNE não implementa diretamente a educação integral, mas ele cria as condições institucionais que tornam essa expansão mais viável, mais coordenada e mais sustentável. A educação integral exige três coisas básicas: planejamento, apoio técnico e financeiro. Tudo, claro, com garantia de continuidade, impossível sem um SNE que tenha um sistema nacional de avaliação da educação básica que induza essas práticas e responsabilize aqueles que normalmente agem com descaso para com a educação. O Sistema Nacional vai organizar a cooperação entre União, estados e municípios e a colaboração entre os sistemas subnacionais, criar espaços permanentes de pactuação, melhorar o fluxo de dados, ajudar na análise das demandas e combater a improvisação, muito presente na nossa cultura política, um dos grandes problemas da expansão do tempo integral no Brasil. Além disso, o SNE favorece mecanismos mais eficazes de indução federal, que são fundamentais para as políticas que dependem de investimento e de acompanhamento contínuo. Enfim, o SNE não é a política de educação integral, mas é a plataforma que dá sustentação para que ela cresça com qualidade, planejamento e justiça. □

#### PARA SABER MAIS

- MAPA de Experiências – *Educação Integral*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_ge1](https://mod.lk/ed28_ge1). Acesso em: 24 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Escola em Tempo Integral*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_ge2](https://mod.lk/ed28_ge2). Acesso em: 24 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_ge3](https://mod.lk/ed28_ge3). Acesso em: 24 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Sistema Nacional de Educação*. Brasília: MEC, nov. 2025. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_ge4](https://mod.lk/ed28_ge4). Acesso em: 26 jan. 2026.
- EDUCAÇÃO INTEGRAL – EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS. *Projeto Fina Flor: e as ações permanentes de educação integral na Escola Municipal Anísio Teixeira*. Niterói, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_ge5](https://mod.lk/ed28_ge5). Acesso em: 23 jan. 2026.
- INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO. *Instituto de Corresponsabilidade pela Educação*. [s.l.: s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_ge6](https://mod.lk/ed28_ge6). Acesso em: 23 jan. 2026.
- INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS – USP. *Instituto de Estudos Avançados*. Ribeirão Preto, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_ge7](https://mod.lk/ed28_ge7). Acesso em: 23 jan. 2026.
- PROGRAMA DO ROCHINHA. *Elas e a sanfona: os desafios da representatividade feminina em Ocara (CE)*. Ceará, 3 ago. 2025. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_ge8](https://mod.lk/ed28_ge8). Acesso em: 23 jan. 2026.

# Inovação na educação escolar: povos indígenas, comunidades quilombolas e populações do campo

Exemplos reais de escolas não urbanas que foram além do discurso e transformaram vidas pela inclusão e pela equidade.

TEXTO André Lázaro

“**INOVAÇÃO É** fazer algo novo em certo contexto, tempo e situação em relação ao existente anteriormente naquele contexto”, diz a professora Bernardete Gatti. Nesse sentido, as comunidades tradicionais, em particular os povos indígenas, as comunidades quilombolas e as populações do campo, nos trazem bons exemplos de inovação na educação escolar.

Todas as sociedades contam com formas de educação para a preservação, a transmissão e a transformação de seus saberes e suas práticas. No caso dos grupos tradicionais, a escola foi introduzida nessas sociedades para negar suas formas de educação e impor novos padrões de crenças, saberes e práticas. Nas escolas instaladas em territórios indígenas, era proibido o uso da língua, dos costumes e das tradições religiosas. Nas escolas — poucas — que havia no campo, as práticas e os valores eram negados em favor dos ideais da modernização urbana. As comunidades quilombolas, em sua maioria situadas em regiões distantes, sequer contavam com escolas, mas o convívio com o ambiente social envolvente era marcado por racismo e preconceitos contra o povo negro, suas linguagens e seus saberes.

Foi a Constituição de 1988 que avançou no reconhecimento e na garantia dos povos tradicionais e inspirou decisões do Conselho Nacional de Educação, que reconhecem o direito a uma “educação diferenciada”. A partir de então, ganham legitimidade as múltiplas iniciativas de “amansar” a escola, expressão da professora Célia Nunes, liderança do povo Xacriabá, das margens do rio São Francisco, em Minas Gerais.

## EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: INTERCULTURALIDADE E LUTA POR RECONHECIMENTO E DIREITOS

A Constituição Federal de 1988 garante: **Art. 210. §2º** “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”

A **Escola Baniwa Eno Hiepole** está situada na Terra Indígena do Alto Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Ali os saberes tradicionais do povo Baniwa se articulam com os saberes de outras comunidades indígenas da região e integram o currículo que promove a educação integral.

A escola é parte integrante do movimento comunitário — que conta com outras associações e parcerias — para o desenvolvimento do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da região. Seu objetivo: promover o bem-estar da comunidade indígena. Como afirma o professor Gerssem Baniwa: “A escola indígena é parte orgânica do plano ou projeto societário de vida de cada povo”. »



Cenas do território indígena Baniwa (AM).



» Alfabetizar na língua materna, aprender não apenas com a cabeça, mas também com as mãos e com o próprio corpo as tradições de seu povo, conviver, como o povo Baniwa, no ambiente natural onde estão presentes outras culturas e línguas indígenas são características da educação nesse território. De acordo com o site oficial da escola, a interação entre as culturas indígenas e os saberes científicos e práticas tecnológicas – uma verdadeira prática intercultural – pretende “aperfeiçoar a formação de jovens Baniwa para saber pensar, conviver e produzir saberes e conhecimentos locais significativos e ativos com seu povo, a fim de contribuir para o crescimento comunitário, sustentável e o bem-viver em seu território”.

As práticas educativas ocorrem em diferentes espaços da comunidade, e a pesquisa-ação é a metodologia desenvolvida em todas as áreas do conhecimento. A escola integra, também, uma rede de pesquisadores indígenas dedicados ao monitoramento das mudanças climáticas e seu impacto na comunidade. A educação é parte ativa da vida comunitária, do mesmo modo que as lideranças comunitárias e as famílias estão fortemente envolvidas com a vida escolar.

Já na comunidade Pankará, em Pernambuco, as 23 escolas vêm construindo, desde 2004, um Projeto Político-Pedagógico integrado, fruto da luta pela “retomada da escola”. Anteriormente dirigida por docentes não indígenas e hostis às tradições Pankará, a retomada das escolas está associada à luta pela demarcação da terra. No *Caderno Educação Escolar Indígena*, a autora Rita Gomes do Nascimento explica que participam do projeto educacional “anciãos, pajé, cacique, conselho tribal, sábios, liderança de aldeia, professores, estudantes, pais, mães e os agentes comunitários de saúde, toda a comunidade é parte integrante da gestão das escolas”.

A construção coletiva estruturou o Projeto Político-Pedagógico (PPP) em cinco eixos: terra, identidade, organização, história e interculturalidade. Segundo o povo Pankará, “a escola é mais que escola”: é centro de convivência, espaço de festa, local de reuniões e deliberações, e organização em defesa dos direitos indígenas e de seu território”.

Em novembro de 2025, foi declarada pelo governo brasileiro a posse permanente do povo indígena Pankará a Terra Indígena Pankará da Serra do Arapuá, localizada no município de Carnaubeira da Penha, no estado de Pernambuco. Uma vitória do povo Pankará e de sua organização!

### COMUNIDADES QUILOMBOLAS: O DIREITO À TERRA, AOS SABERES E ÀS TRADIÇÕES

Uma escola sem paredes: assim se apresenta a escola do **Quilombo de Nazaré**, do território Mariano dos Campos, no município de Serrano do Maranhão. No dizer da professora Leidiane Regis, “a gente aprende, tem muita coisa da nossa identidade, do nosso modo de viver, que não dá para aprender dentro de uma sala fechada, entre paredes, tem que sair dela. Não tem paredes porque a gente não pode ficar entre as paredes para construir sentimentos de pertencimento e identidade ao nosso modo de vida que a gente vive no território”.



O Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Nazaré desenvolve o Projeto Político-Pedagógico organizado em cinco eixos: identidade quilombola; identidade de gênero; ancestralidade de matriz africana; meio ambiente; e o direito à terra. As práticas educativas envolvem os mais velhos da comunidade, os artesãos, os conhecedores das plantas e das medicinas tradicionais, os músicos e os artistas. O Centro também viveu a retomada, como outras escolas de comunidades tradicionais. Inicialmente implantadas para “civilizar e modernizar” essas populações, o povo do quilombo retomou a escola, que se tornou espaço para organizar e fortalecer a luta pelo território e pela valorização de suas tradições e suas práticas.

A estudante do 9º ano Lucenilde Viana Café reflete sobre as aprendizagens que vivencia: “Dentro da escola temos oficinas, como a de tambor de crioula, valorizando as nossas raízes, a nossa cultura e a nossa espiritualidade, que protege nosso chão sagrado, que é o nosso território e que é o lugar de bem-viver. Em nossa escola, aprendemos a valorizar o nosso plantio e cultivamos apenas com sementes crioulas, que são sementes naturais, livre de veneno que mata a vida dos animais, das pessoas e também o nosso chão sagrado. A educação que temos no nosso quilombo é descolonizada e surgiu para alcançarmos nosso território livre para o nosso bem, mas também a nossa escola, faz um ensino que vem acabando com o racismo, o preconceito e a discriminação”.

Já no **Quilombo de Conceição das Crioulas**, situado no município de Salgueiro, em Pernambuco, a história registra uma luta de afirmação e resistência em que a educação escolar tem papel central. “A autogestão do território

pelo qual tanto se lutou e continuam lutando só é possível se a educação escolar assumir a missão definida no estatuto da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC), que é ‘promover o desenvolvimento integral do quilombo de Conceição das Crioulas e fortalecer a luta política, a identidade étnica e a causa quilombola’.”

A construção do PPP das quatro escolas do território foi coletiva, com a participação da comunidade escolar e de outras pessoas e associações que convivem no Quilombo. A luta alcançou resultados importantes: toda a gestão escolar é feita por quilombolas, assim como o quadro docente. O PPP está organizado em sete eixos, cujas descrições estão relacionadas com a realidade do território: **1 Território; 2 História; 3 Identidade; 4 Organização; 5 Saberes e conhecimentos próprios; 6 Gênero; e 7 Interculturalidade.**

A história do território é uma saga de seis mulheres livres que, ainda no século 19, conquistaram a terra, posteriormente invadida por fazendeiros e posseiros. A recuperação do território está associada à compreensão da luta pela identidade quilombola e à valorização de suas tradições e de seus saberes. Hoje, as escolas de Conceição das Crioulas garantem o conhecimento dessa história e honram a memória dessa luta ancestral. Escola e comunidade estão entrelaçadas em suas práticas e seu destino.

## EDUCAÇÃO DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS: NOVAS PEDAGOGIAS PARA NOVOS DESAFIOS

A vertiginosa urbanização da sociedade brasileira, na segunda metade do século 20, sustentou a interpretação de que a vida no campo se tornaria residual e as populações migrariam para as cidades. Se o campo já era, no imaginário coletivo, o lugar do atraso e da resistência ao progresso, seu declínio demográfico era visto com bons olhos por aqueles que colocavam suas esperanças na modernização vivida nas cidades. Mas o campo resiste. Ainda hoje, mais de 12% da população brasileira vive na área rural (25 milhões de pessoas). Na Educação Básica, das 47 milhões de matrículas, mais de 5 milhões estão em escolas rurais.

Foi contra a subalternidade do campo que diferentes movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), insurgiram em defesa do reconhecimento das condições específicas da vida no campo, da sua beleza e da sua dignidade. Assim, crescem diferentes iniciativas de educação do campo — não mais rural — para afirmar as potencialidades pedagógicas de viver e educar-se nesse local.

A Pedagogia da Alternância é uma das respostas relevantes para fortalecer a identidade da educação do campo, adotada por diversas organizações, em particular pela rede dos Centros Familiares de Formação por Alternância, que somam mais de 200 escolas rurais. A Pedagogia da Alternância, adotada em turmas dos Anos Finais, do Ensino Médio e do Ensino Técnico-Profissional, combina de forma integrada as aulas em espaços escolares e vivências nos territórios dos estudantes e está descrita no Parecer CNE/CEB nº 1/2006. ➤



IMAGENS: ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE CONCEIÇÃO DAS CRIULAS (AQCC).

» Em Pernambuco, o **Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta)** desenvolve uma prática inovadora de “formar jovens, técnicos(as), educadores(as) e produtores(as) familiares para atuarem na transformação das circunstâncias econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas, na promoção do desenvolvimento sustentável, com foco no campo”.

Atuando na região da Zona da Mata, o Serta desenvolve uma pedagogia própria: o Programa Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (Peads). O Programa adota a Pedagogia da Alternância e o trabalho coletivo por meio de mutirões de que participam os estudantes. As atividades escolares incluem as disciplinas do curso técnico e as atividades autogestionadas, organizadas pelos próprios estudantes.

A proposta pedagógica se desenvolve em três etapas: na primeira, pesquisa-se sobre os saberes que os próprios estudantes trazem de suas vidas no campo; na segunda, pretende-se aprofundar e sistematizar os conhecimentos com vistas à etapa da ação em que se busca aplicar o que for adequado na produção familiar. Na terceira etapa, a metodologia prevê a avaliação do que se aprende ao longo do ciclo de aprendizagem, contemplando, também, os benefícios e o grau de identidade do projeto com a vida do campo.

## POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA INOVAÇÃO ESCOLAR

É notável nas práticas escolares aqui brevemente apresentadas, e em outras dessas mesmas populações tradicionais, o modo como a educação escolar participa da vida comunitária e como a vida comunitária reconhece na escola um espaço para sua transmissão e sua transformação. Ameaçadas por forças de uma sociedade violenta e impositiva em seu modo de viver, as comunidades tradicionais – em particular os povos indígenas, os quilombolas e as populações do campo – precisam desenvolver formas de resistência e transformação de seus modos de vida, sem, no entanto, perder o que consideram sua identi-



dade. Em muitos casos, a identidade é o território. Lembra a professora Célia Xacriabá que “é preciso considerar o território como um importante elemento que nos alimenta, nos ensina e constitui o nosso ser pessoas no mundo. Não podemos nos ver apartados do território, pois somos, também, parte indissociável dele, nosso corpo”.

A disputa por território, para além da brutal concentração da propriedade rural, produz constantemente vítimas entre lideranças das populações tradicionais que buscam a formalização de seus direitos. A escola é resistência.

Outro desafio permanente é o reconhecimento, pelas secretarias e pelas estruturas gestoras, dos direitos específicos registrados na normatização da educação brasileira para essas populações. A inovação parece tornar-se uma ameaça à repetição de estratégias educacionais desterritorializadas e ignorantes da riqueza e da diversidade dos territórios. É o que pode explicar a precariedade com que são mantidas pelo poder público as escolas dessas comunidades e dos profissionais que nelas atuam. As turmas multisseriadas, que são mais da metade das 48 mil escolas rurais, raramente merecem cuidados e atenção, como revelou a pesquisa da Roda Educativa, embora tenham potencial pedagógico inexplorado. Nos últimos dez anos, segundo o Inep, foram fechadas vinte mil escolas no campo. Grande parte dos contratos docentes são temporários e instáveis, dificultando a formação de equipes e a construção de identidade na comunidade escolar.

No entanto, as escolas resistem. Há muito o que aprender com a educação e as escolas das comunidades tradicionais. O vínculo com o território real, a consideração pelas gerações mais velhas, a visão de futuro em que o que importa são as relações que mantêm a comunidade unida e cuidadosa com seus integrantes. E a educação desenvolve uma visão bastante crítica da sociedade da mercadoria, como o cacique Yanomami Kopenawa identifica nossa sociedade. Se o futuro é ancestral, as escolas diferenciadas são sua verdadeira preparação. ▣

#### ANDRÉ LÁZARO

é professor com graduação, mestrado e doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi diretor e secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC) entre 2004 e 2010. Atua como diretor de Políticas Públicas da Fundação Santillana.

#### PARA SABER MAIS

- BANIWA, Gersem. *Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula; Laced, 2019. p. 64.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_st1](https://mod.lk/ed28_st1). Acesso em: 2 fev. 2026.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão*. Organização: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro; Simone Medeiros. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013. 480 p. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pd9](https://mod.lk/ed28_pd9). Acesso em: 2 fev. 2026.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, v. 10, 2024. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pd8](https://mod.lk/ed28_pd8). Acesso em: 2 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Portaria nº 1.077, de 17 de novembro de 2025*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pd2](https://mod.lk/ed28_pd2). Acesso em: 2 fev. 2026.
- BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 1/2006, de 1º de fevereiro de 2006: dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA)*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2006. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pd7](https://mod.lk/ed28_pd7). Acesso em: 2 fev. 2026.
- CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- EEnohi E'Pò'le. *Quem somos*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pd6](https://mod.lk/ed28_pd6). Acesso em: 2 fev. 2026.
- FRAZÃO, Gabriel Almeida; DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler. *Pedagogia da Alternância e desenvolvimento do meio: possibilidades e desafios para a educação do campo fluminense*. Rio de Janeiro: Ipea, 2025. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_st2](https://mod.lk/ed28_st2). Acesso em: 2 fev. 2026.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (Funai). *Plano de Gestão Ambiental e Territorial: orientações para elaboração [cartilha]*. Brasília: Funai, 2020. Disponível em: [www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cggam/pdf/cartilha-pgta.pdf](http://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cggam/pdf/cartilha-pgta.pdf). Acesso em: 2 fev. 2026.
- GRINFELD, Renata; PEREZ, Tereza (org.). *Turmas multisseriadas: estudos, pesquisa e memórias*. São Paulo: Moderna, 2025.
- JORNAL USP. *Escolas do povo Baniwa resgatam saberes tradicionais e incorporam inovação no noroeste amazônico*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pdt1](https://mod.lk/ed28_pdt1). Acesso em: 2 fev. 2026.
- NASCIMENTO, Rita Gomes do. *Educação escolar indígena – Políticas e tendências atuais*. Brasília: Retratos da Escola, v. 7, n. 13, p. 333–345, jul./dez. 2013. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pd3](https://mod.lk/ed28_pd3). Acesso em: 2 fev. 2026.
- SILVA, Lourdes Helena da. *Centros familiares de formação por alternância: avanços e perspectivas na construção da educação do campo*. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, Curitiba, v. 8, p. 270–290, 2009. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_st4](https://mod.lk/ed28_st4). Acesso em: 2 fev. 2026.
- SILVA, Givânia Maria da; SILVA, Nádia Maria Cardoso da. *Caderno educação escolar quilombola*. 1. ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020. p. 21, 28, 31. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pd4](https://mod.lk/ed28_pd4). Acesso em: 2 fev. 2026.
- SOUZA, Karla Fornari de; WANDERLEY, Kamila Karine dos Santos; MENDES, Débora Mate. *Caderno educação do campo*. 1. ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020. p. 45. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pd5](https://mod.lk/ed28_pd5). Acesso em: 2 fev. 2026.
- XAKRIABÁ, Célia. *Amansar o giz*. Belo Horizonte: Piseagrama, n. 14, p. 110–117, jul. 2020.

# PNLD 2027

## ENSINO FUNDAMENTAL

### ANOS INICIAIS MODERNA

# Fundamental para quem faz diferença!

Há mais de cinco décadas, a Moderna oferece materiais que apoiam você, que faz a educação acontecer.

No PNLD 2027, estamos comprometidos em entregar soluções fundamentais e adequadas para uma educação mais forte, eficaz e inclusiva nos Anos Iniciais do Fundamental!

Acesse e folheie as obras na íntegra





# O QUE DÁ



# NA EDUCAÇÃO DE



Dezoito profissionais envolvidos com educação falam sobre suas percepções sobre a educação atual: um interessante mosaico, com muitos pontos de convergência.

TEXTO *Rubem Barros*

**DE UM LADO**, a valorização e o respeito à diversidade e ao outro, o acolhimento, a valorização da participação e da escuta de todos, a busca de interesses coletivos, a criação de ambientes saudáveis e os cuidados com a saúde mental. De outro, o monitoramento constante, a avaliação formativa, o trabalho com dados e evidências daquilo que vem propiciando boas experiências de aprendizagem. Ainda que tenham diferentes pontos de partida, esses olhares — um que ressalta mais os aspectos humanos e outro que se volta de forma mais explícita aos desafios da aprendizagem — não são ou podem não ser conflitivos.

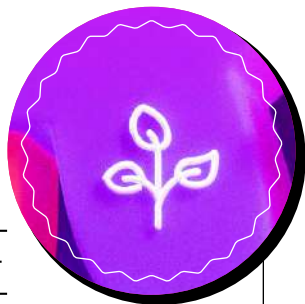
Eles são resultado de uma pergunta geral feita a todos os entrevistados: o que dá certo na educação de hoje? Questão a que cada um deveria responder a partir da perspectiva de sua área de atuação. O resultado é um painel rico e variado, na maior parte do tempo convergente. Como costuma acontecer com perguntas sobre a educação, nem sempre é fácil ater-se à experiência vivida, ao que é presente. Por isso, em muitos casos, os entrevistados também projetam aquilo que veem como os próximos passos necessários para que as escolas e a educação de modo geral atinjam um novo patamar no país. Um aspecto, no entanto, parece revelar um consenso social: a necessidade de que todas as vozes envolvidas na educação sejam ouvidas, criando um todo em que todos são agentes ativos de uma transformação em curso. »

1}

## CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**É PRECISO GARANTIR** que todas as pessoas possam estar na escola com dignidade, em condições adequadas de ensinar e aprender, em um processo orientado ao desenvolvimento integral. Isso implica articular o conhecimento historicamente acumulado com a formação para o mundo do trabalho e, sobretudo, com o fortalecimento das múltiplas dimensões humanas de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

É essencial que a escola se abra ao território e à comunidade, formando para a vida em comum, promovendo justiça social e ambiental e preparando estudantes e profissionais da educação para um presente e um futuro sustentáveis, inclusivos e democráticos. Garantir o direito à participação de crianças e adolescentes, reconhecendo suas vozes, suas experiências e seus contextos na formulação de políticas, currículos e práticas, é condição fundamental para fortalecer vínculos, pertencimento e participação social em um esforço coletivo de efetivar o direito à educação de qualidade para todas as pessoas.



**NILMA LINO GOMES**  
é professora da  
Faculdade de  
Educação da UFMG  
e ex-membra do  
Conselho Nacional  
de Educação.

2}

## INCLUSÃO E EQUIDADE

**O QUE FAZ A DIFERENÇA** são as práticas pedagógicas e as ações que reconhecem o direito dos sujeitos pertencentes aos diversos coletivos sociais de estar na escola. Quando a escola ou a universidade enxerga e valoriza as diferenças e assume o dever ético e político de ser um espaço no qual a equidade é um alvo a ser alcançado no cotidiano das práticas pedagógicas, e não um horizonte distante, algo novo acontece. O coletivo se enriquece, o ambiente se democratiza, o currículo é questionado e transformado. Políticas afirmativas, formação de professores — com foco em antirracismo e igualdade de gênero — e currículos que representem a diversidade brasileira têm mostrado resultados concretos: famílias e estudantes se sentem vistos, respeitados, e a vontade de aprender se torna um componente importante da relação pedagógica, e não um peso. A relação ensino-aprendizagem acontece, de fato, quando as pessoas se reconhecem no que está sendo ensinado. O segredo está em construir, juntos, uma cultura de convivência justa, equânime, aberta e afetuosa — na qual todas as pessoas e os grupos, em sua diversidade, tenham o direito à educação garantido.



**GABRIEL MAIA SALGADO**  
é gerente de educação e culturas de crianças  
e de adolescentes no Instituto Alana.

# 3}

## GESTÃO ESCOLAR



**O QUE DÁ RESULTADO** é quando as redes municipais garantem a alfabetização das crianças na idade esperada. [Além disso, é preciso que haja] investimento na formação em serviço, relevante para gestores escolares e professores, e acompanhamento pedagógico sistemático das escolas, por meio de dados “frescos” de aprendizagem dos estudantes, realizados por diagnósticos ou avaliações externas que trazem em tempo real o desempenho dos estudantes. Isso permite às redes agirem com protocolos robustos de intervenção nas práticas pedagógicas escolares.



**RAÍ MOTA** é pedagogo, especialista em gestão escolar e consultor. Foi secretário de Educação de Cruz, no Ceará.

**DOUG ALVOROÇADO**  
é pedagogo, técnico em eletrônica e mestre em Ensino de Educação Básica.



# 4}

## NEUROCIÊNCIA



**O CÉREBRO APRENDE** fazendo conexões e dando sentido. Isso exige que saíamos do modelo em que os agentes agem de forma passiva no processo e mergulhemos em abordagens e metodologias que ativam as redes neurais, com drives de engajamento que podem gerar atenção, estímulos e recompensas.

O sucesso do processo reside na fusão das competências socioemocionais aplicadas de maneira correta, com o uso seguro das tecnologias educacionais, além de abordagens e metodologias de aprendizagem criativa e ativa. A cultura maker, por exemplo, é um laboratório para a plasticidade cerebral. Proporciona desafios reais, colaboração e criação, fortalecendo as conexões sinápticas. O professor, agente mobilizador desse ambiente, precisa de uma formação contínua, que o capacite a orquestrar essa nova abordagem de ensino. Pessoas engajadas, ferramentas úteis e seguras e processos adequados podem trazer resultados e impacto positivo na educação. »

5}

## CURRÍCULO

**A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR** trouxe reflexos positivos e repercute na produção de livros, materiais e tecnologias educacionais, nas avaliações da aprendizagem, na formação complementar de professores, na elaboração dos currículos escolares e em outras diretrizes curriculares e operacionais que vêm sendo produzidas pelo CNE, como as da Educação Infantil, a do novo Ensino Médio, a da Educação Integral e a de Educação e Cultura Digital.

Contudo, precisa ser revista e atualizada, como também as Diretrizes Curriculares das Licenciaturas. A formação de uma nova geração de professores deve constituir a base de um projeto estratégico de nação, com soberania, democracia, justiça social e ambiental. É necessário conceber uma nova forma de fazer educação que concilie avanços tecnológicos e desafios geopolíticos, sociais e climáticos com um tipo de educação profundamente humanista, para enfrentar nossos dilemas civilizatórios. O novo PNE em discussão no Congresso Nacional deveria ter uma marca: “Professores para a educação do Brasil”.



**CÉSAR CALLEGARI** é sociólogo e presidente do Conselho Nacional de Educação.



## 6} USO DE DADOS

**PARA COMPREENDER** as políticas que dão resultado na educação, o monitoramento público e o uso qualificado de dados são fundamentais. Sem informação integrada, é impossível planejar com precisão ou avaliar resultados. A criação da Infraestrutura Nacional de Dados da Educação (Inde), prevista no recém-sancionado Sistema Nacional de Educação, representa um avanço importante. Com a integração dos registros e o Identificador Nacional Único do Estudante, será possível acompanhar a trajetória completa dos alunos, da creche ao ensino superior, ampliando a capacidade de gestores e de formuladores de políticas de tomarem decisões baseadas em evidências, essencial para promover equidade e eficiência na educação brasileira.

É necessária, também, a revisão dos instrumentos de monitoramento e de avaliação, como o Ideb e o Saeb, para que reflitam as transformações do sistema educacional nos últimos anos. É preciso aprimorar o cálculo do indicador, preservando sua lógica, mas incorporando dimensões ainda não capturadas, como a desigualdade e o acesso.



**PRISCILA CRUZ** é mestra em Administração Pública e presidente-executiva do Todos Pela Educação.



## RELAÇÕES FAMILIARES

**PESQUISAS RECENTES** mostram que há um caminho para reduzir os conflitos e a tensão na relação das escolas com as famílias. Ele começa com a escola atuando de forma a oferecer a essas famílias informação de qualidade, sobre pequenos ajustes na rotina que geram um grande impacto no desenvolvimento de cada estudante. Famílias que têm uma relação de parceria com a escola conseguem perceber melhora no desenvolvimento dos filhos em todos os aspectos: nos relacionamentos sociais; na autoestima; na base de habilidades, para vencer desafios do dia a dia; e no desempenho escolar. A parceria entre família e escola é o ponto de partida, também, para a redução das questões de saúde mental dos profissionais da educação e dos adultos responsáveis. Somente na parceria seremos capazes de educar crianças e adolescentes nascidos na era digital para serem felizes no mundo real. »



**ROBERTA BENTO**  
e **TAÍS BENTO**  
são fundadoras  
do SOS  
Educação.

8}

## FUTURISMO

**ENSINAR O FUTURO** é tão importante quanto ensinar o passado. Quando criamos espaços para a imaginação ativa, para o pensamento sistêmico e para perguntas que não têm respostas prontas, desenvolvemos habilidades antecipatórias, em vez de só injetar conteúdos. Ajudamos a dissolver o medo do desconhecido e fortalecemos a potência criativa das novas gerações. Experiências em escolas brasileiras que já adotam o ensino de futuros mostram que crianças ampliam a visão de mundo, tornam-se mais confiantes e criam soluções originais para os desafios que enfrentam. Educar para o futuro é, portanto, educar para a vida: cultivar consciência, coragem e responsabilidade diante do tempo que ainda não existe, mas que começa a ser construído agora.



**ROSA ALEGRIA** é MSC Futurista e diretora do Teach the Future Brasil.



9}

## POLÍTICAS PÚBLICAS

**O QUE TRANSFORMA A REALIDADE** educacional é a política construída de forma conjunta com os agentes envolvidos. É fundamental que os entes federados (União, Estados e Municípios) atuem em conjunto, da concepção à implementação, e no desenvolvimento, no monitoramento, na avaliação e na reconstrução do planejado à luz dos resultados obtidos.

Dois exemplos de ações exitosas que tiveram esse percurso: a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), que em cada território recebe nome local e respeita iniciativas já em curso. O poder da eficácia de uma política pública está no fato de ela responder a uma demanda real e ter a indicação de caminhos para a efetividade das ações e a capacidade de envolvimento de todos os agentes do processo: do financiador ao executor, sem deixar de ouvir aqueles que serão objeto dessa política.



**LUÍS MIGUEL MARTINS**

é presidente da Undime Nacional e secretário municipal de Sud Mennucci, em São Paulo.

# 10}

## FORMAÇÃO DOCENTE



**QUANDO HÁ TRABALHO SISTÊMICO**, diálogo genuíno na comunidade escolar, quando o PPP nasce da participação dessa comunidade, quando a diversidade e a cultura locais são incorporadas no cotidiano escolar, quando há boa convivência, disponibilidade para arriscar, errar, pesquisar, quando há respeito e colaboração na equipe, reflexão sobre a prática, a atenção e o acolhimento aos estudantes e compromisso com a ideia de que todos podem e querem aprender. Quando se constroem práticas intersetoriais, constituindo redes de proteção. Essas práticas constituem um todo orgânico, potencializando capacidades e o bem-viver — na escola, na comunidade, no planeta.

Para quem vem de fora e quer contribuir com a educação local: é preciso aterrissar, é necessário conhecer o território, escutar as demandas, as potencialidades e as fragilidades, para planejar conjuntamente quais caminhos serão percorridos e quais passos serão dados.

**TELMA PANTANO**  
é neurocientista,  
formada em  
Fonoaudiologia  
e doutora em  
Ciências.



# 11}

## NEUROCIÊNCIA

**O QUE TEMOS** de evidência científica é que educar envolve a integração adequada de fatores neurobiológicos com fatores ambientais e sociais. Adquirir conhecimento implica integrar e desenvolver habilidades funcionais ao aluno e ao ambiente, e, para isso, a integração socioemocional é a chave da aquisição cognitiva e vice-versa. No processamento cerebral, esses processos estão integrados e são indissolúveis, é preciso considerá-los para desenvolver o potencial educacional.

O aprendizado, tanto o cognitivo quanto o socioemocional, deve ser constante. Não adianta uma enxurrada de conhecimentos sem que o cérebro possa integrá-los e significá-los corretamente. Assim, tanto a aprendizagem cognitiva quanto a socioemocional devem fazer parte da equipe pedagógica e do grupo escolar como um todo, trazendo a necessidade de aquisição e utilização constante desses recursos em diversos ambientes. »



**TEREZA PEREZ** é pedagoga e  
presidente da Roda Educativa.

# 12} LEITURA



**NA ÁREA DO LIVRO** e da leitura, o que mais tem dado certo é o fazer coletivo: ler em grupo, em qualquer idade e etapa escolar – tanto dentro quanto fora da escola –, presentear livros, frequentar bibliotecas e eventos literários, ser parte de círculos de leitura, planejar o tempo para simplesmente ler. Tem surtido efeito conversar sobre o que foi lido e compartilhar “fococas literárias”, buscar continuamente a biodiversidade, ampliar as oportunidades para que cada indivíduo encontre o seu livro – aquele capaz de colocá-lo em um caminho sem volta: o caminho da leitura.

**BEL SANTOS MAYER** é educadora social e mestra em Turismo. É coordenadora-geral do Ibeac (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário).



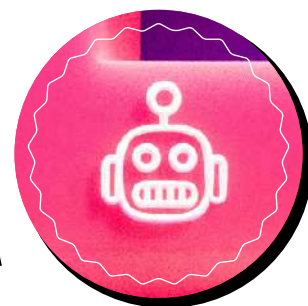
**DANIEL MUNDURUKU** é escritor e filósofo.

## 13} FILOSOFIA



**EDUCAR** é trazer para o presente as muitas experiências vividas pelos povos para o tempo presente. Nessa perspectiva, há uma prática que tem dado resultado positivo desde sempre na formação de mentes e corpos comprometidos com o seu tempo: a arte de contar histórias, resumida numa antiga pedagogia ancestral chamada de oralidade. Nesse sentido, a contação de histórias continua cumprindo seu papel milenar de oferecer pertencimento, comprometimento e cuidado com o território onde se vive. Ela funciona como um instrumento para nos lembrar que estamos unidos a uma grande teia que une todas as pontas num único fio do pertencimento.

## 14} INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



**SEGUNDO** a Education Endowment Foundation (EEF), pelo menos três intervenções educacionais no âmbito escolar têm impacto acentuado com menor custo de implementação: feedback para os estudantes, metacognição e colaboração entre pares. A Inteligência Artificial, se usada criticamente, pode potencializar muito essas intervenções. No feedback, a IA permite retornos personalizados e imediatos, antes impossíveis em escala. Para habilidades metacognitivas, assistentes virtuais podem guiar os alunos, por meio de processos de autorreflexão e planejamento, tornando explícitas estratégias de aprendizagem que antes dependiam apenas da mediação docente. No trabalho em pares, a IA pode formar grupos otimizados, conforme objetivos pedagógicos, monitorar interações e sugerir suporte à aprendizagem entre pares. O diferencial está em democratizar práticas pedagógicas eficazes, mantendo sua natureza relacional e de baixo custo enquanto escala, porém, ainda submetidas à curadoria e à orquestração dos educadores e das educadoras. »



**LUCIANO MEIRA** é professor da Universidade Federal de Pernambuco e líder do grupo Proz Educação.

» 15}

## FORMAÇÃO DOCENTE



**AS PRÁTICAS** que geram melhor desempenho são as que combinam expectativas altas, acompanhamento contínuo da aprendizagem e relações de confiança entre estudantes e educadores. Estratégias como avaliação formativa, feedback claro e oportunidades de prática guiada podem ter impacto equivalente a meses adicionais de aprendizagem ao longo do ano. Dados nacionais revelam que escolas que investem em formação docente contínua e colaborativa apresentam avanços consistentes, mesmo em contextos de maior vulnerabilidade social. Assim, o que realmente dá resultado hoje é o uso intencional de práticas baseadas em evidências aliado a uma cultura escolar que sustenta o desenvolvimento integral dos estudantes.

Para avançar mais, é preciso mudar a forma como organizamos o tempo, o trabalho docente e as experiências de aprendizagem e transformar dados em decisões pedagógicas e decisões pedagógicas em políticas internas de escolas que promovem equidade. Isso significa apoiar as equipes para agir de maneira responsiva, usar tecnologia de forma crítica e ampliar o foco para competências socioemocionais que impactem engajamento e permanência. O verdadeiro salto acontece quando a escola se vê como um ecossistema de aprendizagem contínua, no qual cada aluno é acompanhado de perto e cada professor tem condições reais de inovar.



**DÉBORA GAROFALO** é professora e bacharela em Letras e Pedagogia. É mestra em Linguística Aplicada. Foi finalista do Global Teacher Prize em 2019 e vencedora do Global Teacher Influencer em 2026.



16}

## FILOSOFIA

**A MAIOR DIFICULDADE** de crianças, adolescentes e jovens é a saúde psíquica, a percepção de um futuro cheio de riscos, em especial ambientais, mas também sociais e humanos. Para que a escola consiga exercer o seu papel, é preciso que, antes de ensinar crianças, jovens e adultos, construa um ambiente favorável. A saúde psíquica não é só uma questão de alunos, mas de professores, de gestores e de funcionários. O que dá resultado é uma escola alegre, viva, disposta a lidar com os desafios do mundo e com os seus próprios; uma escola que não permita que alunos nem professores fiquem isolados, que crie conexões entre as pessoas a partir do que elas têm em comum, ao mesmo tempo em que valorize suas diferenças. Uma escola que exercite o bem-estar e respeite as diferenças individuais de todos. Se criarmos esse ambiente favorável, a educação formal acontecerá bem, com desenvolvimento cognitivo, afetivo e humano.



**VIVIANE MOSÉ**  
é poeta, filósofa  
e psicanalista.



**RICARDO  
SEBALLOS**  
é diretor de  
Produção  
Editorial da  
Moderna.



## 17 MATERIAIS DIDÁTICOS

**AQUI NA MODERNA**, o livro didático é visto como um facilitador que procura dar autonomia ao aluno e apoio ao professor, visando atender à necessidade de compreensão de um mundo em constante transformação. Nesse sentido, ao planejar nossas obras, nos baseamos em documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, e em políticas públicas vigentes, como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, que são estratégias adequadas para mitigar questões que impossibilitam avançarmos como sociedade mais igualitária. Sempre que possível, enriquecemos o conteúdo tradicional com o tratamento de aspectos regionais, para que o estudante possa se reconhecer na realidade em que vive; de temas relacionados ao meio ambiente, a partir de um trabalho consistente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU; e de questões sociais, valorizando e dando voz a pluralidades existentes no Brasil e ao redor do mundo. Para finalizar, ressaltamos nosso entendimento de que o livro didático é uma importante ferramenta de inclusão social, com recursos de acessibilidade e estratégias didáticas e de avaliação que auxiliam na tomada de decisões importantes para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem.”



# BURITI RAÍZES

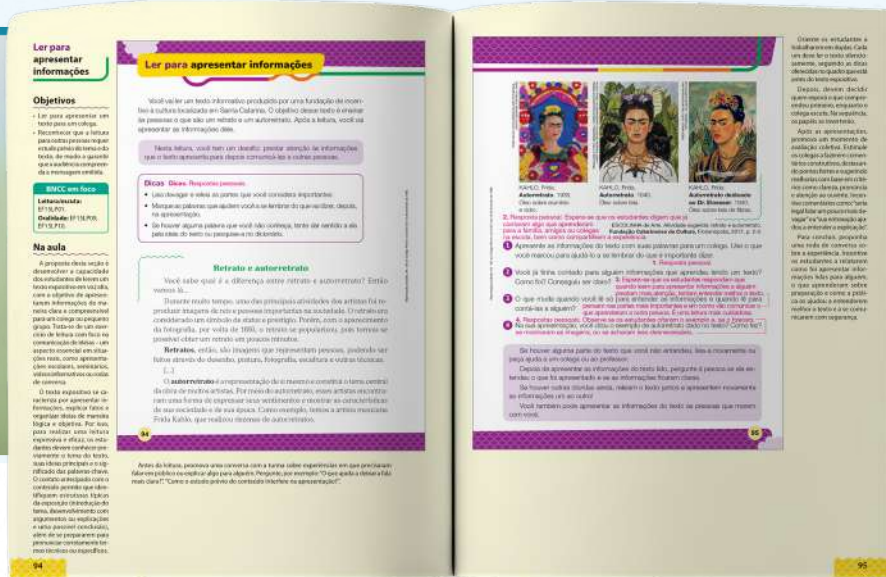
**De volta às origens do que é essencial para você!**

Voltando às suas raízes no PNLD 2027, o **Buriti Raízes** propõe tudo o que é essencial para **aprender a ler bem**, pensar o mundo e construir o futuro!



Olá, eu sou o **Raí**, o quati que adora o **Buriti**

# FOCO EM LER BEM, PENSAR O MUNDO E CONSTRUIR O FUTURO



Desenvolve estratégias de leitura e promove reflexões para a **formação de cidadãos conscientes** do seu papel em sociedade.

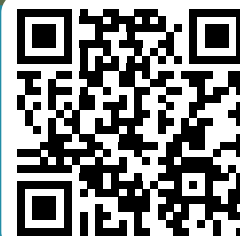


Apresenta uma **estrutura funcional e comum a todos os componentes**, que facilita o trabalho do professor.



Contribui para o bom resultado em avaliações externas, atuando assertivamente nas **avaliações diagnósticas, formativas e somativas**.

Acesse o site e conheça a **coleção completa!**





# Alfabetização para além dos métodos

É hora de navegar pela evolução dos diversos métodos da alfabetização a partir de grandes especialistas da educação e refletir sobre como garantir o cumprimento do *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*.

TEXTO *Thelma Tavares Dias*



soletração

palavração

Letramento

sintético

analítico

► **O COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA**, lançado recentemente pelo Ministério da Educação (MEC), estabelece como meta que todas as crianças do Brasil estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e destaca, também, a recomposição das aprendizagens para alunos do 3º ao 5º ano, o que revela o destaque que a fase da alfabetização vem recebendo no cenário da educação nacional.

Em dados recentes do Indicador Criança Alfabetizada do MEC, foi apresentado que, em 2024, 59,2% das crianças matriculadas em instituições públicas estavam alfabetizadas ao final do 2º ano, o que revela a importância dada a essa fase da educação.

Ao tratar desse tema, torna-se necessário um pequeno resgate histórico para entender por que a alfabetização persiste como ponto de atenção.

### ALFABETIZAÇÃO COMO META

Ao fazermos um resgate histórico do sistema educacional brasileiro, em 1932 temos o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, capitaneado por Anísio Teixeira, estabelecendo a universalização do ensino como um dos objetivos a ser atingidos. De acordo com o *Manifesto*, a educação brasileira deveria ser pública, laica, gratuita e obrigatória, como um direito de todos e responsabilidade do Estado.

Com o passar dos anos, o ensino, que até então era restrito e voltado aos filhos das elites, torna-se acessível para todos, transformando a universalização do ensino em uma meta nacional. Além das questões de acesso e a necessidade de escolarização para participação na sociedade, a indústria nacional, em expansão durante a ditadura militar nos anos 1960, necessitava de mão de obra minimamente qualificada, e, para isso, era necessária uma escolarização mínima para a classe trabalhadora que se formava.

A partir do momento em que começa a se estabelecer um sistema nacional de educação e sendo a alfabetização o ponto de entrada para a escola, é preciso definir um método de alfabetização, o que já se tornou um campo de disputas desde o princípio, conforme exposto por Magda Soares em seu trabalho *Alfabetização: a questão dos métodos*.

### A QUESTÃO DOS MÉTODOS

Para a autora, historicamente, o método de alfabetização tornou-se uma questão no Brasil por conta de uma alternância constante entre eles: surge um método considerado “inovador”, que substitui o método utilizado, que acaba recebendo a pecha de ser “tradicional”, contudo, o novo método também se torna “tradicional” com o passar do tempo, e, novamente, é substituído por um novo método que, dessa vez, será, de fato, “inovador”, seguindo nesse ciclo indefinidamente.

Com isso, os baixos resultados dos indicadores das taxas de alfabetização são considerados um problema do método utilizado, e, para resolvê-lo, basta a alteração do método.

Contudo, cabe refletir: o “problema” da alfabetização é, realmente, uma questão de método? Para tentar responder a

essa questão, vejamos o que foi exposto por Magda Soares a respeito dos métodos utilizados no Brasil.

Inicialmente, considerava-se que, para aprender a ler e a escrever, era necessário aprender as letras do alfabeto, ou seja, os nomes das letras, para que se chegasse às sílabas e, posteriormente, às palavras, por meio da junção das letras. Tais métodos, que posteriormente deram origem aos métodos fônicos e silábicos, eram chamados de *soletração*, todos eles fazendo parte dos métodos considerados *sintéticos*, utilizados nas cartilhas, que eram o material didático da época.

Nos métodos sintéticos, há forte destaque para o som (o que, posteriormente, ficou conhecido como consciência fonológica). Para que a criança entenda que a escrita representa os sons da fala, parte-se do princípio de que a criança entenda essa relação entre som e letra, destacando-se, assim, o método fônico. Com isso, a partir do entendimento das letras, é possível aprender sílabas e formar palavras.

Em oposição aos métodos *sintéticos*, temos os métodos *analíticos*, que surgiram com o propósito de fazer o caminho contrário, chegar ao conhecimento das letras e ao seu valor sonoro a partir de partes dotadas de sentido, como as palavras, e, por meio delas, tomar conhecimento das sílabas e, posteriormente, das letras e dos sons que as representam, método que ficou conhecido como *palavração*.

Em suma, métodos sintéticos partem da parte para o todo, seja da representação das letras do alfabeto, seja focando os sons que representam, já os métodos analíticos, como o próprio nome indica, buscam partir da análise de elementos dotados de sentido, sejam palavras, sejam textos maiores, para, então, se chegar às partes menores: as sílabas e as letras.

Embora tais métodos apresentem-se como distintos, é possível notar um princípio comum entre eles: todos entendem a alfabetização como a aquisição do sistema alfabético da escrita e que isso acontece por meio do entendimento





de que a escrita representa os sons da fala e que isso acontece por meio da associação som/letra. Em vista disso, pode-se ensinar a ler e a escrever a partir de um método.

Uma grande mudança de paradigma em relação à alfabetização acontece nos anos 1980, quando Emília Ferreiro e Ana Teberosky, sob influência do Construtivismo de Jean Piaget, estabelecem em sua *Psicogênese da Língua Escrita* que a aprendizagem de leitura e escrita é desenvolvida pela criança por meio de fases em que esta vai construindo o entendimento da escrita como forma de representação.

Com isso, o foco muda do ensino para a aprendizagem. Antes, destacava-se o professor, que ensinava a leitura e a escrita por meio de um método, agora, o destaque vai para o aluno e sua aprendizagem, que deve se desenvolver por meio de atividades que incentivem a construção do entendimento da relação entre fala e escrita, e não apenas a associação mecanizada de sons e letras.

Em meados dos anos 1980, também entra nas discussões do meio educacional o conceito de *letramento*, que pode ser entendido como uma ampliação do conceito de alfabetização. Se a alfabetização corresponde a um aspecto mais mecânico de aprendizagem do sistema alfabético de escrita, o letramento diz respeito aos usos sociais da língua escrita, das práticas sociais em que a escrita está inserida.

Considerando que vivemos em uma sociedade grafocêntrica, que privilegia a escrita como meio de comunicação e instrumento de registro, além de saber grafar palavras, é preciso saber mobilizar a escrita em função das situações em que ela é necessária para atender às demandas da vida em sociedade. Ou seja, não basta ser alfabetizado, é preciso ser letrado.

Com o estabelecimento do conceito de letramento, mais um aspecto é adicionado à polêmica da alfabetização, já que, para alguns, métodos de alfabetização tornaram-se vilões por promover um ensino mecânico e dissociado das práticas sociais, o que impossibilitava o *alfabetizar letrando*. »



## » CAMINHOS POSSÍVEIS

Partindo do exposto até aqui, vemos que a etapa da alfabetização se constituiu como um campo de disputas, com adeptos de ambos os lados. Por um lado, há professores que preferem alfabetizar por meio de métodos mais estruturados e considerados “tradicionais”; do outro, professores que privilegiam atividades alfabetizadoras mais contextualizadas, de acordo com as práticas sociais de leitura e escrita. “Porém, em vez de escolher um método e se agarrar a ele como único, o importante é que o professor tenha consciência de que não existe um método perfeito que vai funcionar para todos os alunos. O que há, sim, é uma diversidade de formas de ensinar e de aprender, e cabe ao professor conhecer a ‘cartela’ de opções e selecionar ou combinar estratégias com intencionalidade pedagógica alfabetizadora, de acordo com a realidade e a necessidade de seus alunos”, diz Millyane Moreira, pedagoga e editora-executiva da área de Linguagens da editora Moderna.

Considerando-se, porém, o sentido de método no dicioná-

rio, definido como o “emprego de procedimentos ou meios para a realização de algo, seguindo um planejamento; rumo”, vemos que não é possível alfabetizar sem método, ainda que a expressão “método de alfabetização” tenha se tornado pejorativa para muitos.

Há que se considerar que a alfabetização depende de muitos fatores e que acontece numa sala de aula com crianças vindas de ambientes diferentes, em uma sala de aula de uma escola inserida em um bairro de determinado contexto social, com professores que possuem formação inicial e continuada diversas, com concepções pedagógicas e preferências particulares, fatores que influenciam o

processo de ensino-aprendizagem.

Embora na Educação Infantil não se tenha o compromisso de consolidar plenamente a aquisição da leitura e da escrita, em muitos contextos, nela acontecem atividades que já possibilitam à criança algumas vivências no mundo letrado, como é o caso das contações de histórias, por exemplo. Em sua obra *Palavras às Professoras que Ensinam a Ler e Escrever*, Ana Teberosky indica a leitura em voz alta como atividade a ser realizada como meio de introduzir as crianças ao universo da leitura e da escrita. Na sequência da leitura da história, acontece a visualização do texto lido, para que a criança veja o escrito e comece a entender a relação entre letras e sons.

Embora tal atividade não faça parte de um método de alfabetização, ela não poderia ser utilizada como ponto de partida para a escolha de uma palavra a ser utilizada com o método de palavrão? Ou, ainda, para a apresentação da correspondência entre letra e som, característica do método fônico?

Vejamos, também, a situação contrária: para uma criança que começa o Ensino Fundamental após participar de diversas atividades de letramento na Educação Infantil, ou cuja família já propiciou contato com leituras e diversas vivências no mundo letrado, faria sentido a apresentação de todas as letras do alfabeto e suas correspondências sonoras?

Com as situações aqui mencionadas, espera-se demonstrar que, ainda que a temática método de alfabetização tenha se constituído como polêmica no meio educacional, é preciso avançar no debate, para que os objetivos finais sejam atingidos e que a inserção na sociedade letrada aconteça de fato.

Espera-se, ainda, demonstrar que a etapa de alfabetização é complexa e pode contar com diversos meios e atividades em sua realização, sem a necessidade de comprometimento cego com lados de uma disputa, mas com a utilização dos instrumentos necessários, de acordo com as crianças e o contexto em que se está inserido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, para que a criança seja considerada alfabetizada, é preciso que ela atinja 743 pontos da escala do Saeb para alunos do 2º ano, que equivale a:

- **Ler** palavras, frases e textos curtos;
- **Localizar informações** explícitas em textos curtos (até seis linhas), como em bilhete, crônica e fragmento de conto infantil;
- **Inferir informações** em textos que articulam linguagem verbal e não verbal, como em tirinhas e cartazes;
- **Escrever ortograficamente palavras** com regularidades diretas entre fonemas e letras;
- **Escrever textos** que circulam na vida cotidiana, ainda que com desvios ortográficos ou de segmentação.

Com tais objetivos, vemos que não basta que a criança faça a correspondência entre língua falada e escrita, ou que conheça letras e sons, mas que seja capaz de ler e entender o que lê, assim como que seja capaz de escrever textos de circulação social, ou seja, para que seja considerada alfabetizada, é preciso, também, estar letrada, que saiba mobilizar a leitura e a escrita em situações cotidianas.

Contudo, para utilizar a leitura e a escrita em situações de sua vida, é preciso que ela aprenda o sistema alfabético da escrita. Com isso, vemos que alfabetização e letramento andam em conjunto, ambos sendo componentes do processo global que é a alfabetização.

Para garantir o direito a uma participação cidadã na sociedade, é preciso atender à diversidade de alunos e contextos dentro de uma mesma sala de aula, lançando mão de diferentes estratégias e métodos de maneira a beneficiar a todos ali presentes. A utilização de diferentes propostas não descredibiliza a didática do professor; pelo contrário, promove a inclusão e a equidade por meio do direito à educação de qualidade. □

### PARA SABER MAIS

- SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2020. 128 p.
- BRASIL. *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pp1](https://mod.lk/ed28_pp1). Acesso em: 2 fev. 2026.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Portal Gov.br. *Indicador nacional de alfabetização avança e atinge 59,2% em 2024*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pp2](https://mod.lk/ed28_pp2). Acesso em: 2 fev. 2026.
- DICIONÁRIO MICHAELIS. *Método*. [S.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pp3](https://mod.lk/ed28_pp3). Acesso em: 2 fev. 2026.
- TEBEROSKY, Ana. *Palavras às professoras que ensinam a ler e a escrever*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pp4](https://mod.lk/ed28_pp4). Acesso em: 2 fev. 2026.
- BRASIL. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. 1932. 19 p. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pp5](https://mod.lk/ed28_pp5). Acesso em: 2 fev. 2026.
- SOARES, Magda. Letramento. In: *Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para alfabetizadores*. Belo Horizonte: UFMG/Ceale, 2016. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pp6](https://mod.lk/ed28_pp6). Acesso em: 2 fev. 2026.

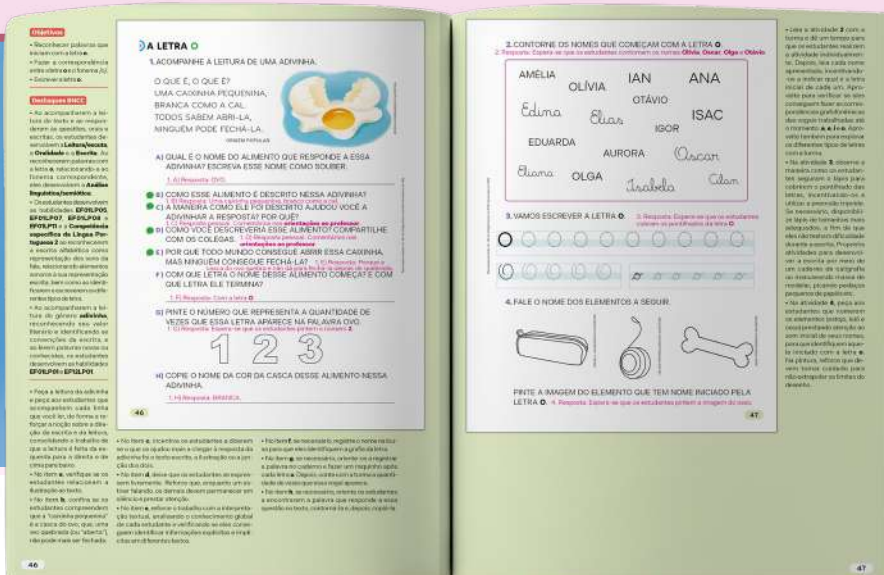
# Pitangua

## Fundamental para sua escola voar mais longe!

Há 20 anos na escola pública, a coleção **Pitangua** chega em uma edição **totalmente revisada**, mantendo sua principal característica: uma **abordagem facilitadora** para um ensino consistente, acessível e seguro.



# ABORDAGEM FACILITADORA PARA ATINGIR OS OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM



Desenvolvimento de **autonomia e protagonismo** ao estudante.



Apoio do planejamento à **avaliação**, com estratégias que facilitam o processo de ensino-aprendizagem.



Preparação para **avaliações externas**, favorecendo melhores performances e resultados no IDEB.

Acesse o site e conheça a coleção completa!



# 10 coisas que ninguém conta sobre o PNLD

Mitos e fatos por trás da operação do maior programa de compra governamental de livros didáticos do mundo e que você precisa conhecer.

TEXTO *Ivan Aguirra e Kátia Dutra*

**O PNLD** (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) se consolidou como uma das políticas educacionais mais longevas do Brasil, com cerca de 40 anos de história, nos moldes atuais. Executado pelo MEC (Ministério da Educação) e pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o PNLD vai além da entrega dos livros didáticos aos estudantes: envolve um ciclo complexo que abrange desde a rigorosa avaliação pedagógica até uma logística de distribuição monumental. Sua consistência garante o direito social ao material didático de qualidade em todo o território nacional.

Para dimensionar a grandiosidade do PNLD, em 2025 a Moderna forneceu quase 71 milhões de livros para distribuição nas escolas de todo o Brasil. Esse volume inclui a recompra de obras do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e as compras iniciais dos materiais do Ensino Médio e da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Com o resultado das escolhas do Ensino Médio e da EJA, a Moderna consolidou-se como líder na oferta de materiais para esses segmentos.

O ciclo de cada segmento do PNLD dura quatro anos letivos e envolve uma cadeia complexa de ações, agentes e regulamentações durante todo o período. Apesar da abrangência e da importância do Programa, muitas dúvidas e interpretações sobre o processo de avaliação, o uso e a entrega dos materiais seguem persistentes. A seguir, elencamos os dez principais dúvidas, a fim de esclarecer e tornar o processo mais transparente para todos. »



## 1. QUEM AVALIA E APROVA OS LIVROS DIDÁTICOS É A EQUIPE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO?



O MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), coordena a avaliação pedagógica das obras inscritas no PNLD. Todo o processo começa com a elaboração do edital de convocação, que estabelece os

critérios de avaliação e define as diretrizes que devem ser atendidas pelos materiais a serem avaliados e distribuídos pelo Programa.

Para conduzir esse processo, a SEB designa profissionais qualificados de instituições da sociedade civil, com experiência comprovada na área, que passam a integrar a comissão técnica responsável pela avaliação do PNLD. É essa comissão que indica as equipes de avaliação pedagógica, ou seja, quem irá participar efetivamente da avaliação dos materiais. Esses profissionais são selecionados a partir do banco de dados do MEC <<https://pnld-avaliacao.mec.gov.br>>, no qual podem se cadastrar professores das redes pública e privada, pesquisadores e especialistas. Assim se forma uma rede externa de avaliadores com experiência na área e no ciclo indicado para análise dos materiais. Para serem escolhidos pela comissão técnica, os profissionais geralmente devem possuir titulação mínima de mestre e experiência no componente curricular a ser avaliado.

Para garantir a imparcialidade na avaliação, as obras são analisadas de forma descaracterizada, ou seja, sem identificação de editora ou autoria, em um processo de avaliação cega. Com base nas orientações detalhadas do edital, a equipe avaliadora verifica, volume a volume, coleção a coleção, se os materiais cumprem os critérios estabelecidos. Somente as obras que atendem a todos os requisitos são aprovadas e seguem para a etapa de escolha pelas escolas.

Esse processo assegura a qualidade técnica e pedagógica das obras e garante o alinhamento às diretrizes educacionais do país, especialmente à BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

## 2. QUEM REALIZA A ESCOLHA DO MATERIAL DIDÁTICO É A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO?



O PNLD estabelece as normas de conduta de cada agente do PNLD na Resolução nº 11, de 16 de agosto de 2023. A escolha dos materiais precisa ter a participação ativa do corpo docente das escolas participantes que, inclusive, devem registrar em ata a escolha de seus materiais de preferência. A ata

mencionada é item obrigatório na etapa de registro de escolha no sistema do PNLD Digital em que o responsável da unidade escolar irá registrar a decisão, componente a componente, seguindo a organização de cada Programa. À Secretaria de Educação cabe a decisão sobre a adesão ao Programa (se suas escolas receberão ou não os materiais do governo federal), sobre o modelo de escolha que será adotado pela rede (unificação ou escola a escola) e a garantia de que todas instituições e educadores estejam cientes de seus papéis e dos cronogramas de execução do PNLD.

## 3. COMO MEU MUNICÍPIO UNIFICA A ESCOLHA, MINHA ESCOLA NÃO PRECISARÁ FAZER ANÁLISE E ESCOLHER O MATERIAL INDIVIDUALMENTE?



Independentemente da opção de modelo de escolha definido pela sua rede de ensino, toda escola tem autonomia para fazer a análise particular dos materiais aprovados e registrar suas escolhas na plataforma PNLD Digital. A própria plataforma irá consolidar o registro de todas as escolas da rede,

seja municipal, estadual ou federal, e irá definir qual foi o livro mais escolhido em cada componente. A partir daí, toda a rede receberá o mesmo material, já que a opção, neste caso, é o modelo de unificação.



## 4. INDEPENDENTEMENTE DO MODELO DE ESCOLHA, NÃO É OBRIGATÓRIO ESCOLHER TODOS OS LIVROS DA MESMA EDITORA EM TODOS OS COMPONENTES, CERTO?



O PNLD zela pela autonomia pedagógica de cada professor em sua sala de aula. Todas as orientações do MEC e FNDE envolvem a transparência do processo e a garantia de pluralidade nas escolas para atender

à diversidade presente nas escolas públicas. Por isso, é muito importante conhecer o edital do Programa em questão para entender como se dá a inscrição, a composição e a escolha das obras em todos os aspectos. A Moderna, por exemplo, sempre apresenta os detalhes do Programa vigente no **Moderna Explica**. De forma geral, a escolha se dá por componente curricular. Outra forma de verificar como deverá ser feita a escolha é observando o código das obras que estampam as capas dos livros de divulgação, códigos diferentes pressupõem escolhas independentes.

## 5. NUNCA RECEBO OS LIVROS QUE ESCOLHO, POR ISSO NÃO CONFIO NO PROGRAMA. EXISTE ALGUM INTERMEDIÁRIO QUE REDEFINE AS ESCOLHAS NO MEIO DO PROCESSO?



O PNLD é um processo aberto, que pode ser consultado etapa a etapa em plataformas públicas e no Portal da Transparência. Para realizar a entrega e a mensuração de quantidades de materiais, o FNDE se baseia no Censo Escolar e nas escolhas registradas pela escola no PNLD Digital. Caso a escola responda a uma Secretaria que optou pelo modelo de escolha unificado, toda a rede receberá o material com o maior número de votos entre as escolas que registraram suas escolhas. No caso do modelo escola a escola, se a instituição não registrar a escolha e a rede de ensino não fizer a adesão ao PNLD, os professores e os alunos poderão receber materiais diferentes da escolha do corpo docente.

## 6. NÃO GOSTEI DE ALGUNS LIVROS PORQUE ELES NÃO ESTÃO ADEQUADOS À BNCC.



Desde 2017, o alinhamento com a BNCC é um requisito obrigatório para que qualquer livro seja aprovado no PNLD. O Programa foi reformulado para garantir que os materiais didáticos acompanhem as competências e as habilidades definidas pela Base.

Para se assegurar desse alinhamento, é possível utilizar mecanismos oficiais, como o Guia Digital das obras aprovadas no PNLD, que descreve detalhadamente o perfil pedagógico de cada obra, e, principalmente, o Manual do Professor do próprio livro, já que as obras aprovadas devem indicar explicitamente as habilidades trabalhadas no conteúdo e nas atividades, por meio dos códigos alfanuméricos da BNCC. É importante notar que, embora o alinhamento seja obrigatório para a aprovação, é recomendável que o professor valide se a abordagem pedagógica atende à realidade da sua turma. »



## 7. HÁ UM ÚNICO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO DE ESCOLHA NO SISTEMA DO PNLD DIGITAL NA MINHA ESCOLA?



Cada instituição escolar tem um usuário único com login e senha para a realização do registro de escolha no sistema do PNLD Digital. A eleição dessa pessoa é organizada em conjunto com a Secretaria de Educação para qual a escola responde. Em caso de mudança do responsável pelo processo na escola ou qualquer alteração de informação, como a atualização de dados e a vinculação dos diretores às suas escolas deve ser feita pela gestão da rede de ensino. O passo a passo para a vinculação dos gestores escolares pode ser encontrado em um manual exclusivo, disponível no portal do PNLD Digital.

## 8. NO PNLD LITERÁRIO, COMO A COMPRA É PARA COMPOR O ACERVO DA ESCOLA, NÃO PRECISO ME PREOCUPAR COM A ESCOLHA, JÁ QUE O MEC MANDA O KIT COMPLETO, CERTO?



Para participar dos Programas de obras literárias, inicialmente, a rede precisa se certificar de que esteja aderindo ao PNLD específico de literatura. Além disso, a escola precisa acessar o sistema de escolha e registrar os livros que queira receber, de acordo com os critérios de cada edital e do segmento ao qual o livro se destina. De modo geral, a escola tem direito a um determinado número de acervo proporcional ao número do alunado registrado no Censo Escolar do ano vigente, sendo que é a própria escola que deve selecionar quais acervos deseja receber. Além disso, deve registrar quais livros deseja receber para propor projetos de leitura entre os alunos. Caso não registre suas escolhas, receberá materiais aleatórios, que podem não estar adequados à expectativa e ao Projeto Político-Pedagógico da escola.

## 9. O MEC NÃO COMPRA A QUANTIDADE CORRETA DE LIVROS PARA A MINHA ESCOLA.



É o FNDE, e não o MEC, responsável pela negociação, contratação e distribuição dos materiais no PNL. O cálculo da quantidade de livros é feito com base no Censo Escolar, além da solicitação feita às editoras de uma cota de reserva técnica para o atendimento das redes de ensino durante os quatro anos do ciclo. Acontece que existem remanejamentos e matrículas não previstos no quantitativo do Censo considerado para a compra o que pode ocasionar disparidade com a quantidade real de alunos. Caso a sua escola precise de materiais adicionais, a gestão deve registrar a solicitação pelo site do Simec ou pelo telefone 0800 61 61 61, direto com o FNDE.

## 10. TENHO MUITOS ALUNOS ESPECIAIS, E OS LIVROS NÃO ESTÃO PREPARADOS PARA ISSO.



Alguns dos pilares do PNL são a acessibilidade, a inclusão e o pluralismo. Dessa forma, nos editais de convocação do Programa, é exigido das editoras que os materiais didáticos sejam inscritos em versões digitais acessíveis, compatível com vários dispositivos que permite recursos de adaptação. Para os materiais digitais acessíveis há, também, exigências a respeito de contraste e acessibilidade gráfica. Além disso, os conteúdos audiovisuais que enriquecem as versões digitais das obras devem obrigatoriamente incluir recursos acessíveis como legenda, audiodescrição e interpretação em Libras. Todas as coleções aprovadas devem ter versões correspondentes em Braille, produzidas por instituições especializadas contratadas pelo FNDE. A solicitação dos livros digitais acessíveis e das versões em Braille deve ser realizada pelos gestores escolares no site do Simec (módulo Livros) e a distribuição e entrega dos livros digitais acessíveis é responsabilidade do FNDE. Caso haja problemas, a equipe do FNDE pode ser contatada pelo e-mail: [livrodidatico@fnde.gov.br](mailto:livrodidatico@fnde.gov.br). ■

### PARA SABER MAIS

- BRASIL. Ministério da Educação. PNL. Avaliação — Plataforma de Avaliação dos Materiais Didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF: Ministério da Educação, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_lr1](https://mod.lk/ed28_lr1). Acesso em: 23 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 11, de 16 de agosto de 2023: dispõe sobre as normas de conduta no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático — PNL. Diário Oficial da União: seção 1, nº 166, p. 22, 30 ago. 2023. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_lr2](https://mod.lk/ed28_lr2). Acesso em: 23 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Manual de aprovação e vinculação de diretores no PNL Digital. Brasília, DF: FNDE, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_lr3](https://mod.lk/ed28_lr3). Acesso em: 23 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Perguntas frequentes — Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF: Ministério da Educação, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_lr4](https://mod.lk/ed28_lr4). Acesso em: 23 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) — página de acesso. Brasília, DF: MEC, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_lr5](https://mod.lk/ed28_lr5). Acesso em: 23 fev. 2026.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Brasília, DF: FNDE, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_lr6](https://mod.lk/ed28_lr6). Acesso em: 23 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Brasília, DF: Ministério da Educação, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_lr7](https://mod.lk/ed28_lr7). Acesso em: 23 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Manual de atualização da adesão ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) — Secretarias de Educação e Rede Federal. Brasília, DF: FNDE, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_lr9](https://mod.lk/ed28_lr9). Acesso em: 23 fev. 2026.



# PNLD 2026

Educação Infantil | Moderna



# Histórias que despertam a paixão pela leitura

Cada um dos nossos livros é uma janela para o encantamento, um convite para sonhar e descobrir. É nesse instante que nasce algo precioso: a paixão pela leitura.



Folheie as obras:  
[mod.lk/infalit](http://mod.lk/infalit)



# O novo voo da educação brasileira

Enviado pela Câmara Federal ao Senado em dezembro, o Plano Nacional da Educação é esperança para que o país alcance novos rumos.

TEXTO *Rubem Barros*



**O NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO** está com as turbinas ativadas e o trem de pouso prontos para a decolagem, aguardando autorização da torre de controle para sair do chão e ganhar altura. A torre de controle, no caso, é o Senado Federal, que recebeu o Projeto de Lei nº. 2614/2024, aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 15 de dezembro de 2025, após quase dois anos de tramitação. Se houver celeridade em sua aprovação no Senado e posterior sanção da presidência da República, a nova versão do PNE terá percorrido um caminho mais rápido e menos sinuoso que seu antecessor, que vigorou entre 2014 e 2025 e precisou de quatro anos para sua aprovação (2010 a 2014). ➤





» “A criação de uma comissão especial sobre o PNE na Câmara dos Deputados funcionou bem, descartando propostas descabidas num plano dessa natureza, como o *homeschooling*, por exemplo. O documento ficou enxuto e robusto. O MEC usou melhor suas bases de dados e de conhecimentos para estabelecer os objetivos, as metas e as estratégias”, opina Haroldo Rocha, ex-secretário de Educação do Espírito Santo e atual coordenador-geral do Profissão Docente, coalização de organizações do terceiro setor.

O novo PNE estabelece 19 objetivos, desdobrados em 73 metas e 372 estratégias. Em algum nível, as metas são comparáveis aos indicadores do plano anterior. Uma das principais preocupações foi a de criar mecanismos de acompanhamento para que as eventuais correções de rumo ocorram com a maior agilidade possível.

“A principal inovação é o aperfeiçoamento do monitoramento, que será feito com a atuação do Inep e as informações bienais. Além disso, foi decidida a incorporação dos tribunais de contas, que farão o acompanhamento das metas, e o Sistema Nacional de Educação poderá ajudar tanto na parte normativa quanto na execução”, acredita o presidente do Conselho Nacional de Educação, César Callegari. Em até seis meses após a aprovação, o Inep deverá apresentar indicadores e projeções de metas para cada ente da federação.

Para Callegari, assim que for estabelecida uma pactuação entre os entes federativos, tudo poderá ser mais bem coordena-

nado. No âmbito do CNE, em breve, será instituído o Fórum dos Conselhos, que terá representantes das instâncias estaduais e municipais, com indicação do ministro da Educação. Será um órgão de caráter consultivo, cuja atuação será complementar à da Undime (União dos Dirigentes Municipais da Educação) e do Consed (Conselho Nacional dos Secretários da Educação), que reúnem secretários municipais e estaduais e têm atuação mais ligada ao MEC.

## Participação e equidade

Algumas características e alguns pontos são reconhecidos e elogiados pelos especialistas: a visão participativa, tanto na elaboração quanto no acompanhamento, e a ênfase na equidade. “Os maiores avanços foram o foco na equidade, agora muito explícito, e a participação por meio de comissões, com engajamento da sociedade civil, muito necessária”, diz Patrícia Diaz, diretora-executiva da Roda Educativa.

Visão corroborada pela coordenadora de Articulação e Advocacy do Instituto Reúna, Laura Angélica, que enfatiza as várias instâncias de participação na elaboração do Plano e as diversas audiências públicas, com abertura para algumas



**“OS MAIORES AVANÇOS FORAM O FOCO NA EQUIDADE, AGORA MUITO EXPLÍCITO, E A PARTICIPAÇÃO POR MEIO DE COMISSÕES, COM ENGAJAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL, MUITO NECESSÁRIA.”**

não previstas. “Foi muito importante ter uma audiência temática sobre matemática, em que conseguimos garantir a equiparação da aprendizagem nesse campo à da alfabetização, duas dimensões igualmente importantes”, lembra. A inclusão nos objetivos de Alfabetização, da meta 3C, que trata de redução de desigualdades em Língua Portuguesa e em Matemática, também significa um salto da simples garantia do acesso ao foco na aprendizagem para a equidade.

Outro objetivo importante para tal finalidade é o 19, relativo ao financiamento e à infraestrutura da educação. Várias de suas estratégias têm foco na equalização da distribuição de recursos para garantia do CAQ (Custo Aluno Qualidade), atribuição de recursos anuais por estudante e por etapa que propicie boas condições de aprendizagem. “Há vários elementos novos indutores dessas metas no Fundeb, com distribuição dos recursos complementares da União voltados à equidade”, ressalta Callegari.

### **Governança, elemento-chave**

Um dos pontos centrais para que o Plano seja bem-sucedido é a boa governança. As visões de como garanti-la, no entanto, não são totalmente conver-

gentes. O Sistema Nacional de Educação (SNE) sancionado pelo governo federal no final de 2025 pode ser fundamental para articular entes federativos das três instâncias, federal, estadual e municipal, mas nem todos apostam nisso. “Sou um pouco cético. Reconheço ser necessário, mas temo que se gaste muita energia. É preciso cuidado, para que não vire um ambiente de assembleísmo. A partir de 2027, o MEC deve ser um agente político ativo, com mais foco na articulação das políticas do PNE, e não como indutor de programas, como vem atuando até agora”, defende Haroldo Rocha.

O risco de burocratização é o principal temor em relação ao SNE. Por outro lado, o exemplo do SUS (Sistema Único de Saúde) aparece como exemplo positivo. Para Patrícia Diaz, as comissões previstas para governança e monitoramento serão favorecidas pelo fato de o Plano estar ancorado em políticas públicas estruturadas e já implantadas, contemplando os mesmos eixos de atuação. “Há, sim, risco de burocratização e de não ser tão efetivo. Mas temos de aprender na prática a criar essa cultura de organização participativa. É um caminho promissor que tende a tornar essa cadeia mais possível”, acredita. Como exemplo, a diretora da Roda Educativa cita o Compromisso Nacional ►



» Criança Alfabetizada, tema sempre marcado por dissonâncias entre os âmbitos federal, estadual e municipal. Agora, há apoio federal, mas sem direcionamento de uma única metodologia a ser usada nacionalmente. Há, no entanto, o objetivo comum de alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e o incentivo à cultura escrita.

Uma questão presente no Plano é a atuação intersetorial, imprescindível no trabalho conjunto com as áreas da saúde e da assistência social. Porém, dentro do contexto da educação, é preciso ir além da garantia de que a criança esteja na escola, dando condições, também, para que recupere o atraso na aprendizagem com ações que assegurem alimentação e transporte quando for preciso estar mais tempo na escola, por exemplo. E a intersetorialidade vai além dessas áreas. Outros campos do setor público, como o Ministério da Cultura, devem ter participação estratégica em questões ligadas à leitura e ao letramento. “O PNE sozinho não dá conta de tudo [em relação à cultura letrada]. É preciso se unir com o PNLL (Plano Nacional do Livro e Leitura), com o programa de bibliotecas e iniciativas, para que as escolas tenham bons acervos”, complementa Patrícia.

## Visão sistêmica

Partindo do pressuposto de que o PNE traz à educação brasileira uma visão sistêmica para melhorar a aprendizagem com equidade, à questão da governança se junta outra igualmente complexa: o regime de colaboração. Laura Angélica, do Reúna, lembra que o planejamento nacional será desdobrado em planos estaduais, que devem estar prontos até 12 meses após a aprovação do documento nacional, e municipais (em 15 meses). “É essencial dar centralidade ao currículo, para que tenhamos coerência pedagógica sistêmica. Essa tem de ser uma preocupação dos gestores, que devem se apoiar nas estruturas de monitoramento desenhadas. O fato de ser um modelo sistêmico é uma vantagem enorme para a gestão.” A colaboração entre os entes pode evitar, por meio da troca de experiências e de informações, a repetição de erros. “É preciso garantir critérios mínimos de qualidade e investir na colaboração para a melhoria contínua, com as instâncias de colaboração sendo espaços de complementaridade”, acrescenta.

Como existe carência de pessoal técnico em número suficiente nas equipes de gestão de pequenos municípios, o apoio de estados e municípios circunvizinhos maiores é essencial. “As secretarias estaduais têm de cuidar dos municípios, exercer



“O MUNDO ECONÔMICO PRECISA SER MENOS PRAGMÁTICO, IMEDIATISTA E TER VISÃO DE FUTURO. PRECISAM AJUDAR NA IMPLEMENTAÇÃO.”

seu papel nessa construção. Dificuldades municipais podem ser supridas”, opina Haroldo Rocha, do Profissão Docente. Como exemplo, cita o diagnóstico realizado pelo Todos pela Educação para cidades com mais de 500 mil habitantes. “Os estados podem fazer isso para todos os seus municípios. É a qualidade técnica desses entes que pode suprir as deficiências dos municípios”, diz.

Para Rocha, o sucesso do PNE depende de três pontos básicos: a governança, que deveria implicar “uma concertação política do país” para atingir os objetivos; uma definição clara das metas e que elas sejam desafiadoras; e, por último, “o monitoramento em tempo real da execução para o atingimento das metas”, evitando a detecção tardia de desvios que podem comprometer os objetivos. E frisa, ainda, a importância de o sistema empresarial brasileiro ter participação ativa, para que a educação possa avançar. “O mundo econômico precisa ser menos pragmático, imediatista e ter visão de futuro. Precisa ajudar na implementação”, advoga.

## Avaliação

As avaliações de larga escala têm sido discussão recorrente nos últimos anos. Há um consenso de que o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica),

e, em especial, o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) são instrumentos defasados. Em suas últimas edições, o Saeb tem sido objeto de experiências e mudanças, com a incorporação de questões dissertativas e mais complexas (envolvendo mais habilidades), a atualização progressiva das matrizes de referência com seu alinhamento à BNCC (Base Nacional Comum Curricular), os testes e os questionários em Braille, entre outras. Já o Ideb, que completará 20 anos em 2027, manteve sua fórmula em todo esse período. O índice, que combina notas de Língua Portuguesa e de Matemática à aprovação, introduziu as metas por escolas e por redes.

“O Inep já anunciou que vai reformular o Ideb. Essas atualizações vão impactar o Plano. Não podemos ficar com um sistema de avaliação que não captura dimensões novas. Até porque, hoje, com internet compatível, esse processo pode ser digital”, diz Rocha.

O PNE, porém, já traz uma perspectiva que permite olhar para o conjunto de avaliação e de monitoramento de forma mais otimista. Isso porque o processo não se restringirá às médias aferidas por sistemas e escolas, mas incentivará a progressão e a superação daqueles estudantes com »



» aprendizado insuficiente para o nível suficiente, e destes para o nível adequado.

## Calcanhares de Aquiles

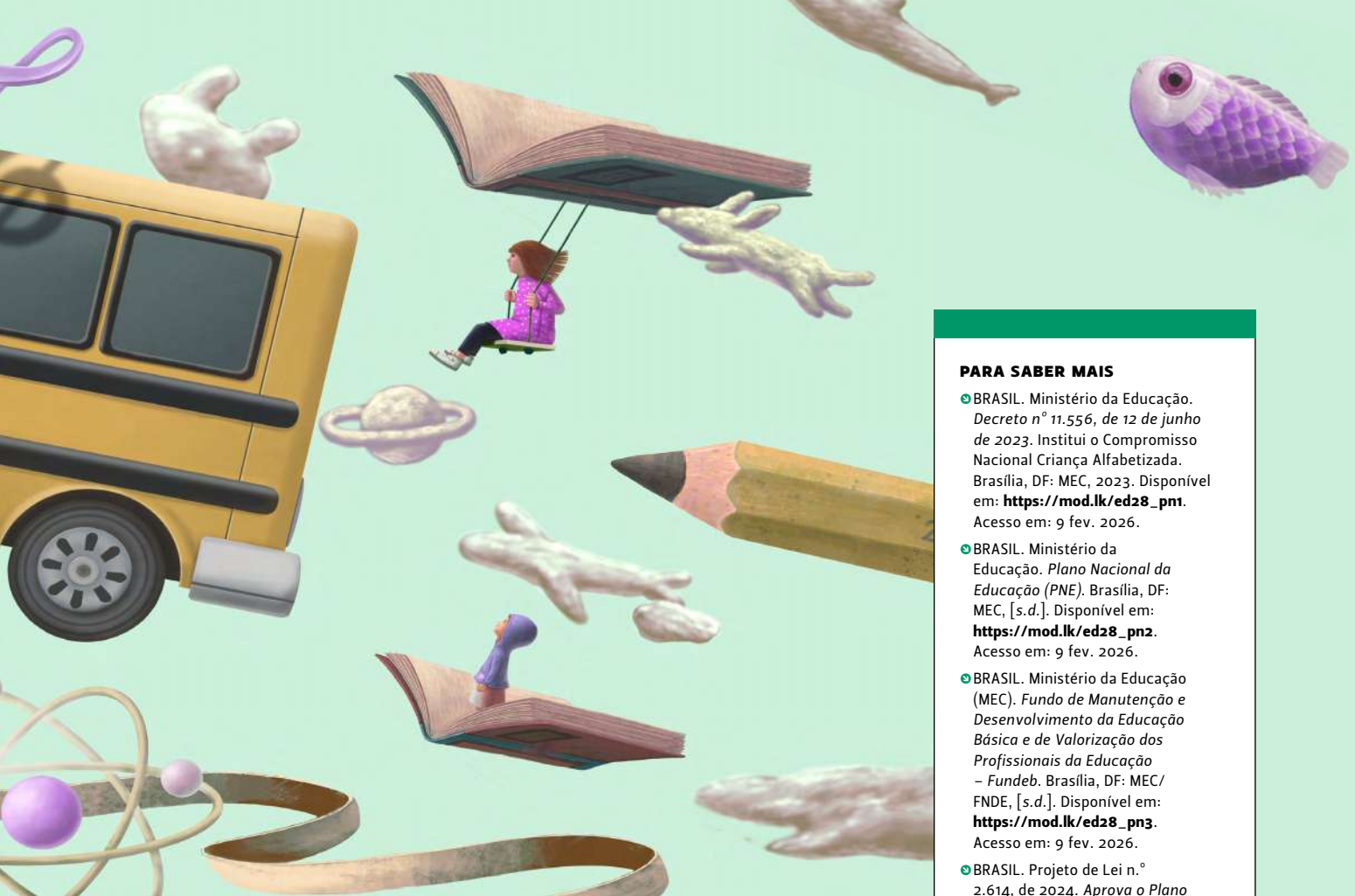
Muito se fala em monitoramento e em garantia da aprendizagem como aspectos vitais do Plano. Porém, para concretizá-los, há dois pontos críticos: o financiamento da educação e a melhoria da formação docente. O financiamento é elemento vital para a garantia das ações previstas, como a construção de creches para reduzir desigualdades no acesso entre o quintal de maior renda e o de menor, a universalização da pré-escola e a oferta em ao menos 50% das escolas públicas de educação integral em tempo integral até o quinto ano de vigência do PNE. Para isso, a integração das três dimensões federativas precisa estar bem azeitada. “O regime de colaboração pode melhorar o financiamento”, diz Patrícia Diaz, pensando que a atuação conjunta pode otimizar o uso dos recursos. “Quero crer que o uso dos recursos respeitará as metas definidas. Antes de dizer se os recursos são suficientes ou não, é preciso garantir essa destinação”, complementa Laura Angélica.

O uso racional dos recursos é mencionado também por César Callegari. Como exemplo, ele cita a educação profissional, cuja meta de expansão pre-

vê 50% dos estudantes do Ensino Médio na modalidade até o final do Plano, sendo pelo menos 50% deles nas redes públicas. “Temos um potencial que precisa ser bem aproveitado. É uma questão de mobilização de recursos já existentes, que vão ser ainda maiores com a conversão das dívidas dos estados em formação profissional, como previsto em lei. Há muitos laboratórios de universidades públicas e privadas com carga ociosa, que precisam ser mais bem utilizados. Não é necessário sair construindo, tem de se aproveitar a capacidade instalada”, lembra.

O presidente do CNE, no entanto, faz um reparo ao PNE em relação à falta de uma visão mais articulada e enfática sobre a formação e a carreira docente, mesmo com as seis metas e as 28 estratégias do Objetivo 17. “Faltou dizer de forma clara que é preciso, nos próximos dez anos, formar uma nova geração de professores para a educação brasileira. Esse é o nosso grande desafio estratégico. Todos os objetivos, as metas e as estratégias dependem de profissionais da educação preparados não apenas para enfrentar o estoque de dívidas que temos, mas para todas as mudanças que estão pela frente”, brada Callegari, que há tempos tem defendido essa posição.

A questão passa por um redesenho da carreira docente e por sua valorização em vários níveis. Um



**“TEMOS UM POTENCIAL QUE PRECISA SER BEM APROVEITADO. É UMA QUESTÃO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS JÁ EXISTENTES, QUE VÃO SER AINDA MAIORES COM A CONVERSÃO DAS DÍVIDAS DOS ESTADOS EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL.”**

deles deveria ser o reconhecimento de ações ligadas à inovação, à criatividade e à autoria. A ascensão na carreira não poderia se dar apenas com titulação e tempo de serviço, mas premiando aqueles que se dedicam a escrever e publicar livros ou sequências didáticas que melhoram as relações de ensino-aprendizagem. Ou gestores que inovem na liderança em suas escolas e redes. No quesito remuneração, em que a meta 17b prevê a equiparação dos profissionais da educação em relação àqueles de outras carreiras com escolaridade equivalente, Callegari defende que deveria ser maior. “É o que os países que mais avançaram ousaram fazer. A carreira precisa disso e de um marco referencial para se tornar mais atraente. O Plano, acredito, deveria ter um nome e uma marca: PNE professores do Brasil.”

No entanto, o Plano não explicita a necessidade de indução da adoção de jornada integral para a docência, algo que as evidências internacionais apontam como fator de melhoria na educação. Apenas sugere, na estratégia 17.16, “estabelecer mecanismos para induzir o cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais do magistério em um único estabelecimento escolar”.

“Quem sabe”, diz Haroldo Rocha, “podemos pensar em universalizar a jornada de 40 horas em uma única escola até o final desse Plano. Será preciso muito esforço para se manter na rota e fazer uma aterrissagem bem-sucedida.”

#### PARA SABER MAIS

- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pn1](https://mod.lk/ed28_pn1). Acesso em: 9 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação (PNE). Brasília, DF: MEC, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pn2](https://mod.lk/ed28_pn2). Acesso em: 9 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Brasília, DF: MEC/FNDE, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pn3](https://mod.lk/ed28_pn3). Acesso em: 9 fev. 2026.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 2.614, de 2024. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Brasília, DF: Presidência da República, 27 jun. 2024. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pn4](https://mod.lk/ed28_pn4). Acesso em: 9 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades. Brasília, DF: MEC, [2018?]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pn5](https://mod.lk/ed28_pn5). Acesso em: 9 fev. 2026.
- CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação). Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED. Brasília: CONSED, 1986. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pn6](https://mod.lk/ed28_pn6). Acesso em: 9 fev. 2026.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pn7](https://mod.lk/ed28_pn7). Acesso em: 27 jan. 2026.
- UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Brasília: Undime, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_pn8](https://mod.lk/ed28_pn8). Acesso em: 9 fev. 2026.



# Os 19 Objetivos do PNE

1

Ampliar a oferta de matrículas em creche e **universalizar a pré-escola.**

2

Garantir a **qualidade da oferta** de educação infantil.

3

Assegurar a alfabetização e o **nível adequado de aprendizagem em Matemática**, ao final do segundo ano do Ensino Fundamental, a todas as crianças, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

4

Assegurar que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória **concluem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na idade regular**, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

5

Garantir a aprendizagem dos estudantes no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em todas as modalidades educacionais, com **inclusão e redução de desigualdades**, visando à sua superação.

10

Garantir, ao longo da vida, o acesso e a permanência na Educação Especial, assegurando a **oferta de Atendimento Educacional Especializado de qualidade** e a aprendizagem dos estudantes, que são o público da Educação Especial e o público da educação bilíngue de surdos, em todos os níveis, as etapas e as modalidades.

11

**Assegurar a alfabetização** e ampliar o acesso, a permanência e a conclusão da Educação Básica de todos os jovens, os adultos e os idosos.

12

Ampliar o acesso, a **permanência e a conclusão na educação profissional e tecnológica**, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

13

Garantir a qualidade e a adequação da formação às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e das **diversidades de populações e de seus territórios** na educação profissional e tecnológica.

14

Ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com qualidade, **inclusão e redução de desigualdades**, visando à sua superação.



**Que país queremos formar quando falamos em educação?** Os 19 Objetivos do **Plano Nacional de Educação** (PNE) não são apenas metas técnicas ou prazos institucionais; são escolhas políticas que revelam prioridades, enfrentam desigualdades e desenham o futuro. Entre o que foi cumprido, o que ficou pelo caminho e o que ainda precisa sair do papel, o PNE se impõe como espelho e projeto da educação brasileira.

6

Ampliar a oferta de educação integral em tempo integral para a rede pública, **assegurando sua qualidade e a intencionalidade pedagógica** das atividades.

7

Promover a educação digital com a garantia de **conectividade de alta velocidade para fins pedagógicos**, inclusive com redes internas Wi-Fi, e dos conteúdos das três dimensões estabelecidas na BNCC — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital —, para aprendizagem das suas competências e habilidades **de forma segura, responsável, ética, crítica e criativa**, e a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação, para melhoria da aprendizagem, equidade e inclusão.

8

Promover a educação ambiental e o **enfrentamento das mudanças do clima** em todos os estabelecimentos de ensino.

9

Garantir o acesso, a oferta e a permanência em todos os níveis, as etapas e as modalidades na educação escolar indígena, na educação do campo e na educação escolar quilombola, observados os padrões nacionais de qualidade, com **redução das desigualdades regionais**.

15

Garantir a **qualidade de cursos de graduação** e de instituições de ensino superior.

16

Ampliar a formação de mestres e doutores, de maneira equitativa e inclusiva, com melhoria contínua da qualidade e foco na prospeção e na solução dos problemas da sociedade, contribuindo para o **desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico, social e ambiental do país**.

17

Garantir formação, **valorização e condições de trabalho adequadas aos profissionais da Educação Básica**, de modo a elevar a qualidade da educação.

18

Assegurar a participação e o controle social no planejamento, na **gestão democrática, na educação pública**, no monitoramento e na avaliação das políticas educacionais, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem.

19

Assegurar a qualidade e a **equidade nas condições de oferta e permanência** da Educação Básica e da Educação Superior.



## Sua **central de recursos** para otimizar a **prática pedagógica**.

Com novos filtros e ferramentas de busca, agora ficou mais fácil encontrar recursos pedagógicos alinhados às metodologias de cada professor e às demandas específicas de cada turma.

### Confira as principais ferramentas disponíveis!



Planejador interativo e planos de aula em poucos cliques



Simulados/SAEB e sugestões de atividades prontos para imprimir



Banco de questões e avaliações



Eventos digitais gratuitos com certificação



Moderna Forma EAD: cursos com certificação

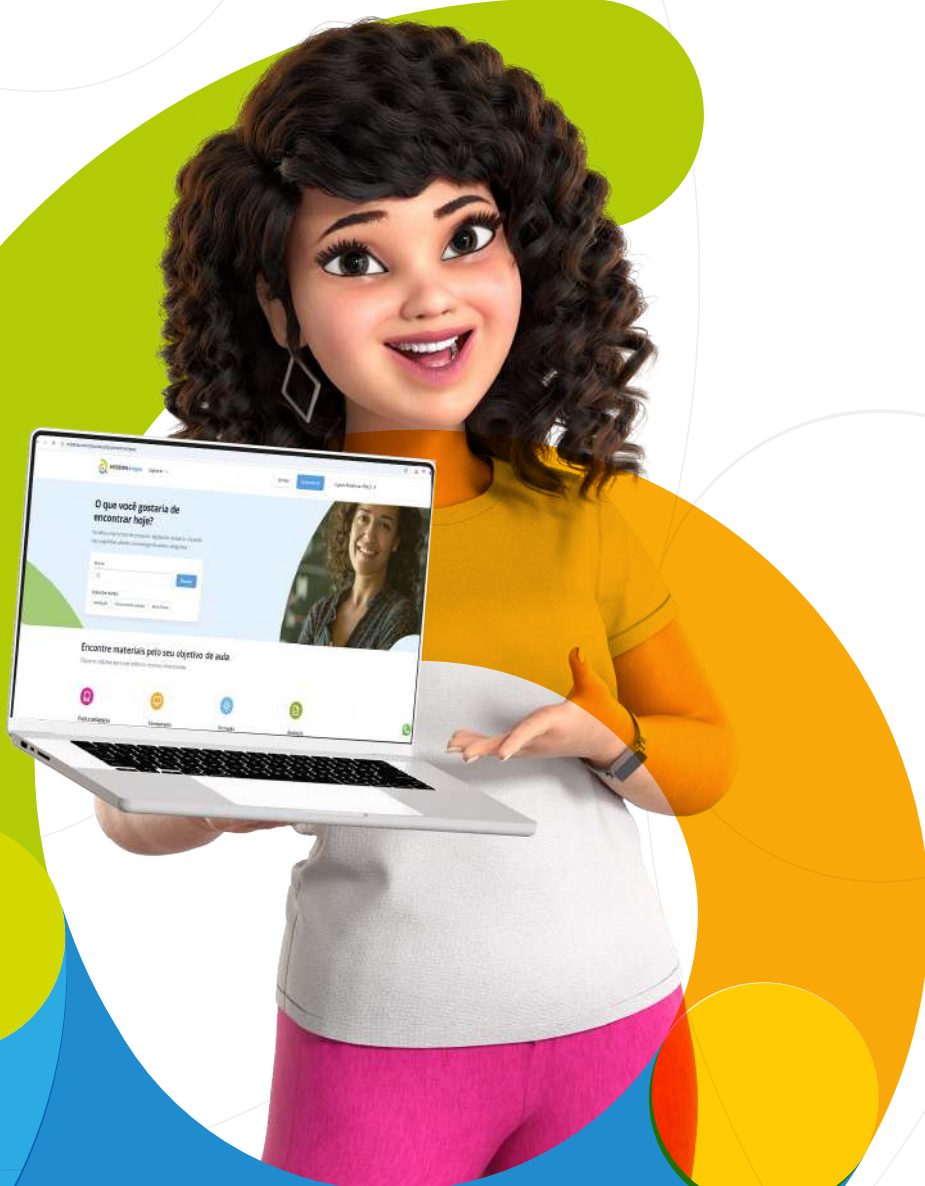


Geração de planos de aula e questões com IA



## PRÓXIMOS CONTEÚDOS PARA ANOS INICIAIS

- Avaliações diagnósticas de Português e Matemática (4º e 5º anos)
- Novos planos de aula para **datas comemorativas**
- Novos planos de aula para **cultura brasileira**
- Novos planos de aula para **recomposição das aprendizagens**
- Novos planos de aula de **Inglês**
- Jogo pedagógico sobre **Sustentabilidade**
- E-book *Guia de Adaptações Curriculares com apoio de IA*



Cadastre-se:  
[mod.lk/modamigo](https://mod.lk/modamigo)



# A Inteligência Artificial na educação, promessas e realidade

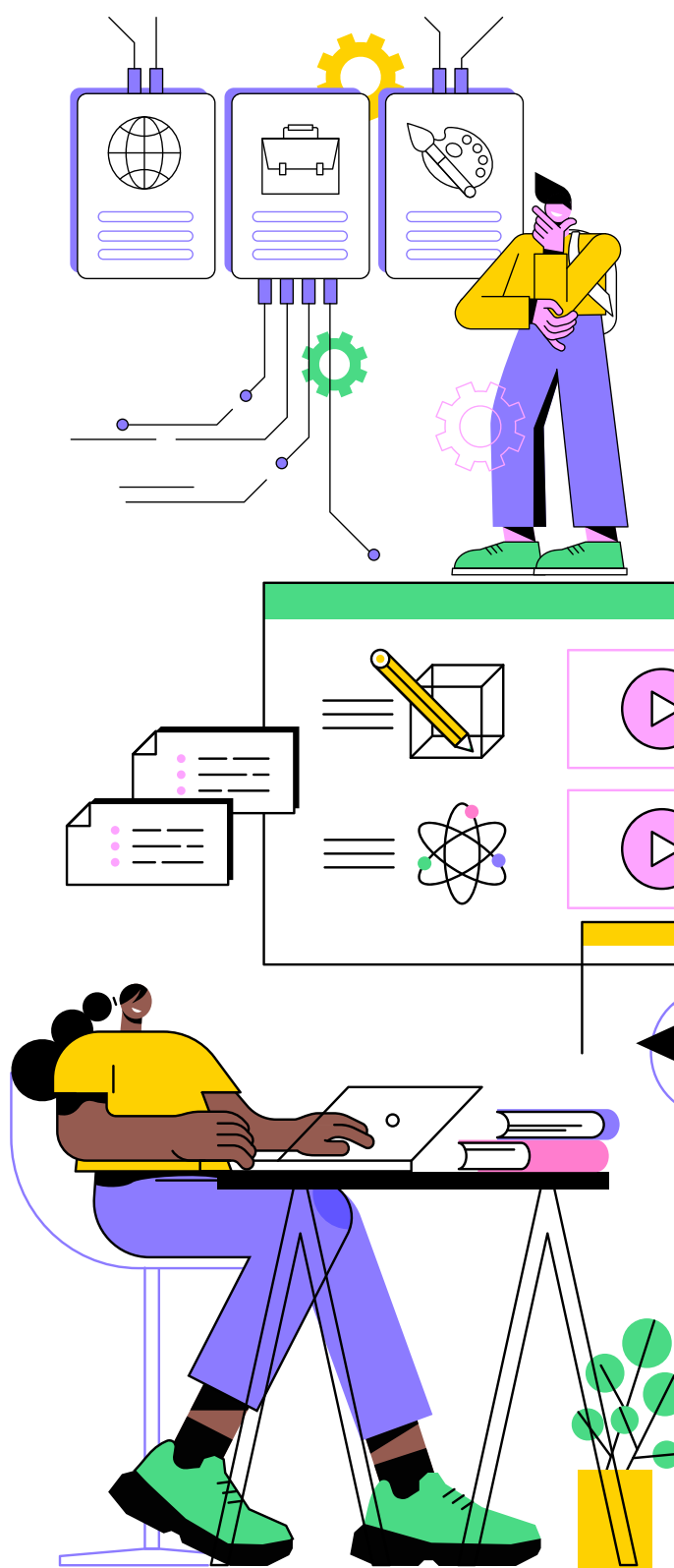
Uso de recursos da IA Generativa se difunde entre alunos, antes que escolas desenvolvam propostas curriculares, e riscos aumentam.

TEXTO *Paulo de Camargo*

**DESDE QUE** as primeiras versões de aplicações baseadas em Inteligência Artificial Generativa foram lançadas, em 2022, escolas de todo o mundo voltaram os olhos para o impacto dessa tecnologia disruptiva na educação. Em 2025, pelo menos 15 países já haviam iniciado reformas curriculares para incluir o tema, segundo dados da Unesco. No Brasil, movimentos importantes começaram a acontecer.

O Piauí deu início a uma das mais ousadas transformações. Nesse estado, a política de Educação Digital está articulada com a ampliação do tempo integral – que cresceu cinco vezes desde 2022, chegando à totalidade das matrículas de Ensino Médio – e com a ampliação da Educação Profissional e Tecnológica, que hoje abrange mais de 50% das matrículas. Entre os cursos ofertados está o de Desenvolvimento de Sistemas com Ênfase em Desenvolvimento de Sistemas. A expansão da IA já levou à formação de 800 mil professores, inclusive com uma rede colaborativa denominada Usina IA.

A proposta curricular do Piauí foi desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e fundamenta-se no que se chamou de Letramento em Dados, Letramento em Algoritmos e Letramento em Modelos. “Trata-se de pensar com a IA e pensar sobre a IA”, diz o pesquisador Christian Brackmann, um dos coordenadores do projeto. ➤





*“A IA não é mágica,  
não veio substituir os professores;  
não diz a verdade – apenas  
calcula probabilidades;  
não é neutra: precisa de princípios  
humanos para orientar seu uso.”*

» O novo referencial curricular da rede estadual do Piauí tem por objetivo, entre outros, compreender os princípios da Inteligência Artificial centrada no planeta, identificando riscos, implicações éticas e suas aplicações para a sociedade, analisando desafios e impactos na convivência social e nos direitos humanos. Além disso, busca formar alunos e professores capazes de conhecer os fundamentos da IA, inclusive sobre suas limitações e suas possibilidades. Da mesma forma, os envolvidos aprendem a aplicar os conceitos e as ferramentas e a relacionar a IA com o mundo do trabalho (veja box a seguir).

## MATRIZ COMPETÊNCIAS REDE ESTADUAL DO PIAUÍ

- **COMPREENDER OS PRINCÍPIOS** da Inteligência Artificial centrada no planeta, identificando riscos, implicações éticas e suas aplicações para a sociedade, analisando desafios e impactos na convivência social e nos direitos humanos.
- **DEMONSTRAR CONHECIMENTOS** sobre os fundamentos da IA, incluindo conceitos básicos e princípios de funcionamento, exercendo a criticidade na análise de suas limitações, suas possibilidades e seus impactos sociais e éticos.
- **AVALIAR SISTEMAS DE IA COM SOLUÇÕES ÉTICAS** para problemas reais e elaborar aplicações criativas, considerando aspectos éticos e explorando o potencial da IA em diferentes contextos.
- **COMPREENDER E APLICAR CONCEITOS DE IA** e aprendizado de máquina, analisando suas possibilidades, suas limitações, seus impactos éticos e suas aplicações em diferentes contextos.
- **RELACIONAR A IA AO MUNDO DO TRABALHO**, investigando como ela transforma profissões e contribui para o desenvolvimento de novas habilidades.

E o Piauí não foi o único estado. São Paulo, não sem enfrentar polêmicas, adotou ferramentas para corrigir automaticamente lições de casa dos alunos, bem como redações. Nas redes particulares, muitas escolas aprofundaram mudanças curriculares.

Ainda que de forma mais lenta do que muitos gostariam, o Ministério da Educação começou, também, a dar os primeiros campos no mundo da IA, por meio da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas. Foram feitos investimentos de R\$ 3 bilhões em conectividade. No campo pedagógico, o MEC lançou o Referencial de Saberes Digitais Docentes, com um autodiag-

nóstico para que os docentes conheçam suas competências digitais. Além disso, mais de 80 cursos de educação digital e midiática foram ofertados virtualmente. No bojo desse esforço, o Conselho Nacional de Educação aprovou as primeiras “Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática”.

As Diretrizes do CNE trazem, pela primeira vez, orientações para as redes de ensino, como a integração do tema da educação digital e midiática de forma transversal ou como componente curricular, a compreensão do conceito de algoritmo e do uso de dados para o treinamento de máquinas, das plataformas digitais e das diferentes formas de Inteligência Artificial — IA, além de suas implicações éticas e sociais. Propõe, também, o letramento computacional e o desenvolvimento de habilidades específicas e estabelece a cidadania digital como dimensão estruturante.

Por fim, o CNE determina que a construção dos currículos das redes públicas deve se fundamentar na garantia de direitos individuais e coletivos, no contexto de compreensão da tecnologia como bem comum, considerando as desigualdades e os riscos de violência presentes no ambiente digital, com reflexões sobre o modelo de negócio das plataformas digitais e os temas de regulação.

Longe de representar o investimento em uma tecnologia que ainda está no campo das promessas do futuro, esses exemplos refletem como a IA já começa a ser incorporada pelas escolas no presente, com grande impacto pedagógico. Mas, afinal, como a IA vai transformar os processos de aprendizagem?

Em recente apresentação no Brasil, em um evento realizado no Ministério da Educação, o especialista Fengchun Miao, que lidera os projetos da Unesco no campo da IA, chamou a atenção para a urgência do tema. Para ele, há uma transformação em curso na educação, que se explica pela formação de um triângulo: se até hoje a relação pedagógica se baseava na agência do professor e do aluno, agora existe uma tecnologia projetada para imitar o comportamento e o pensamento humano. “Isso tem um impacto muito profundo em nosso ensino, na aprendizagem e na avaliação”, disse.

Na sua visão, os efeitos da Inteligência Artificial na educação são, em grande parte, produtos indiretos da competência humana em IA. É o que definirá nossa capacidade de administrar os impactos negativos e bem aproveitar os potencialmente positivos. Para Miao, a IA se tornou uma nova infraestrutura invisível e onipresente na sociedade, processando os dados que todos geram. Na educação, conforme estudos já mostram, seu uso inadequado podem minar a autonomia dos alunos, o pensamento crítico e a criatividade.

Afinal, em um primeiro momento, a maior tentação é mesmo utilizar as ferramentas para fazer trabalhos e responder a exercícios, substituindo a própria autonomia. Isso torna necessário — e urgente — propor formas de garantir

aos alunos desenvolver competências de colaboração humana e Inteligência Artificial, ou seja, ensiná-los a usar a máquina não para abdicar de suas próprias competências, mas para potencializá-las.

Da mesma forma, diz o especialista chinês, é preciso proteger os direitos dos professores e, em seguida, redefinir gradualmente seu papel. Hoje, já estão em desenvolvimento, por exemplo, os primeiros projetos da indústria tecnológica em que atividades docentes são substituídas por tutores personalizados de IA. “Precisamos defender continuamente a competência dos professores e apoiá-los no desenvolvimento de novas habilidades”, afirma.

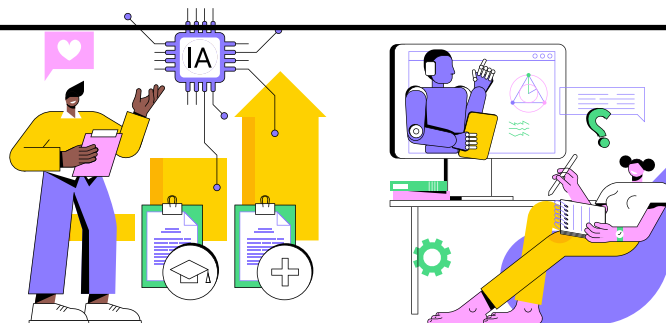
A Unesco vem liderando globalmente a discussão sobre os riscos e as possibilidades da IA produzindo uma série de documentos que balizam as discussões. Essa agência da ONU alerta, por exemplo, para riscos, como o agravamento da pobreza digital, ou seja, o aumento da desigualdade en-

tre os que têm acesso aos recursos e os que não têm; para o uso da tecnologia sem consentimento; e para a redução da diversidade de opiniões, bem como para a falta de transparência das grandes empresas de tecnologia.

Por isso, a Unesco propôs um *framework*, ou seja, um marco referencial para professores e alunos para o uso de IA. Para os docentes, esse marco propõe uma mentalidade centrada sempre no ser humano, o uso ético, o conhecimento dos fundamentos e as aplicações da IA, o desenvolvimento de uma pedagogia da IA e o uso da Inteligência Artificial para o desenvolvimento profissional. O marco vem sendo utilizado por diferentes países, incluindo o Brasil, para inovações curriculares que contemplem o advento dessa tecnologia disruptiva. “Há duas perguntas fundamentais: que tipo de sociedade humana queremos construir? Em segundo lugar, que tipo de competência humana precisamos preparar para essa sociedade humana desejada na era da IA?”, resume Miao. ➤

## MARCO REFERENCIAL GLOBAL UNESCO

### COMPETÊNCIAS DE IA PARA PROFESSORES



ASPECTOS	NÍVEIS DE PROGRESSÃO		
	ADQUIRIR	APROFUNDAR	CRIAR
MENTALIDADE CENTRADA NO SER HUMANO	Agência humana	Responsabilidade humana	Responsabilidade social
ÉTICA DA IA	Princípios éticos	Uso seguro e responsável	Cocriação de regras éticas
FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES DE IA	Técnicas de aplicações básicas de IA	Habilidades de aplicação	Cocriando com IA
PEDAGOGIA DE IA	Ensino assistido por IA	Integração entre IA e pedagogia	Transformação pedagógica aprimorada por IA
IA PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	IA para possibilitar a aprendizagem profissional ao longo da vida	IA para melhorar a aprendizagem organizacional	IA para apoiar a transformação profissional

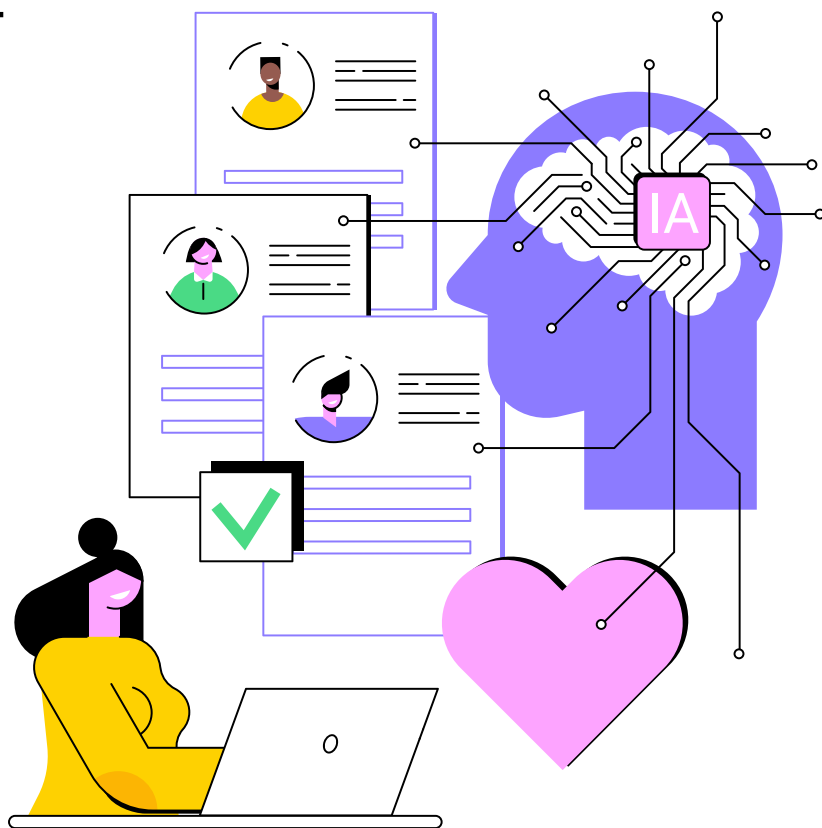
## CIDADANIA DIGITAL: UM APRENDIZADO PARA TODA A COMUNIDADE

**PARECIA SER UM DEBATE** convencional entre alunos, no formato de uma assembleia da ONU, em que cada comitê representa um país para defender propostas, argumentar e buscar consensos. Mas havia um lugar vazio na mesa de um dos países orientais a ser representados. Será que os alunos de alguma escola convidada teriam faltado? Logo se descobriu que não: desta vez, esse país seria representado por um avatar da Inteligência Artificial. Que surpresa!

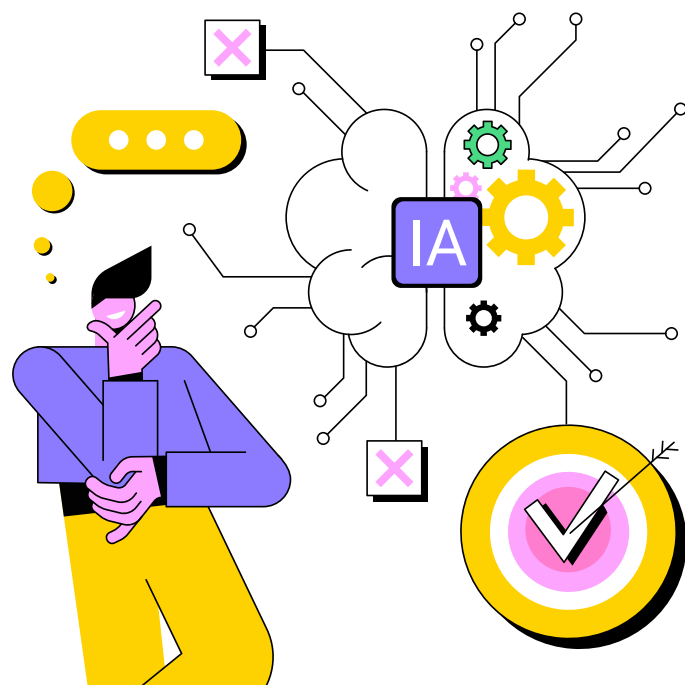
Ao longo dos cinco dias, a IA entrou nos debates e espantou a todos com seus argumentos e seus posicionamentos, que pareciam se alinhar com as teses de muitos alunos. Todos ficaram maravilhados até que a própria IA lhes explicou que não havia criado nada. Só o que fez foi utilizar as informações geradas pelos próprios jovens, em suas pesquisas preparatórias e seus debates.

A partir daí começou o verdadeiro aprendizado: os alunos se deram conta de que não há mágica na IA, pois tudo o que faz é gerar informações a partir de conteúdos já disponíveis, e, por isso, pode haver sérias questões de autoria e mesmo de veracidade envolvidas. Os jovens puderam entender, também, que todos somos responsáveis pelo bom uso dos recursos, que ética é uma palavra-chave, que os seres humanos devem estar acima de tudo e, por isso, a regulamentação é necessária. Desenvolvida pelo professor Mattheus Pina, do Colégio Dante Alighieri, em São Paulo, a IA Xia Ada Turing foi assim batizada em homenagem a três grandes precursores dessa tecnologia. No final de 2025, chegou à fase final de um importante prêmio de educação e tecnologia, nos Estados Unidos.

O exemplo do Dante não saiu da cartola. A escola foi uma das primeiras instituições de ensino brasileiras a entender o possível impacto da IA na educação, introduzindo uma disciplina eletiva sobre o assunto ainda em 2018, antes do advento dos chats baseados em IA Generativa. Depois, o Dante estabeleceu um comitê para criar um currículo de IA e segue desenvolvendo atividades de letramento e cidadania digital para todos os funcionários, desde os operacionais, e para as famílias, além de alunos e de professores. “Se os alunos não discernirem entre verdade e mentira, também não saberão a diferença entre bem e mal”, acredita a coordenadora de tecnologia Verônica Cannatá, uma das responsáveis pelo projeto desenvolvido pelo colégio.



*“Muitas pesquisas indicam que há uma perda do potencial cognitivo, pois os cérebros se tornam preguiçosos.”*



» Quando a questão é a prioridade dada ao tema, a China surge como exemplo sempre lembrado. Afinal, o país não apenas protagonizou a primeira reforma curricular para inserir o tema da IA, ainda em 2004, como também, em 2017, atualizou o currículo, ampliando para cinco disciplinas com o tema da IA depois de novas atualizações. Em 2022, o país adotou um currículo nacional de ciência da informação para os alunos a partir dos 6 anos. Em 2025, teve o início da implementação da nova matriz curricular. Foram adotados quatro aspectos principais, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio: Conhecimentos Fundamentais de IA; Aplicações e Tecnologias; Métodos para a Realização da IA; e Ética e Sociedade. Os frutos dessa prioridade ficam cada vez mais visíveis: três em cada quatro dos desenvolvedores em IA no mundo são chineses.

## A IA E A ESCOLA: MODOS DE UTILIZAR

Há, ainda, um longo percurso a seguir, especialmente nas redes públicas. Mas é preciso começar a trilhá-lo. Ainda em meio a muitas especulações e a exercícios de futurismo, já existem alguns caminhos concretos sobre como a IA vem sendo utilizada na educação mundo afora.

No Brasil, país que abraça rapidamente as novas formas de comunicação social, o uso da IA rapidamente se difundiu nas escolas, mas nem sempre da maneira mais adequada. Todo professor sabe como é difícil discernir entre o que foi produzido por alunos ou por IA. Para colar, realizar suas tarefas, produzir textos, os chats de Inteligência Artificial começaram a ser amplamente utilizados — o que pode acarretar prejuízos. “Muitas pesquisas indicam que há uma perda do potencial cognitivo, pois os cérebros se tornam preguiçosos”, diz a pesquisadora em neurociências, Telma Pantano.

Da mesma forma, a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis), um estudo recente da OCDE, mostrou que 56% dos professores brasileiros dizem já utilizar a IA em seu cotidiano, em ações como preparação de aulas e busca de conteúdos para enriquecê-las. Isso significa quase o dobro da média observada nos países europeus. O maior uso é a geração de planos de aula ou de atividades e para calibrar as atividades de acordo com o perfil dos alunos, bem como para resumir informações. De acordo com o estudo, a IA é menos utilizada quando se trata de revisar dados sobre a participação dos estudantes, avaliar e corrigir trabalhos ou gerar feedbacks.

Acompanhando projetos de educação e tecnologia em diversos países, o diretor global de produtos da Santillana, Ernesto Núñez Mejía, criou um modelo próprio para diferenciar as formas pelas quais a IA pode ser utilizada por alunos, professores e gestores. Para Núñez, há atividades realizadas em uma escola que podem ser mais automatizáveis, ou, em suas palavras, plenamente potencializadas com o uso dos recursos de IA, com ganhos de tempo e produtividade. Existem outras que podem ser parcialmente

potencializadas e, por fim, aquelas que necessariamente precisam ser lideradas e executadas por pessoas.

No campo da docência, por exemplo, para a geração de materiais e de planejamentos, a correção simples de exercícios e a adaptação de conteúdos, as ferramentas de IA podem ser de grande valia. Ao mesmo tempo, com a condução do professor, a IA pode ajudar na análise de avaliações abertas e na criação de percursos mais personalizados pelos estudantes. Mas apenas os seres humanos podem cuidar, escutar, gerar vínculos de confiança, formar valores e propósito, exemplifica o diretor.

Os alunos podem se beneficiar dos chats para gerar resumos e explicações, fazer consultas e questionamentos rápidos. Mas o uso se torna mais rico quando a IA potencializa os estudos, ajudando os estudantes a explorar hipóteses e ideias e a construir trajetórias de aprendizagem mais personalizadas. Os alunos podem fazer escolhas com responsabilidade e ética, fazer questionamentos autênticos e agregar sentido e identidade ao que estão fazendo. “A IA não é mágica, não veio substituir os professores; não diz a verdade — apenas calcula probabilidades; não é neutra: precisa de princípios humanos para orientar seu uso”, resume Ernesto Nuñez.

Pensando nos educadores de escolas públicas, a Moderna adaptou a plataforma da Santillana Educação, dando origem ao ambiente Plano de Aula IA com os módulos de plano de aula e geração de questões, colaborando com o planejamento de aulas e com a elaboração de atividades a partir dos livros didáticos da editora, aprovados pelo MEC no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Atualmente, a ferramenta já pode ser utilizada pelos educadores do Ensino Médio e há previsão de novos módulos para a geração de apresentações e de projetos. O cadastro e o acesso são gratuitos pela plataforma ModernAmigos e a ferramenta está em estudo para implementação nos outros segmentos ofertados pela Moderna. ▣

### PARA SABER MAIS

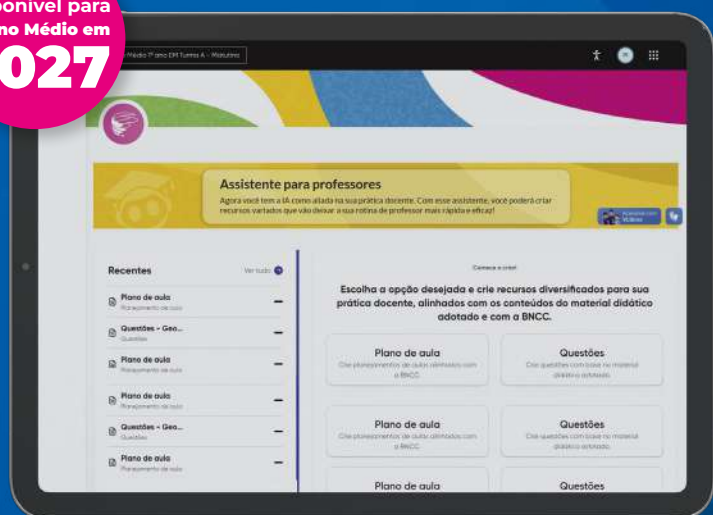
- BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial Saberes Digitais Docentes*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_td](https://mod.lk/ed28_td). Acesso em: 24 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Escolas Conectadas*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_tdi](https://mod.lk/ed28_tdi). Acesso em: 24 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 2/2025. Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_tdi](https://mod.lk/ed28_tdi). Acesso em: 24 jan. 2026.
- OECD. *Results from TALIS 2024*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_tdi](https://mod.lk/ed28_tdi). Acesso em: 24 jan. 2026.
- MODERNA. *ModernAmigos*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_tdi](https://mod.lk/ed28_tdi). Acesso em: 24 jan. 2026.
- IBM. *Inteligência Artificial Generativa*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_tdi](https://mod.lk/ed28_tdi). Acesso em: 27 jan. 2026.
- UNESCO. *Marco referencial de competências em IA para professores*. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_tdi](https://mod.lk/ed28_tdi). Acesso em: 31 jan. 2026.

# PLANO de AULA ia

## SIMPLIFICANDO o planejamento e otimizando os resultados!

Uma plataforma exclusiva que reúne a qualidade editorial da Moderna com novas tecnologias para criar planos de aula e questões personalizadas com o uso de inteligência artificial de forma rápida, responsável e eficiente para facilitar o seu dia a dia.

Disponível para  
Ensino Médio em  
**2027**



Conteúdos relacionados aos livros didáticos da Moderna, totalmente alinhados com a BNCC



Planos de aula personalizados de acordo com as necessidades das suas turmas.



Possibilidade de criação de planos de aula e atividades com materiais acessíveis



Usabilidade intuitiva e descomplicada.

Acesse gratuitamente com o seu  
cadastro no ModernAmigos!





 **MODERNA**



# A escola na era digital

Foi um longo caminho até que a Educação Digital e Midiática passasse a ser tema de escola. Agora, é obrigatória. E mais necessária do que nunca.

TEXTO *Ricardo Prado*

**POR DETERMINAÇÃO** do Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir de 2026 todas as escolas brasileiras, públicas ou privadas, precisarão oferecer um componente curricular sobre Educação Digital e Midiática. De acordo com as Diretrizes Operacionais Nacionais do CNE, documento publicado em março de 2025 e que também serviu para dar base legal à proibição do uso dos celulares pelos estudantes nas escolas, o objetivo dessa inserção, que tanto pode ser implementada de forma transversal entre os componentes curriculares quanto como disciplina específica, é promover um “uso mais intencional e ético das tecnologias”.

Algumas redes de ensino, como a estadual da Bahia, optaram pela inclusão de uma disciplina específica. No caso baiano, aproveitaram uma experiência bastante exitosa em curso desde 2023, as agências de notícias nas escolas, como um dos vetores para que estudantes e professores ganhem “maturidade digital” no manejo de ferramentas digitais de comunicação e na reflexão crítica sobre o alcance e os limites éticos que precisam ser observados na grande arena digital. Já na cidade do Rio de Janeiro a rede optou pela abordagem interdisciplinar; neste caso, também se aproveitou de uma bem-sucedida experiência pedagógica, a do Ginásio Educacional Tecnológico (GET), como ponta de lança de um trabalho mais aprofundado e denso com os recursos digitais à serviço da educação. Esta reportagem vai mostrar como essas duas redes estão fazendo para se tornarem cada vez mais digitais e quais os desafios que gestores e professores têm pela frente ao lidarem com um tema tão pulsante e atual. »





## » BNCC DA COMPUTAÇÃO: TRÊS EIXOS ORGANIZADORES

Em 2022, foi publicada a BNCC da Computação, que definiu três eixos organizadores: Pensamento Computacional; Mundo Digital; e Cultura Digital. Mariana Ochs, coordenadora do EducaMídia, programa de educação midiática vinculado ao Instituto Palavra Aberta, que trabalha com formação de professores nessa área, esclarece essas três vertentes: “O pensamento computacional diz respeito a trabalhar com a lógica computacional: abstração, reconhecimento de padrões, decomposição, algoritmos etc. São conceitos que vão construir a capacidade de entender o pensamento computacional para, mais adiante, poder trabalhar com programação, por exemplo”. “Já o eixo Mundo Digital”, explica, “tem a ver com o mundo das máquinas e como ele funciona. Questões como o que são dados, bancos de dados, linguagens de computador; o que é representação, codificação, hardware, software; como é a distribuição em rede; e como funciona o mundo digital e o mundo dos computadores entram nesse eixo, que, em geral, tende a cair dentro de uma disciplina de computação porque ele precisa de um professor especializado. Algumas coisas podem ficar a cargo de um professor de Matemática, como lógica, dados etc.” Por fim, o eixo da Cultura Digital tem a ver com letramento digital: “É

sobre como é que a gente se relaciona por meio dos ambientes digitais, as questões do acesso e a qualidade da informação, a avaliação da informação, os impactos da tecnologia na sociedade, a segurança, a privacidade etc.”, explica.

## USAR, ENTENDER E REFLETIR

Fazendo um retrospecto da Educação Midiática desde seu surgimento, a pesquisadora vê um quadro em constante evolução. “A Educação Midiática surge nos anos 1970 muito preocupada com um possível impacto negativo da mídia de massa, como a televisão e o cinema, sobre crianças e jovens ao trazer temas como violência, drogas etc., sempre oscilando entre a proteção e o empoderamento. À medida que os computadores pessoais aparecem e a sociedade vai ficando mais digitalizada, você começa a ter uma fluência não apenas técnica, mas também crítica, de acessar e avaliar a informação”, observa. O passo seguinte foi a entrada em cena das mídias sociais, como o Instagram, o WhatsApp e o TikTok. “Quando as mídias sociais passam a fazer parte da sociedade, você também precisa ter um olhar cultural para esse fenômeno, para avaliar quem tem voz, quem não tem voz, quem está representado, quem está sub-representado, e surgem, então, questões de equidade e justiça. E, quando o jornalismo passa a ser digitalizado, com



“O QUE VAI  
ACONTECENDO AO  
LONGO DO TEMPO É  
QUE A COMPUTAÇÃO  
É **CADA VEZ MAIS**  
**PERVASIVA** EM  
TODAS AS ESFERAS  
DA NOSSA VIDA.”

as pessoas se informando nos ambientes digitais e a convergência entre produtores e consumidores de informação, surgem as fake news, as teorias de conspirações etc., e você começa a ter a necessidade do letramento da notícia. Assim, a definição do que é ser letrado numa sociedade digital vai reagindo aos desafios postos a cada evolução tecnológica”, expõe Mariana, destacando que o Brasil possui, atualmente, uma legislação bastante consistente e coerente com as abordagens sobre Educação Midiática mais contemporâneas (veja box com indicações de cursos e leituras sobre cultura digital e midiática).

Para a especialista, os desafios da Educação Midiática ficam mais complexos à medida que o uso da tecnologia se torna mais e mais presente no cotidiano das pessoas. “O que vai acontecendo ao longo do tempo é que a computação é cada vez mais pervasiva em todas as esferas da nossa vida. Cada vez mais presente e, ao mesmo tempo, cada vez mais invisibilizada, mais naturalizada. Então, começa a ter um trabalho muito importante de desvendar as camadas mais invisíveis desse funcionamento.” Esta, portanto, é uma tarefa que a escola precisa assumir: desnaturalizar o funcionamento das tecnologias, revelando seu funcionamento e sua lógica, para que aquilo que está invisibilizado possa se tornar visível. Um movimento feito com consciência e intenção pedagógica, organicamente integrado às diferentes disciplinas, e que poderia ser resumido em aprender a usar (de maneira criativa), entender (de forma ampla) e refletir (criticamente) sobre as tecnologias digitais e seus diversos usos.

### AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS: CULTURA DIGITAL NA VEIA

Na rede estadual da Bahia, Educação Digital e Midiática virou disciplina, explica Carla Aragão, diretora de Inovação e Tecnologia do Instituto Anísio Teixeira (IAT), órgão vinculado à Secretaria da Educação que desenvolve materiais didáticos e cursos de formação docente para os professores da rede. E a procura por cursos de formação na área digital, por parte dos professores, tem sido intensa: “Abrimos uma formação em Inteligência Artificial para educadores, e em três dias tivemos mais de 600 inscritos para 500 vagas. Abrimos, também, um curso de Introdução à Educação Midiática, e tivemos 250 pessoas inscritas em três dias”, ressalta Carla, acrescentando que outro recurso especialmente voltado aos professores que ministrarão a disciplina de Educação Digital e Midiática na rede é o Maria Felipa Lab. Localizado em Salvador, seu principal espaço é o Laboratório de Criatividade e Inovação para a Educação Básica (LabCrie), dedicado à formação de professores em

aprendizagem ativa e cultura maker. Além disso, o laboratório conta com uma sala de eletrônica/IoT (internet das coisas) e outra dedicada à fabricação manual, que inclui equipamentos de marcenaria e carpintaria. “Esse é um espaço em que a gente trabalha com aprendizagem criativa, cultura maker, robótica, inteligência artificial. Nesse laboratório temos uma série de equipamentos, como impressora 3-D, cortadora laser etc.”, acrescentando que cerca de 80% das escolas da rede estadual possuem boa estrutura de equipamentos e conexão à internet.

Mas a “menina dos olhos” de Carla Aragão nessa frente de letramento digital dos estudantes são as agências de notícias que vêm se espalhando pelas escolas de Ensino Médio da rede e que permitem aos seus participantes mergulharem na cultura digital, trabalhando localmente as notícias de suas comunidades por meio de diversos recursos, como vídeos, podcasts, fanzines e jornais. “As agências de notícias são uma metodologia indutora do letramento midiático; a escola pode escolher outros caminhos, mas muitas têm escolhido esse”, explica Carla, destacando que hoje existem 272 agências operando nas escolas baianas, sempre com dois professores responsáveis. A maioria possui canais muito ativos no Instagram ou no YouTube, e várias dessas agências funcionam como câmaras de eco de questões de suas comunidades – especialmente aquelas localizadas em escolas quilombolas e indígenas. “A gente tem uma agência de notícias em uma escola indígena que já ganhou dois prêmios em anos consecutivos, 2024 e 2025, no Festival Nacional de Documentários do Rio de Janeiro”, comenta Carla, orgulhosa, salientando que, em muitos casos, um dos professores ligados à agência de notícias também assume a disciplina de Educação Digital e Midiática; mas isso não é uma regra, já que a adesão à disciplina ou à agência de notícias da escola é voluntária.

### GINÁSIOS EDUCACIONAIS TECNOLÓGICOS: A EXPERIÊNCIA CARIOCA

Se na Bahia a escolha da rede foi incluir uma nova disciplina na grade curricular, na cidade do Rio de Janeiro a opção foi pela abordagem interdisciplinar, mas incluindo, também, uma disciplina específica, conforme explica Ana Massonetto, assessora especial da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro: “Aqui nós temos as duas frentes. De um lado, o currículo carioca tem um componente específico, que é de Tecnologias para Aprendizagem, um professor que trabalha especificamente com esse componente de tecnologias para a aprendizagem. Mas, para além disso, a gente tem uma série de iniciativas que buscam fazer a integração de forma transversal, para que a tecnologia e a Educação Midiática não fiquem restritas a um único componente”, explica.

Ana esclarece que a política de Educação Midiática já existe desde 2023 na cidade do Rio de Janeiro. “Por meio da Multi-Rio e da Escola de Formação Paulo Freire, oferecemos regularmente cursos específicos sobre letramento midiático, cultura digital e também sobre o uso pedagógico de ferramentas específicas. Essas formações acontecem tanto de forma remota »

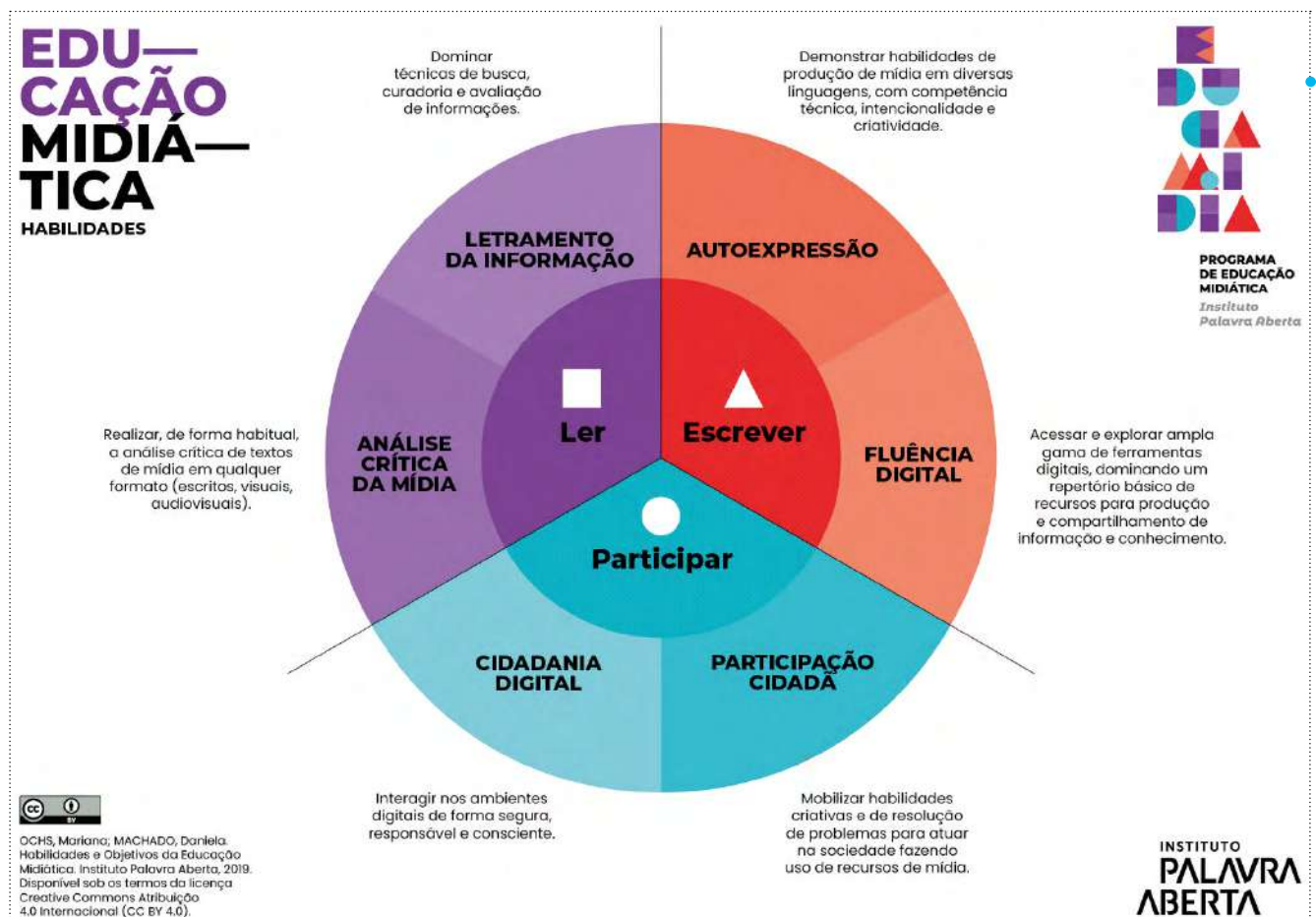
» quanto presencial, e a gente incentiva muito que o professor que é referência na escola seja um multiplicador desse conhecimento para os demais colegas da unidade”, explica.

Se na rede baiana o projeto das agências de notícias assumiu o protagonismo da Educação Digital e Midiática, gerando ambientes de experimentação, pertencimento e exercício do pensamento crítico e criativo entre os estudantes, no Rio de Janeiro, esse papel de problematizar os usos e os costumes da vida digital a partir de experiências mão na massa encontrou um celeiro de oportunidades na experiência dos Ginásios Educacionais Tecnológicos, conhecidos pela sigla GET.

O GET é um modelo de escola no qual a cultura maker e o pensamento computacional estão presentes em todas as atividades. “O aluno não vai para o GET apenas para ter uma aula de informática; ele usa o espaço do GET, que tem impressora 3-D, cortadora a laser, kits de robótica, para desenvolver projetos de Matemática, de História, de Geografia, tudo de maneira integrada”, explica Ana. Atualmente, são 275 GETs na cidade, e a meta é atingir 500 escolas até 2028, com vistas à universalização da rede nesse modelo de escola, que só é viável em regime de tempo integral. Um caminho ainda longo, já que a rede municipal tem hoje 1.557 escolas.

Ana explica que os GETs têm como proposta a aprendizagem ativa: “O aluno aprende a partir da resolução de problemas da vida real. Dessa forma, ele passa a ver significado e sentido no aprender e aprende fazendo. Essa é a premissa de ‘cultura maker’ que a gente tem no GET. E a outra premissa é que a gente aprende de maneira interdisciplinar. Na vida, a História e a Geografia não estão separadas: você aprende a história em um território. A Matemática e a Língua Portuguesa também não estão separadas, porque você aprende a resolver um problema interpretando o enunciado. É tudo conectado, e a aprendizagem também precisa ser conectada”.

Contando com parcerias como a Casa Firjan e o TLTL (Transformative Learning Technologies Lab) da Universidade de Columbia (EUA) para assessorar o trabalho de formação docente em serviço, a estrutura inovadora do GET criou dois perfis de professores que passaram a ter um papel de destaque na implementação da Educação Digital e Midiática na rede: o PIC (Professor Integrador de Colaboratório) e o PA (Professor Auxiliar). Os primeiros são encarregados de fazer a ponte entre os professores das turmas (o de referência, no caso dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e os de disciplina, nos Anos Finais do Fundamental) e as atividades desenvolvidas nos laboratórios. São eles que



# UM MUNDO PARA APRENDER

Existem diversos recursos para aqueles professores que queiram se aprofundar na cultura digital e na Educação Midiática. Veja aqui alguns deles:

- ➔ **EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA:** como elaborar e implementar o currículo nas escolas: um guia publicado pelo MEC em 2025 que traz um resumo de todas as legislações sobre educação digital e midiática e orienta professores e redes na implementação. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_nt1](https://mod.lk/ed28_nt1).
- ➔ **AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (AVAMEC):** uma plataforma robusta, com uma grande quantidade de cursos gratuitos para professores, com cursos de 7 a 180 horas, com temas que vão de lógica de programação e autoria ao pensamento computacional, além de temas específicos de cada disciplina. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_nt2](https://mod.lk/ed28_nt2).
- ➔ **GUIA PARA O PLANEJAMENTO DA ADOÇÃO DE DISPOSITIVOS TECNOLÓGICOS NAS ESCOLAS:** desenvolvido por um grupo interdisciplinar, o guia oferece orientações de ferramentas adequadas para cada nível de ensino. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_nt3](https://mod.lk/ed28_nt3).
- ➔ **FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO MIDIÁTICA:** desafios, conquistas e oportunidades. Esse livro, publicado pelo Instituto Palavra Aberta, traz um time de especialistas discutindo diversos aspectos da formação docente sobre o tema. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_nt4](https://mod.lk/ed28_nt4).
- ➔ **JORNADA DE RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS.** Essa publicação do Cieb (Centro de Inovação para a Educação Brasileira) elenca e analisa as indicações e os melhores usos de diversos recursos digitais educacionais para cada etapa da Educação Básica. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_nt5](https://mod.lk/ed28_nt5).

## PARA SABER MAIS

- ➔ BRASIL. Ministério da Educação. *Conselho Nacional de Educação (CNE)*. Brasília: MEC/CNE, Ano. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_nt8](https://mod.lk/ed28_nt8). Acesso em: 10 fev. 2025.
- ➔ EDUCAMÍDIA. *EducaMídia*. São Paulo: EducaMídia, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_nt6](https://mod.lk/ed28_nt6). Acesso em: 10 fev. 2026.
- ➔ ESCOLA DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE. *Escola de Formação Paulo Freire*. Rio de Janeiro, RJ: Escola de Formação Paulo Freire, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_nt7](https://mod.lk/ed28_nt7). Acesso em: 10 fev. 2026.
- ➔ Festival Nacional de Documentários do Rio de Janeiro - SINE D'OQUE. *Festival Nacional de Documentários - Sine D'Oque*. Rio de Janeiro: Sine D'Oque, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_nt9](https://mod.lk/ed28_nt9). Acesso em: 10 fev. 2026.

criarão as sequências didáticas a partir das demandas específicas apontadas por seus colegas. Já o perfil do PA é mais técnico: ele é o professor que permanece no laboratório, recebendo as turmas juntamente com o PIC, e discutindo com este quais as melhores estratégias, os programas e as ferramentas mais apropriados para aquele projeto ou trabalho em questão. E estão bem preparados para isso: todo PA passa por uma formação de oito horas semanais, ao longo do ano inteiro, aprendendo não apenas sobre o manejo de equipamentos e softwares, mas também seus usos na escola e no mundo do trabalho.

## EDUCAÇÃO MIDIÁTICA EM CADA FASE ESCOLAR

E quando é a hora certa de começar a falar sobre Educação Digital e Midiática? Para Mariana Ochs, a Educação Midiática deve começar quando as crianças estiverem expostas às mídias. Ou seja, ainda na Educação Infantil, mas sem qualquer necessidade de usar tela ou equipamento. “A Educação Digital e Midiática **pode** ser desplugada, e, na Educação Infantil, ela **deve** ser desplugada, porque a gente não vai introduzir telas até o momento em que as crianças estejam no estágio do seu desenvolvimento adequado.”

Sobre os primeiros contatos das crianças com as telas, Mariana recomenda que essa aproximação deve ser sempre mediada. “De preferência, nenhuma tela para as crianças muito pequeninhas. Depois, a gente vai dar preferência às telas grandes, ou seja, televisão é melhor do que tablet, tablet é melhor do que celular, e sempre junto, para ir conversando, construindo algum entendimento.” Ela explica que a televisão é melhor para crianças pequenas porque não está sujeita à personalização algorítmica: “O celular tem uma engenharia de design que é feita para maximizar o engajamento. O YouTube, por exemplo, tem o mecanismo do autoplay, um vídeo automaticamente entra depois do outro. Nessa fase, é muito importante a gente conversar com os pais, prepará-los para que sejam mediadores de uma entrada segura e saudável nos ambientes digitais, evitar o abandono digital, que é quando os pais deixam as crianças na frente das telas sem mediação”.

Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, lá pelo 4º ou 5º ano, elucida Mariana, quando as crianças começam a ter celulares e a participar de grupos de WhatsApp, as questões de relacionamento emergem. Depois, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, começa uma exploração crítica desses ambientes e o que pode ser problemático. “Questões de relacionamento, de segurança, de privacidade, de responsabilidade surgem nesses Anos Finais. E a gente começa a deixar que eles explorem as inteligências artificiais, de forma mediada, discutindo seu funcionamento, seus problemas etc.” Já no Ensino Médio, enfatiza a especialista, é importante direcionar esse conhecimento para projetos de intervenção, para fomentar uma atitude crítica e cidadã, com vistas ao uso consciente, ético e criativo das ferramentas digitais. A ideia é que, nessa altura do percurso escolar, todo estudante esteja minimamente preparado para assumir sua cidadania que, para o bem e para o mal, agora também é digital. □



## EXPLORE NOSSA PLATAFORMA EAD

Um ambiente dedicado exclusivamente à sua formação continuada, com a curadoria Moderna.

Mais segurança e praticidade para aproveitar todo o potencial das suas coleções didáticas favoritas em cursos exclusivos com autores e especialistas, além de cursos temáticos que ajudam a repensar as demandas da educação!

### CURSOS MAIS ACESSADOS!

Carga horária: 40h

Organizados em trilhas com diversos recursos como: podcast, vídeos e mais.



**Metodologia Débora Garofalo de Aprendizagem Mão na Massa.**  
*com Débora Garofalo*



**Gestão de sala de aula: Um novo olhar para uma nova prática.**  
*com Julci Rocha*



**Educação inclusiva.**  
*com equipe de especialistas Moderna*



★ **LANÇAMENTO!**

Carga horária: 120h

## AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO INTEGRAL

O novo curso convida você a repensar a avaliação como instrumento formativo. **Dividido em dois módulos**, o conteúdo articula prática pedagógica, cultura de dados e formação cidadã, com a colaboração e mediação de grandes especialistas.

1

### Avaliação como caminho para a formação dos alunos

- Diferentes tipos de avaliação e seus usos pedagógicos
- Indicadores das avaliações externas
- Estratégias para transformar dados em aprendizagem
- Cultura de dados na contemporaneidade e sua relação com a Educação

Disponível no 2º semestre de 2026.

2

### Atitude cidadã como pilar da formação dos alunos

- Cidadania e vida em sociedade
- Educação ambiental e consumo consciente
- Educação financeira
- Saúde física, mental e qualidade de vida
- Direitos humanos e civismo
- Multiculturalismo e educação plural
- Ciência, tecnologia e IA na Educação
- Educação antirracista

+



ACESSE PELO  
**MODERNAMIGOS**

# A arte de transformar a escola



Projetos mostram na prática como as linguagens artísticas criam espaços em que crianças e jovens podem expressar a criatividade, construir sonhos, desenvolver visões de mundo e fortalecer direitos.

TEXTO *Fernando Leal*

**AO LONGO** de mais de duas décadas, o Grupo de Arte Maria José Aragão (Gamar) conquistou prêmios, alcançou reconhecimento nacional e se tornou conhecido de personagens relevantes no cenário da cultura brasileira. De seu catálogo, destacam-se, por exemplo, a montagem de *Sonho de uma Noite de Verão*, de William Shakespeare, e *Baião de Seis*, espetáculo de danças populares nordestinas.

Nascido no interior da escola de mesmo nome, o Gamar tem em sua trajetória de sucesso, porém, uma realização bem mais significativa: o impacto transformador na vida de milhares de estudantes, no próprio centro de ensino localizado na Cidade Operária, na capital do Maranhão, e, em certa medida, na comunidade da região, marcada pela vulnerabilidade social.

O projeto atualmente abrange ações em diversas linguagens artísticas (dança, teatro, música e artes visuais), mas começou com uma única iniciativa de leitura e escrita, chamada *Palavras ao Vento*, envolvendo uma oficina de produção textual do gênero poético e um festival de poesias. Logo, os trabalhos ganharam visibilidade para além dos muros da escola, com convites para apresentações, na forma de performance poético-teatral, em outras instituições de ensino. Os passos seguintes incluíram a promoção de oficinas relacionadas ao fazer teatral – como expressão corporal, leitura dramática e até cenografia –, que culminaram na montagem da obra de Shakespeare, vencedora do Festival Maranhense de Teatro Estudantil (Femate) de 2002. »

**Cena do Grupo de Arte Maria José Aragão.**



» “Quando iniciamos o trabalho com a arte, percebemos que ela revelava não apenas o potencial dos nossos jovens, mas também suas vulnerabilidades e suas ausências. Foi por meio desse processo que notamos a força da arte na transformação da escola, proporcionando aos alunos uma segurança que os permite ocupar espaços diversos, desde festivais acadêmicos até palcos profissionais”, conta o diretor da escola, Wilson Chagas. “A arte é conhecimento que sensibiliza e gera consciência, influenciando diretamente na autoestima e na melhoria da comunicação e da expressão dos estudantes. Em uma sociedade que muitas vezes desumaniza, a arte tem o poder de tornar esses meninos e essas meninas mais espontâneos, afetuosos e conscientes de seus direitos e seus deveres.”

## PERTENCIMENTO E REPRESENTATIVIDADE

A experiência bem-sucedida do Centro de Ensino Maria José Aragão joga luz sobre um conceito fundamental para quem lida com a disciplina de Arte ou com projetos artísticos nas escolas públicas: a ideia de cidadania cultural. Trata-se de uma perspectiva que assegura a crianças e a jovens o direito de acesso aos bens culturais e, mais do que isso, garante, também, o direito de produzir cultura e, nesse movimento, gerar novos significados.

Essas duas dimensões ficam igualmente evidentes no projeto Pra Ver Se Me Enxergo, conduzido pela professora Renata Moura dos Santos, da Emei Parque Bologne, no Jardim Ângela, Zona Sul de São Paulo. Por meio de atividades variadas, ela buscou modificar a percepção das crianças sobre si mesmas e sobre o lugar onde vivem.

“O poder da arte na escola é permitir que as crianças se enxerguem não apenas como espectadoras que apreciam a cultura, mas como sujeitos que também podem produzir sua própria cultura”, afirma. “Quando elas conversam com artistas do seu território e colocam a ‘mão na massa’, deixam de ser passivas e passam a se projetar, dizendo: ‘Eu também vou ser um artista e fazer o que ele faz’.”

O ponto de partida do projeto, vencedor do prêmio Educador Nota 10, no eixo Direitos Humanos, foi o mapeamento de artistas periféricos que pudessem contribuir para fortalecer o sentimento de pertencimento e o orgulho das crianças em relação à sua origem. Renata conta que chamava a atenção como a arte era algo distante da realidade dos estudantes, que não reconheciam nem valorizavam as expressões artísticas presentes no próprio território. Assim, na visão da professora, o mapeamento de artistas locais é a ferramenta que tira a arte do pedestal da distância e a coloca nas mãos das crian-

ças como um instrumento de autoestima, identidade e transformação social.

A representatividade e a valorização da identidade constituíram um foco de dimensão equivalente na evolução do projeto da Emei Parque Bologne. Para isso, a seleção de artistas privilegiou nomes que fossem referências negras, como Marcelino Melo, Otaviano Júnior e Angélica Dass. Nesse sentido, Renata menciona a frase da escritora Bárbara Carine, vencedora do Prêmio Jabuti 2024: “Onde a gente não se vê, a gente não se pensa, não se projeta”.

Ao mesmo tempo, o mapeamento serviu de base para as crianças colocarem a mão na massa, o que envolveu a utilização em sala de aula de materiais do dia a dia das famílias, a realização de autorretratos e fotografias e a criação de um painel coletivo com a “paleta de cores do Bologne”. As famílias, por sua vez, foram convidadas a apreciar os trabalhos produzidos.

“Para cuidar de um território, o primeiro passo é se apaixonar por ele. Por isso mesmo, foi emocionante ver o projeto romper os muros da escola e tocar as famílias. Quando construímos uma réplica da favela e os pais viram a beleza e a dignidade de suas próprias casas retratadas pelos filhos, muitos choraram. A arte permitiu que a comunidade visse a periferia de uma forma que nunca tinha sido falada antes: como um lugar de alegria, convivência e produção cultural”, diz Renata.

## UM LUGAR NO MUNDO

A obrigatoriedade do ensino de Arte é estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e detalhada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), abrangendo as linguagens de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Ao mesmo tempo, a abordagem de tais linguagens deve articular seis dimensões, que caracterizam a singularidade da experiência artística: criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão.

O objetivo maior é o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem tanto as práticas investigativas como o próprio fazer artístico, a fim de que crianças e jovens percebam o mundo em sua complexidade, contextualizem saberes e interajam com a arte e a cultura, respeitando a diversidade e o multiculturalismo.

A carga horária desse componente curricular, ainda que conte com parâmetros gerais, depende de cada rede de ensino. No que diz respeito ao Ensino Fundamental, há um mínimo previsto de 800 horas, distribuídas em pelo menos 200 dias letivos. Nos Anos Finais, a disciplina é frequentemente ministrada por professores especialistas. »





“Acredito profundamente que uma escola atravessada pela arte forma sujeitos mais atentos, mais críticos e mais sensíveis às diferenças. E é dessa matéria-prima — dessa sensibilidade, desse pensamento e dessa ação — que se constrói uma cidadania viva, ética e transformadora.”

**AMANDA ALVARES GRISPINO**  
Educatora e  
produtora cultural

» Para além da regulamentação, observa-se na prática um avanço significativo da presença da arte nas escolas das redes públicas de ensino, com ou sem vinculação ao componente curricular. Mais importante é a compreensão crescente da arte como conhecimento que gera significação e consciência do lugar do indivíduo no mundo.

Nas palavras de Stela Barbieri, artista, autora e educadora, “o ensino da arte deve possibilitar o desenvolvimento da sensibilidade, da percepção e de um pensamento artístico para que o indivíduo possa ler o mundo”. E ela vai além: “Dentro da perspectiva de um ensino das artes visuais de ação expandida, é fundamental observar e questionar o mundo à nossa volta, mantendo vivo o papel de pesquisador, que o estudante deve ter frente ao que se apresenta em seu caminho, e, para isso, é necessário que o educador de ensino da Arte também seja pesquisador e criador, que se indague sobre o assunto estudado antes e junto com seus alunos e com eles vá fazendo investigações e descobertas”.

Em outros termos, ao criar e garantir espaços para a expressão artística, a escola gera oportunidades efetivas para que crianças e jovens experimentem o mundo com mais sensibilidade, autonomia e senso crítico, contribuindo para transformar estudantes em agentes ativos na sociedade e, portanto, cidadãos prontos para a vida na coletividade.

## MOBILIZAÇÃO E PROTAGONISMO

Os benefícios da integração entre arte e cidadania na escola têm sido percebidos de forma concreta pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro de Castro Mattos, localizada em Vitória, capital do Espírito Santo. Na iniciativa mais recente conduzida pela equipe pedagógica, estudantes dos Anos Iniciais e dos Anos Finais traduziram em desenhos seu conhecimento e sua compreensão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O projeto Arte Legal: Colorindo Direitos, Construindo Futuro foi realizado com o apoio do Instituto de Cultura e Responsabilidade Social (Icores) e se materializou na exposição dos trabalhos dentro e fora da escola. Mais importante do que o resultado, porém, foi o processo de construção, que valorizou o protagonismo das crianças e dos jovens.

Na avaliação do diretor, Paulo Rodrigues, as características, as atividades e as ferramentas pedagógicas propiciaram que os alunos deixassem de ser meros receptores de informação para se tornarem agentes ativos de sua própria aprendizagem. “A arte e a cultura contribuem para despertar e motivar um interesse maior por parte dos estudantes em participar das atividades escolares de forma praze-



Cena do Grupo de Arte  
Maria José Aragão.



rosa e lúdica. Quando as atividades partem do interesse deles, a mobilização e o engajamento acontecem naturalmente, tornando muito mais fácil alcançar nossos objetivos de aprendizagem, conhecimento e desenvolvimento”, explica.

Um aspecto essencial desse movimento da Escola Álvaro de Castro Mattos é a interdisciplinaridade, com a arte conectando áreas. No projeto Arte Legal, por exemplo, houve o trabalho conjunto com Língua Portuguesa e a integração com temas de educação ambiental, incluindo a utilização de materiais descartáveis e recicláveis, como latinhas. Além disso, a abordagem transversal garante a continuidade do movimento, pois, como destaca o diretor, Paulo, “vai contaminando positivamente a escola”. Prova disso é que, em março deste ano [2026], os trabalhos dos estudantes chegarão à Galeria de Artes do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

## FORÇA TRANSVERSAL E TRANSFORMADORA

“Quando a arte entra na escola de forma viva, ela reorganiza o espaço, transforma relações e amplia a ideia de aprendizagem. A arte não chega como adorno ou intervalo. Chega como linguagem, como gesto político e como território de escuta.” A afirmação é da educadora e produtora cultural Amanda Alvares Grispio, que já atuou em diversas escolas, das redes pública e privada. Em sua experiência, observou na prática como essa força transformadora vai além das crianças e dos jovens, chega às famílias e, principalmente como arte, ganha um caráter transversal, também aos demais profissionais da escola. “Professores ganham mais confiança para experimentar, gestores passam a valorizar processos, e não apenas resultados, famílias se aproximam da vida escolar de maneira mais afetiva e participativa. A arte cria pontes”, explica.

Amanda costuma trabalhar com ateliês que funcionam dentro das salas de aula da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental — e, desse modo, podem ser utilizados tanto nas aulas de artes como em outras ativida-

des. Trata-se, como explica a educadora, de uma abordagem pedagógica: mesas que se reorganizam, materiais que convidam à investigação, tempos mais dilatados, professores que observam juntos crianças que pesquisam com o corpo inteiro.

Amanda destaca também que, nessa perspectiva, os processos são mais relevantes do que os resultados, integrando o pensar e o fazer, com diversidade de materiais que explorem cores, percepções, sensações e emoções. Diferentemente de uma sala de referência, o ateliê se efetiva no trabalho em pequenos grupos, com olhar e escuta atentos e um trabalho conjunto, desde o planejamento dos contextos pedagógicos a ser investigados por cada pequeno grupo. E mais: com inúmeras possibilidades de convivência e oportunidades de explorar diversas formas do brincar, em diferentes espaços e tempos.

“Acredito profundamente que uma escola atravessada pela arte forma sujeitos mais atentos, mais críticos e mais sensíveis às diferenças. E é dessa matéria-prima — dessa sensibilidade, desse pensamento e dessa ação — que se constrói uma cidadania viva, ética e transformadora”, ressalta a educadora. □

### PARA SABER MAIS

- BARBIERI, Stela. *Arte contemporânea no ensino da arte*. [S.l.: s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_cd2](https://mod.lk/ed28_cd2). Acesso em: 3 fev. 2026.
- CARINE, Bárbara. *Como ser um educador antirracista: para familiares e professores*. São Paulo: Planeta, 2022. 160 p.
- ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ÁLVARO DE CASTRO MATTOS. *Instagram*, @emefalvarodecastromattos. Vitória, ES, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_cd3](https://mod.lk/ed28_cd3). Acesso em: 3 fev. 2026.
- ESPAÇO CULTURAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - TJES. *Espaço Cultural do Tribunal de Justiça do Espírito Santo* - Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Vitória, ES, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_cd4](https://mod.lk/ed28_cd4). Acesso em: 3 fev. 2026.
- FESTIVAL Maranhense de Teatro Estudantil - Femate. *Facebook*, Página: Cacemfestivaldeteatro. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_cd5](https://mod.lk/ed28_cd5). Acesso em: 3 fev. 2026.
- GRUPO DE ARTE MARIA JOSÉ ARAGÃO - GAMAR (@grupogamar...). *Instagram*. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_cd6](https://mod.lk/ed28_cd6). Acesso em: 3 fev. 2026.
- INSTITUTO de Cultura e Responsabilidade Social - Icores. *Instituto Icores - Transformando vidas através da arte e cultura*. Vitória, ES, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_cd7](https://mod.lk/ed28_cd7). Acesso em: 3 fev. 2026.
- MOVIMENTO PELA BASE. *Arte na BNCC*. [S.l.], 2018. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_cd1](https://mod.lk/ed28_cd1). Acesso em: 3 fev. 2026.
- PROJETO Arte Legal: Colorindo Direitos, Construindo Futuro. In: *Estudantes exibem desenhos inspirados nos direitos da criança em mostra de arte*. Vitória, ES: Prefeitura Municipal de Vitória. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_cd8](https://mod.lk/ed28_cd8). Acesso em: 3 fev. 2026.

# Educação para a Transformação

Comprometida com a Educação Básica, a **Fundação Santillana**, presente no Brasil desde 2008, assumiu o compromisso de contribuir para a superação das **desigualdades educacionais**. Este é um de seus princípios essenciais, fundamentado na crença de que este é o único caminho possível rumo a um futuro mais justo, democrático e sustentável.

Por meio de programas próprios e de apoio a iniciativas, promove a **produção e a difusão de conhecimento** sobre os temas centrais das políticas de educação, ensino, aprendizagem e convivência no espaço escolar. Com a **divulgação de análises, indicadores e boas práticas**, estimulamos o debate sobre os desafios e as soluções compartilhados por gestores, professores, alunos e famílias, em diferentes instâncias e regiões.

## CONHEÇA UM POUCO DOS NOSSOS PROJETOS: FORMAÇÕES



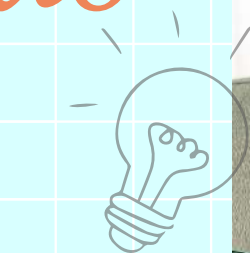
• **Educação midiática:** com total de 10 horas e certificado. O curso oferece sugestões para a promoção pedagógica de uma análise crítica e responsável dos conteúdos da era digital.



• **Educação para o desenvolvimento sustentável:** com total de 50 horas e certificado. O conteúdo aborda a temática da Agenda 2030 e orienta a prática docente.



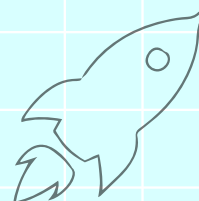
• **Educação Inclusiva:** com total de 20 horas e certificado. O conteúdo aborda os fundamentos da educação inclusiva.



**100% ONLINE  
E GRATUITO**



**CURSOS COM  
CERTIFICADO!**





**Novidade!**



· **IA para professores: uso prático na sala de aula:** com total de 20 horas e certificado. O curso ensina a integrar IA à prática docente com segurança, abordando funcionamento, impactos, riscos, ética e vantagens pedagógicas com uso intencional.

**Novidade!**



· **Meninas, ciência e futuro: por uma Educação inclusiva e sustentável:** com total de 20 horas e certificado. O curso capacita educadores a elaborar propostas inclusivas e sustentáveis, promovendo equidade de gênero e empoderando grupos sub-representados como protagonistas de um futuro mais justo.

***Inscreeva-se agora e comece sua jornada de aprendizado!***

**f** **ig** **in** **yt** - @FundacaoSantillana



Acesse aqui as  
nossas formações!



Alunos premiados  
pelo projeto  
AquaTerraAlert.

# Um alerta para salvar vidas em Limeira

Convidamos a professora de robótica Náyra Rafaéla Vido para contar mais sobre o projeto AquaTerraAlert, realizado pelos alunos da Escola Estadual Brasil e vencedor na categoria Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, da etapa nacional do Prêmio Escolas Sustentáveis 2025.

TEXTO Náyra Rafaéla Vido

**O PROJETO** AquaTerraAlert nasceu a partir da leitura de uma reportagem que apontava Limeira (SP) como uma das cidades brasileiras com risco de enchentes e deslizamentos de terra. A notícia mobilizou os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Brasil, que reconheceram os locais citados e relataram vivências pessoais relacionadas aos períodos de chuvas intensas. Esse movimento transformou a sala de aula em um espaço de escuta, investigação e problematização do território, conduzido pela questão norteadora: como desenvolver um sistema de monitoramento e alerta capaz de prevenir os impactos desses desastres na comunidade?

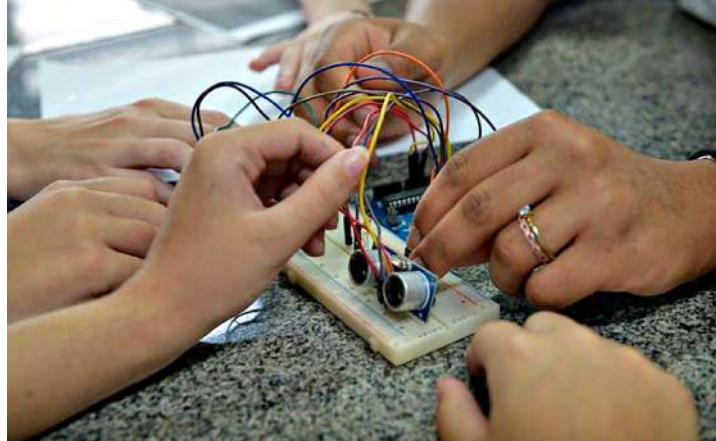
PRÊMIO  
escolas  
sustentáveis

O **PRÊMIO ESCOLAS SUSTENTÁVEIS** é uma iniciativa conjunta entre a Fundação Santillana, a OEI e a Santillana para reconhecer projetos socioambientais de escolas públicas e privadas no Brasil, no México e na Colômbia. Focado nos pilares ESG, o Prêmio visa valorizar ações que promovem sustentabilidade e conscientização, transformação e impacto nas comunidades ao redor das instituições escolares, valorizando a formação cidadã dos alunos.

A premiação já contou com três edições, e, em 2026, estará de volta com inscrições abertas no segundo semestre. O Prêmio é dividido em etapas nacionais e em categorias por segmentos de Ensino — no Brasil, são duas categorias: ① Educação Infantil e Anos Iniciais do Fundamental; e ② Anos Finais do Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

As inscrições e as informações sobre a próxima edição serão disponibilizadas no site oficial:

<https://premioescolassustentaveis.com>



analisar na Educação. As engulantes

de terra, logo é um dos desastres naturais

Além disso, também é

**Veja o vídeo dos alunos:**

A proposta foi estruturada a partir da Educação Midiática e da aprendizagem baseada em projetos, integrando conhecimentos de Ciências, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa e Tecnologia. Os estudantes pesquisaram notícias locais, nacionais e internacionais sobre desastres ambientais, analisaram fontes, compararam informações e compreenderam as relações entre mudanças climáticas, urbanização desordenada, ocupação irregular do solo e desigualdades sociais. A leitura e a análise crítica da mídia tornaram-se instrumentos de compreensão da realidade e de formação cidadã.

Com base nessas investigações, os alunos desenvolveram dois protótipos de monitoramento ambiental utilizando a plataforma Arduino, sensores ultrassônicos e de umidade do solo, LEDs, buzzer e módulo GSM. Um dos dispositivos foi projetado para monitorar o nível da água em áreas suscetíveis a enchentes, e o outro para identificar a saturação do solo e o risco de deslizamentos. O sistema emite alertas visuais, sonoros e por SMS, com sinalização por cores, que facilita a compreensão da população sobre os níveis de risco. Todo o processo envolveu planejamento, testes, correções e decisões coletivas, fortalecendo o protagonismo estudantil.

O engajamento dos estudantes ultrapassou o horário regular das aulas, evidenciando o potencial do ensino por projetos para promover pertencimento, autonomia e envolvimento quando o aprendizado está conectado a problemas reais. Os impactos do projeto foram avaliados por meio de questionários aplicados antes e depois de um workshop com a comunidade escolar, que contou com a participação da Defesa Civil de Limeira. Os resultados indicaram avanços significativos na identificação de áreas de risco, no reconhecimento de sinais de alerta e na compreensão da importância da prevenção.

O AquaTerraAlert foi reconhecido nacionalmente ao ser premiado no Prêmio Escolas Sustentáveis, promovido pela Fundação Santillana em parceria com a OEI, destacando-se entre mais de 800 projetos inscritos. O reconhecimento ampliou o alcance da iniciativa, possibilitando que as propostas dos estudantes fossem protocoladas na Câmara dos Vereadores

de Limeira, fortalecendo o diálogo entre escola, comunidade e poder público.

Mais do que um sistema tecnológico, o AquaTerraAlert consolidou-se como uma prática pedagógica que articula educação midiática, tecnologia e compromisso social, demonstrando que a escola pública pode ser espaço de produção de conhecimento relevante, participação cidadã e construção de soluções para desafios contemporâneos. ■

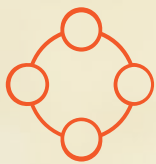
#### NÁYRA RAFAÉLA VIDO

é bióloga, mestra em Educação e professora de Ciências e Robótica na Educação Básica, na E.E. Brasil, em Limeira (SP), com atuação em projetos de Educação Midiática, Tecnologia e Sustentabilidade, com foco no protagonismo estudantil e na transformação social.

#### PARA SABER MAIS

- BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BENDER, W. N. *Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI*. Porto Alegre: Penso, 2014.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *População em áreas de risco no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, [2018]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_su4](https://mod.lk/ed28_su4). Acesso em: 11 fev. 2026.
- ESCOLA ESTADUAL BRASIL [@escolaestadualbrasil]. *Perfil no Instagram*. Limeira, SP: Instagram / Meta Platforms, Inc., [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_su5](https://mod.lk/ed28_su5). Acesso em: 11 fev. 2026.
- FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare (org.). *Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores*. Campinas: Papius, 2012.
- LIMA, Gilberto; SANTOS, Luiz Fernando dos. *Cartografia de risco geológico: Limeira, SP*. São Paulo: SGB-CPRM, 2023. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_su2](https://mod.lk/ed28_su2). Acesso em: 13 jan. 2026.
- UNESCO. *Educação midiática e informacional: diretrizes para formuladores de políticas*. Paris: UNESCO, 2013.
- PRÊMIO ESCOLAS SUSTENTÁVEIS. *Prêmio Escolas Sustentáveis*. São Paulo, SP: Prêmio Escolas Sustentáveis, [s.d.]. Disponível em: [https://mod.lk/ed28\\_su3](https://mod.lk/ed28_su3). Acesso em: 11 fev. 2026.

# PRÊMIO escolas sustentáveis

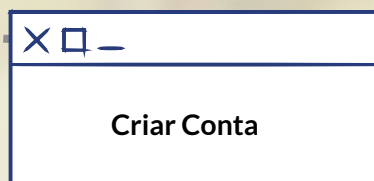


O Prêmio Escolas Sustentáveis é uma iniciativa da Santillana, da Fundação Santillana e da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) que tem como objetivo reconhecer e valorizar as escolas comprometidas com a sustentabilidade em sua gestão ambiental, social e de governança, além de mobilizar e conscientizar a população e as novas gerações sobre a necessidade de preservação e recuperação socioambiental do planeta.

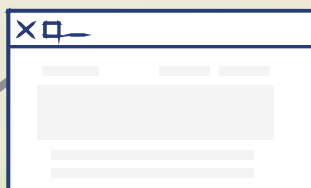
**1** - Acesse o site do prêmio:

[premioescolassustentaveis.com/home](http://premioescolassustentaveis.com/home)

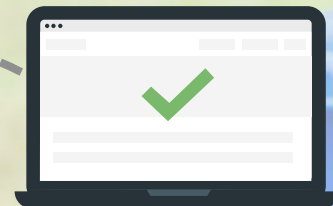
**2** - Clique na opção Criar Conta;



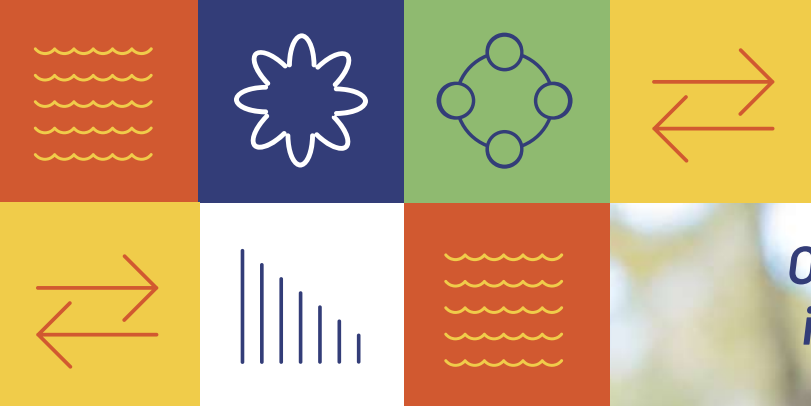
**3** - Faça o cadastro da escola e responsável da inscrição;



**4** - Preencha a trilha de inscrição com os dados do projeto



**PRONTO!** Agora é só acompanhar o status em que o seu projeto se encontra e ficar atento as comunicações do prêmio.



*O mundo quer conhecer as iniciativas da sua escola!*

### Quem pode participar?

Todas as escolas públicas ou privadas,  
no Brasil, México e Colômbia



### Categorias:

#### Categoria 1:

Educação Infantil e Ensino Fundamental 1

#### Categoria 2:

Ensino Fundamental 2, Ensino Médio e EJA

### O prêmio terá duas etapas de premiação:

uma etapa nacional, por país, e uma internacional,  
envolvendo os três países participantes.

**INSCRIÇÕES  
ABERTAS!**

Fique por dentro!



# Livros / Vídeos / Fil



## TURMAS MULTISSERIADAS: ESTUDOS, PESQUISA E MEMÓRIAS

O material reúne pesquisas, estudos e relatos que ampliam o olhar sobre as turmas multisseriadas, uma característica presente e marcante em muitas redes públicas brasileiras. A publicação valoriza a memória pedagógica, o saber docente e as estratégias construídas no cotidiano escolar para enfrentar desafios como a diversidade de idades, os ritmos e os contextos de aprendizagem em uma mesma sala. Ideal para quem busca compreender e qualificar práticas pedagógicas em territórios diversos, com foco na equidade e no direito à aprendizagem.

**Disponível para download gratuito em:** [https://mod.lk/ed28\\_fv1](https://mod.lk/ed28_fv1).



## A DROGA DA OBEDIÊNCIA (HQ)

Um dos maiores clássicos da literatura infantojuvenil brasileira está de volta em um novo formato. *A Droga da Obediência*, do querido autor Pedro Bandeira, ganha nova linguagem nesta adaptação em quadrinhos. A narrativa preserva os temas centrais da obra original, como ética, autonomia, amizade e responsabilidade coletiva, ao mesmo tempo em que potencializa a leitura por meio da relação entre texto e imagem. A HQ favorece a formação do leitor literário e oferece novas possibilidades de trabalho interdisciplinar. Um recurso relevante para projetos de leitura nos Ensinos Fundamental e Médio.

**À venda nas principais livrarias do Brasil. Saiba mais em:** [https://mod.lk/ed28\\_fv2](https://mod.lk/ed28_fv2).

# mes & Séries



## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA PROFESSORES: USO PRÁTICO NA SALA DE AULA

Desenvolvido pela Fundação Santillana, o curso apresenta, em 20 horas de formação certificada, fundamentos e aplicações da Inteligência Artificial (IA) no contexto educacional, com foco no uso responsável e pedagógico da tecnologia. O conteúdo discute conceitos essenciais, exemplos de aplicação e reflexões sobre o papel do professor diante das novas tecnologias, os riscos envolvidos e os aspectos éticos relacionados ao uso de IA. Ao longo do percurso formativo, os participantes conhecem possibilidades concretas de aplicação em sala de aula e aprendem a avaliar criticamente ferramentas disponíveis. Uma proposta que contribui para o ensino do uso responsável da tecnologia na escola.

**Curso gratuito. Disponível em:** [https://mod.lk/ed28\\_fv3](https://mod.lk/ed28_fv3).



## PLANO DE AULA COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O Plano de Aula IA é uma ferramenta desenvolvida pela Editora Moderna para apoiar o professor do Ensino Médio no planejamento pedagógico, considerando as especificidades de cada turma. A partir do preenchimento de informações, como área do conhecimento, ano escolar, número de estudantes e organização curricular, a plataforma gera, em poucos comandos, planos de aula personalizados, de acordo com os alinhados à BNCC e aos livros didáticos da Moderna exclusivos para as escolas públicas. Uma solução que facilita o planejamento, com objetivos didáticos claros e passíveis de ajustes, conforme a rotina do professor. **Ferramenta gratuita.**

**Acesso exclusivo via ModernAmigos em:** [https://mod.lk/ed28\\_fv4](https://mod.lk/ed28_fv4).



## SÉRIE | EXPLICANDO

Produzida pela Netflix em parceria com a Vox Media, a série de documentários torna temas complexos e contemporâneos em conteúdos claros e envolventes, por meio de episódios curtos e de linguagem acessível. Cada capítulo se dedica a um recorte específico, que pode envolver tecnologia, ciência, comportamento, Inteligência Artificial e mudanças sociais que impactam a vida cotidiana. Uma produção que ajuda a ampliar repertórios e a estimular debates críticos em sala de aula.

**Disponível na Netflix em:** [https://mod.lk/ed28\\_fv5](https://mod.lk/ed28_fv5).





## Formações pensadas por quem e para quem faz a **educação pública no Brasil!**

Com uma **equipe de assessoria pedagógica 100% dedicada**, a **Moderna** oferece formações presenciais e remotas, pensadas junto com as redes de ensino e adaptadas às realidades dos municípios e escolas.

**Mais do que conteúdo, levamos escuta, diálogo e formações pedagógicas reais para todo o Brasil!**



 (11) **2920-5162**

Entre em contato com nossa equipe e conheça nossas formações!



## Muito prazer!

Eu sou a Maia, a assistente virtual da Moderna. Estou aqui para facilitar o seu dia a dia!

Com informações sobre o PNLD e sugestões de recursos pedagógicos e outros serviços.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, faça seu cadastro e receba nossos materiais.

Pode me chamar no WhatsApp

 **11 2920-5162**



 /editoramoderna

 /editoramoderna

 /edmoderna